

50

ano 13 | setembro 2022

@metropolis



Revista
Eletrônica
de Estudos
Urbanos
e Regionais

revista eletrônica *e-metropolis*

Vinculada à rede interinstitucional do Observatório das Metrópoles (UFRJ), a Revista Eletrônica de Estudos Urbanos e Regionais *e-metropolis* é editada por uma equipe de professores e pesquisadores e tem por objetivo principal suscitar o debate e incentivar a divulgação de trabalhos filiados ao planejamento urbano e regional e áreas afins. A *e-metropolis* busca, portanto, se constituir como um meio ágil de acesso democrático ao conhecimento, que parte do ambiente acadêmico e almeja ir além deste, dirigindo-se a todas as pessoas que se interessam pela dinâmica da vida urbana contemporânea em seu caráter multidisciplinar.

Publicadas trimestralmente, as edições da *e-metropolis* mantêm, em geral, uma estrutura que se compõe em duas partes. Na primeira parte da revista encontram-se os artigos estrito senso, que iniciam com um artigo de capa, no qual um especialista convidado aborda um tema relativo ao planejamento urbano e regional e suas interfaces, seguido dos artigos submetidos ao corpo editorial da revista e aprovados por pareceristas, conforme o formato *blind-review*. A segunda parte é composta por uma entrevista, por resenhas de obras recém-lançadas (livros e filmes), pela seção especial - que traz a ideia de um texto mais livre e ensaístico sobre temas que tangenciem as questões urbanas - e, finalmente, pelo ensaio fotográfico, que faz pensar sobre as questões do presente da cidade por meio de imagens fotográficas.

Para submissão de trabalhos, o corpo editorial recebe artigos, ensaios fotográficos, resenhas e textos para a seção especial em fluxo contínuo, assim como sugestões e críticas. Para mais informações, sugerimos consultar o site da revista: www.emetropolis.net.

Observatório das Metrópoles
Prédio da Reitoria, sala 522
Cidade Universitária - Ilha do Fundão
21941-590 Rio de Janeiro RJ

Tel: (21) 2598-1932
Fax: (21) 2598-1950

E-mail:
emetropolis@bservatoriodasmetropoles.net

Website:
www.emetropolis.net

editor-chefe

Prof° Dr. Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro

coordenadores editoriais

Fernando Pinho

Juciano Martins Rodrigues

editores

Fernanda Pernasetti

Luciana Ximenes

Luísa Sobral

Patrícia Ramos Novaes

Pedro Paulo Machado Bastos

Priscilla Rodrigues Fonseca

Renata Brauner Ferreira

Renata Cristina Antão

Samuel Thomas Jaenisch

Tarcyla Fidalgo Ribeiro

Thaís Velasco

apoio técnico editorial

Diene Ghizzo

suporte administrativo

Karoline de Souza

conselho editorial

Profª Drª. Ana Lúcia Rodrigues (DCS/UEM)

Prof Dr. Aristides Moysés (MDPT/PUC-Goiás)

Prof Dr. Carlos de Mattos (IEU/PUC-Chile)

Prof Dr. Carlos Vainer (IPPUR/UFRJ)

Profª Drª. Claudia Ribeiro Pfeiffer (IPPUR/UFRJ)

Prof Dr. Emilio Pradilla Cobos (UAM do México)

Profª Drª. Fania Fridman (IPPUR/UFRJ)

Prof Dr. Frederico Araujo (IPPUR/UFRJ)

Profª Drª. Héléne Rivière d'Arc (IHEAL)

Prof Dr. Henri Acserald (IPPUR/UFRJ)

Prof Dr. Hermes MagalhãesTavares (IPPUR/UFRJ)

Profª Drª. Inaiá Maria Moreira Carvalho (UFB)

Prof Dr. João Seixas (ICS)

Prof Dr. Jorge Natal (IPPUR/UFRJ)

Prof Dr. Jose Luis Coraggio (UNGS/Argentina)

Profª Drª. Lúcia Maria Machado Bógus (FAU/USP)

Profª Drª. Luciana Corrêa do Lago (IPPUR/UFRJ)

Profª Drª. Luciana Teixeira Andrade (PUC-Minas)

Prof Dr. Luciano Fedozzi (IFCH/UFRGS)

Prof Dr. Luiz Antonio Machado (IUPERJ)

Prof Dr. Manuel Villaverde Cabral (ICS)

Prof Dr. Marcelo Baumann Burgos (PUC-Rio/CEDES)

Profª Drª. Márcia Leite (PPCIS/UERJ)

Profª Drª. Maria Julieta Nunes (IPPUR/UFRJ)

Profª Drª. Maria Lígia de Oliveira Barbosa (IFCS/UFRJ)

Prof Dr. Mauro Kleiman (IPPUR/UFRJ)

Prof Dr. Robert Pechman (IPPUR/UFRJ)

Prof Dr. Robert H. Wilson (University of Texas)

Profª Drª. Rosa Moura (IPARDES)

Ms. Rosetta Mammarella (NERU/FEE)

Prof Dr. Sergio de Azevedo (LESCE/UENF)

Profª Drª. Simaia do Socorro Sales das Mercês (NAEA/UFGA)

Profª Drª Sol Garson (PPED/IE/UFRJ)

Profª Drª. Suzana Pasternak (FAU/USP)

Editorial

nº 50 ▪ ano 13 | setembro de 2022

Olá, leitoras e leitores da *e-metropolis*! É um prazer tê-los aqui conosco. Para quem está chegando agora, tomamos a liberdade de nos apresentar. A *e-metropolis* é uma revista eletrônica com mais de 10 anos de existência, que se concentra em tópicos relacionados às cidades e regiões, com abordagem sobre produção do espaço, suas populações, economia, cultura urbana, entre outros. Para quem já nos conhece, é bom vê-los aqui novamente. Sejam todas e todos bem-vindos ao nosso número 50!

O artigo “Participação e políticas de fomento cultural na cidade do Rio de Janeiro: percepções de agentes do setor” abre este número. No texto, Veronica Rocha, Orlando dos Santos Junior, Pâmela Matos, Taísa Sanches, Andrea Chesorin e Luiz Estrella apresentam uma análise das políticas de fomento cultural no município do Rio de Janeiro, a partir de dados e de pesquisa de opinião realizada com agentes culturais da cidade. São discutidas questões referentes à territorialidade das políticas, aos tipos de editais e seu alcance junto aos postulantes, e ao perfil associativo e de participação social dos agentes. Conclui-se que há urgência em incluir a questão territorial na elaboração das políticas culturais e de definição de um Plano Municipal para o setor.

Na sequência, Teresa Mendes apresenta uma revisão de literatura sobre o tema das plataformas digitais, abordando como a mídia jornalística, os acadêmicos e as autoridades públicas abordam o tema a partir das dificuldades teóricas na apreensão do fenômeno. O artigo, cujo título é “Plataformas digitais x teorias ‘analógicas’

- o descompasso para compreensão do fenômeno contemporâneo”, chama a atenção para a importância dessa apreensão para a elaboração de políticas públicas cada vez mais necessárias, especialmente aquelas relacionadas à segurança e privacidade de dados, à proteção da força de trabalho e a regulamentação sobre o poder de mercado das empresas de tecnologias.

No terceiro artigo deste número, trazemos o “Diagnóstico da morfologia urbana do eixo estruturador de Carazinho-RS”, de Sidnei Matana Júnior e Marco Frandoloso, que tratam de aplicar uma ferramenta de Sistema de Informações Geográficas (SIG) para analisar a morfologia urbana do eixo estruturador de uma cidade de pequeno porte no norte do Rio Grande do Sul, e propor sugestões relativas ao urbanismo sustentável a serem incluídas nas etapas de revisão de seu plano diretor.

Já no artigo “Território e desigualdades socioespaciais: uma análise acerca das dinâmicas urbanas na cidade de Barcarena-PA”, a autora Paula Menezes, e os autores Jovenildo Rodrigues e Wellington Fernandes, analisam tais dinâmicas nesta cidade média do Pará, a partir da observação dos fenômenos de expansão urbana e usos do território a partir dos anos 2000. Como resultado, apontam que, apesar do acelerado crescimento urbano, ainda são intensas as relações urbano-rurais e as constantes transformações potencializadas pela indústria, os impactos nos usos e contra-usos do território.

Finalizamos a seção de artigos com “Gentrificação em Belo Horizonte: uma revisão das teses e dissertações sobre o fenômeno”, de Clarissa Veloso

e Luciana de Andrade, no qual as autoras fazem uma análise da produção acadêmica sobre gentrificação em Belo Horizonte, enfatizando seus aspectos teóricos e metodológicos, seus resultados e suas especificidades. Destaca-se que as sínteses sobre gentrificação em grandes cidades latino-americanas indicam que o fenômeno deriva, sobretudo, de ações do Estado, de políticas urbanas que integram, principalmente nos centros, preservação patrimonial e incentivo às atividades turísticas, comerciais e de lazer. Assim, pesquisas sobre gentrificação no Brasil mostram que raramente ela está associada a mudanças habitacionais. Os casos do fenômeno em Belo Horizonte trazidos pelas autoras diferem desses diagnósticos, apesar de algumas convergências, como a ocorrência de gentrificação de consumo.

O ensaio fotográfico intitulado “Quando o olhar abraça” encerra este número, com o trabalho de Everton Ronniery de Souza, sobre a percepção sensível do trabalho, a sociabilidade e as relações de parentesco que envolvem o trabalho informal no centro comercial da cidade de Belém do Pará. As fotografias apresentadas foram captadas no período de agosto de 2020 e outubro de 2021, e compõem a pesquisa de mestrado do autor.

Desejamos uma excelente leitura, agradecemos a colaboração e a compreensão das autoras e autores que construíram mais este número conosco. É este espírito colaborativo que nos permitiu chegar a 50 números publicados, mais um resultado do trabalho em conjunto, com objetivos comuns e do compartilhamento de ideias que sempre nos orientou! ■

Índice

nº 50 ▪ ano 13 | setembro de 2022

Capa

- 06** Participação e políticas de fomento cultural na cidade do Rio de Janeiro: percepções de agentes do setor

Participation and cultural promotion policies in the city of Rio de Janeiro: perceptions of sector agents

Por Veronica Diaz Rocha, Orlando Alves dos Santos Junior, Pâmela Matos, Taísa Sanches, Andrea Chiesorin, Mariana Luscher Albinati e Luiz Manoel Estrella

Artigos

- 16** Plataformas digitais x teorias “analógicas” - o descompasso para compreensão do fenômeno contemporâneo

Digital platforms x “analogical” theories - the mismatch in understanding the contemporary phenomenon

Por Teresa Cristina M. Mendes

- 30** Diagnóstico da morfologia urbana do eixo estruturador de Carazinho-RS

Diagnosis of the urban morphology of the Carazinho-RS structuring axis

Por Sidnei Matana Júnior e Marcos Antonio Leite Frandoloso

- 44** Território e desigualdades socioespaciais: uma análise acerca das dinâmicas urbanas na cidade de Barcarena-PA

Territory and socio-spatial inequalities: an analysis of urban dynamics in the city of Barcarena-PA

Por Paula Beatriz Rêgo Menezes, Jovenildo Cardoso Rodrigues e Wellington Augusto Andrade Fernandes

- 58** Gentrificação em Belo Horizonte: uma revisão das teses e dissertações sobre o fenômeno

Studies on gentrification in Belo Horizonte: a review of thesis and dissertations on the phenomenon

Por Clarissa dos Santos Veloso e Luciana Teixeira de Andrade

Ensaio

- 67** “Quando o olhar abraça”
“When the gaze embraces”

Por Everton Ronniery Tavares Souza

ficha técnica

A ilustração de capa é de **Luciana Alencar Ximenes**, mestra e doutoranda em Planejamento Urbano e Regional (IPPUR/UFRJ), arquiteta e urbanista (UFC), pesquisadora do Grupo Habitação e Cidade da Rede Observatório das Metrôpoles.

lualencaximenes@gmail.com

Projeto gráfico e diagramação

Paula Sobrino

paulasobrino@gmail.com

Revisão

Aline Castilho

alinecastilho1@hotmail.com

capa

Participação e políticas de fomento cultural na cidade do Rio de Janeiro

percepções
de agentes do setor



RESUMO

Este artigo apresenta uma análise das políticas de fomento cultural no município do Rio de Janeiro a partir de dados e de pesquisa de opinião realizada com agentes culturais da cidade. São discutidas questões referentes à territorialidade das políticas, aos tipos de editais e seu alcance junto aos postulantes, e ao perfil associativo e de participação social dos agentes. Conclui-se que há urgência em incluir a questão territorial na elaboração das políticas culturais e de definição de um Plano Municipal para o setor.

Palavras-chave: Políticas culturais; Participação social; Territorialização.

ABSTRACT

This article presents an analysis of cultural policies promotion in the city of Rio de Janeiro based on data and an opinion survey carried out with cultural agents in the city. Issues related to the territoriality of policies, the types of public notices and their reach to applicants, and the associative and social participation profile of the agents are discussed. It is concluded that there is an urgent need to define a Municipal Plan for the sector and to include the territorial issue in the elaboration of cultural policies.

Keywords: Cultural policies; Social participation; Territorialization.

AUTORES

Veronica Diaz Rocha

Orlando Alves dos Santos Junior

Pâmela Matos

Táisa Sanches

Andrea Chiesorin

Mariana Luscher Albinati

Luiz Manoel Estrella

INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é discutir a política de fomento às atividades culturais no município do Rio de Janeiro, em especial por meio de editais de subsídio para projetos, a partir de dados coletados e da opinião dos próprios agentes culturais.¹

A discussão é realizada tomando como referência os resultados de um questionário aplicado na cidade do Rio de Janeiro, instrumento elaborado coletivamente pelos pesquisadores do Centro Latino-Americano de Estudos em Cultura (CLAEC) e do Observatório das Metrôpoles (IPPUR/UFRJ), com a participação de 13 lideranças de vários territórios, vinculados a diversas atividades e linguagens culturais. O questionário buscou complementar qualitativamente as informações extraídas da base de dados dos projetos inscritos nos editais da Lei Aldir Blanc (LAB), traçando o perfil dos agentes culturais e de sua atuação, com perguntas que abordavam temas como políticas culturais, participação e desafios para o setor.

A análise toma como referência as ideias de cidadania cultural (CHAUÍ, 1990) e de cultura no plural (CERTEAU, 1995), que conduzem reflexões sobre políticas culturais atentas às necessidades e desejos dos diferentes grupos sociais. Marilena Chauí (1990) utiliza o conceito de cidadania cultural, entendida como “direito de todos e de todas de produzir cultura e de participar das decisões na política cultural”. Nessa concepção, poderíamos dizer que a cidadania cultural representa o direito de todos e de todas de criar e atribuir sentido às suas práticas sociais, pois, como afirma Certeau (1995, p. 242-243), “é criador o gesto que permite a um grupo inventar-se” e “uma coletividade social se faz produzindo uma linguagem cultural”.

PERFIL DOS AGENTES

Um conjunto de 193 agentes culturais respondeu ao questionário, em uma amostra equilibrada quanto aos gêneros feminino (51%) e masculino (46%) e às etnias autodeclaradas: branca (50%) e negra (45%),

1. Este é mais um produto da pesquisa “Diagnóstico Cultural — Estudo da Aplicação da Lei Aldir Blanc na Cidade do Rio de Janeiro”, projeto do CLAEC — Centro Latino-Americano de Estudos em Cultura — em parceria com o Observatório das Metrôpoles. Um primeiro boletim foi publicado em maio deste ano, contendo uma análise inicial da implementação da Lei no município sobre os dados referentes ao Inciso II, que contemplava o financiamento a grupos e organizações culturais. (link: <https://www.observatoriodasmetrolopes.net.br/a-lei-aldir-blanc-na-cidade-do-rio-de-janeiro-reflexoes-iniciais/>)

considerando-se esta como a soma dos que se declararam pretos e pardos, conforme classificação adotada pelo IBGE². O universo da amostra contou também com 10 pessoas com deficiência (5%) entre os respondentes.

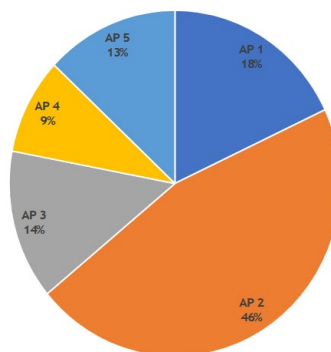
Os dados territoriais dos agentes foram organizados por Áreas de Planejamento (AP) da cidade do Rio de Janeiro, situadas conforme o mapa 1³. É importante registrar que a AP é uma unidade territorial que não permite discernir as desigualdades socioespaciais reunidas em uma mesma área, como aquelas existentes entre favela e asfalto, por exemplo.

2. Em relação ao gênero, 2% não quiseram responder; 1% se disseram não binários; em relação à etnia, 2% se consideram indígenas; 2% não quiseram responder e 1% optaram por marcar a opção “outro”.

3. As áreas de planejamento (AP) da Cidade do Rio de Janeiro agrupam os bairros da seguinte forma: a AP1 corresponde à região central e inclui a Ilha de Paquetá; a AP2 engloba a Zona Sul e mais alguns bairros, como a Tijuca e Vila Isabel; a AP3 abrange a maior parte dos bairros da Zona Norte e a Ilha do Governador. Já as APs 4 e 5 abrangem a Zona Oeste da cidade, sendo que a AP4 inclui a Barra da Tijuca e o Recreio dos Bandeirantes, enquanto na AP5 estão bairros altamente populosos, como Bangu, Campo Grande e Santa Cruz.

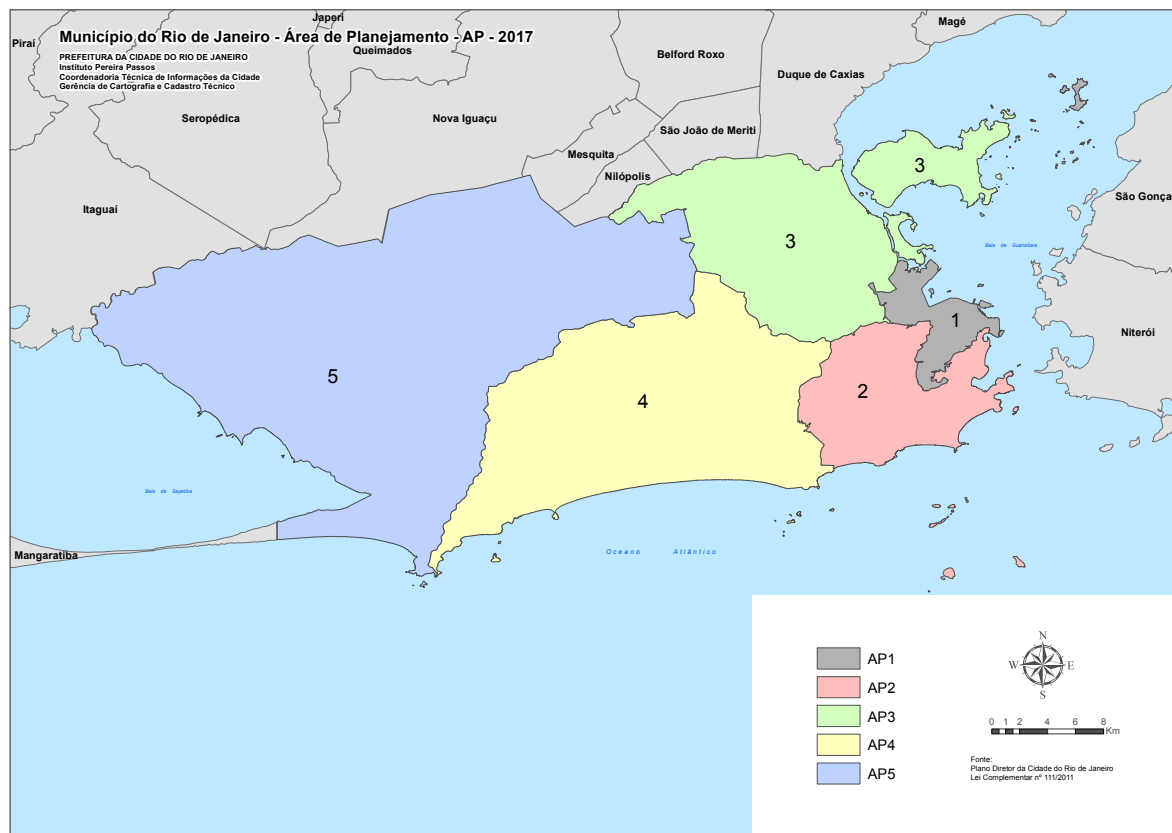
Agrupando-se o local de moradia por AP, temos uma participação destacada de residentes na AP2 (46%) e os demais distribuídos da seguinte forma: 18% na AP1; 14% na AP3; 9% na AP4 e 13% na AP5 (Figura 1). Do total da amostra, seis agentes (3,1%) que atuam na cidade do Rio de Janeiro residiam em outros municípios da Região Metropolitana e não estão considerados nas análises territoriais presentes no texto. Ainda em relação ao local de moradia, quase 22% moravam em áreas de risco ou favelas.

Figura 1: Distribuição da Amostra dos Agentes Culturais por Área de Planejamento da Cidade do Rio de Janeiro - 2021



Fonte: Pesquisa CLAE/OM (2021).
Leitura acessível: O gráfico em forma de pizza mostra o percentual de respondentes por Área de Planejamento: na fatia maior, em laranja, 46% são da AP2; em azul, 18% são da AP1, em cinza, 14% da AP3, em azul-claro, 13% da AP5 e, em amarelo, 9% da AP4.

Mapa 1: Áreas de Planejamento (AP) do Município do Rio de Janeiro



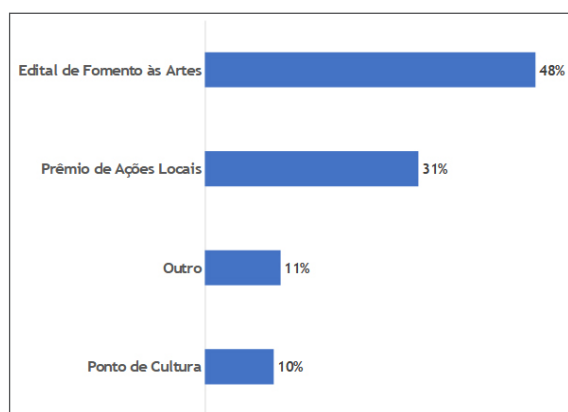
Fonte: www.data.rio. Acesso em 28/10/2022.

Leitura acessível: O mapa é uma imagem geográfica do município do Rio de Janeiro. Ele mostra, em cinza, a AP1; em rosa, a AP2; em verde, a AP3; em amarelo, a AP4 e, em azul, a AP5. O território é delimitado pelas águas do oceano Atlântico, em azul-claro, e pelos municípios vizinhos, da região metropolitana, em branco.

EDITAIS E FINANCIAMENTO À CULTURA

A maioria dos agentes que responderam (71%) já tinha se inscrito em editais da Prefeitura antes da pandemia. Nesse âmbito, sobressaem o edital de Fomento às Artes e o Prêmio de Ações Locais, com percentuais elevados de participação (48% e 31%, respectivamente). Com um número bem inferior de inscrições, aparece o edital de Ponto de Cultura (10%).

Figura 2: Participação dos agentes nos editais municipais



Fonte: Pesquisa CLAE/OM, 2021.

Observação: Respostas Múltiplas.

Leitura acessível: o gráfico, de barras azuis horizontais, mostra o percentual de respostas para os editais municipais: Edital de Fomento às Artes, com 48%; o Prêmio de Ações Locais, com 31%; Outro, com 11% e Ponto de Cultura, com 10%.

Até o início dos anos 2000, o acesso ao apoio financeiro pelos órgãos governamentais dedicados à cultura se dava pela chamada prática de “balcão”, na qual prevalecem interesses e relações pessoais. A realização de editais, apesar das muitas críticas que devem ser feitas, incorpora um mecanismo com potencial mais democrático, que pode contribuir para a ampliação da diversidade cultural quando acessado por agentes de diferentes grupos sociais.

O primeiro edital de apoio à cultura na cidade do Rio de Janeiro foi o Fundo de Apoio ao Teatro (FATE), criado em 2003 por pressões da classe teatral. Depois foram sendo criados editais separados por linguagens, como o FAM, para música, o FAAV, para as artes visuais, o FADA, para a dança. A partir de 2013, foram reunidos em um único edital, denominado Edital de Fomento às Artes. Ao longo do tempo, devido a demandas da sociedade civil, manteve-se o nome, mas foram incluídas linhas que extrapolam as linguagens tradicionais, como Artes Integradas, Infância, Incentivo ao Hábito de Leitura, Projetos para Museus, Cultura Afro e Matriz Africa-

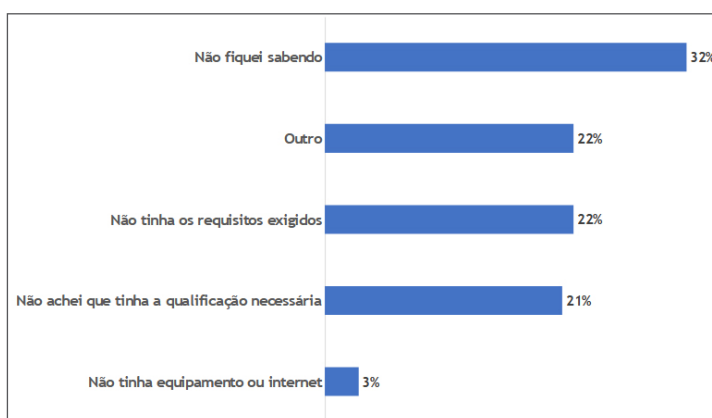
na, Pessoas com Deficiência e LGBT.

O Prêmio de Ações Locais, lançado inicialmente em 2014 pelo governo municipal, acompanhou o contexto da política de cultura e cidadania estabelecida pela gestão de Gilberto Gil à frente do então Ministério da Cultura. Era um edital voltado para projetos desenvolvidos em comunidades, com forte componente territorial, e constituiu um processo inovador pela inclusão de inúmeros agentes culturais periféricos, até então desconhecidos tanto pelo poder público quanto pelo conjunto da sociedade.

Já os Pontos de Cultura fazem parte do programa Cultura Viva, o maior e mais importante programa implementado no país pela gestão de Gil, que tinha como premissa fundamental a ideia de que todo cidadão potencialmente produz cultura — sendo merecedor de apoio financeiro por parte dos órgãos públicos. Essa política foi fundamental para a descentralização da produção cultural no país e por legitimar as atividades realizadas pelos mais diversos grupos espalhados por todo o território nacional. Criado em 2004, o programa foi institucionalizado através da Lei 13.018 de 22 de julho de 2014 e executado mediante convênios com os estados e municípios.

Entre os motivos pelos quais 29% dos agentes culturais nunca tinham se inscrito nos editais municipais, destacam-se: 32% afirmaram que não ficaram sabendo; o não atendimento aos requisitos exigidos é apontado por 22%; um conjunto de razões dispersas foi indicado por outros 22% da amostra; uma auto-percepção quanto à ausência da qualificação necessária foi apontada por 21% dos respondentes e 3% sinalizaram não dispor de equipamentos ou internet.

Figura 3: Motivos para a não inscrição em editais



Fonte: Pesquisa CLAE/OM, 2021.

Leitura acessível: O gráfico, de barras azuis horizontais, mostra os motivos para a não inscrição nos editais: 32% das respostas foram para a opção “Não fiquei sabendo”; 22% apontaram “Não tinha os requisitos exigidos”; 22% indicaram “Outro”; 21% dos respondentes optaram por “Não achei que tinha a qualificação necessária” e 3% marcaram a opção “Não tinha equipamento ou internet”.

Além da evidente necessidade de uma divulgação mais ampla, seria importante uma discussão sobre os processos de seleção e sobre a própria lógica dos editais. Como destaca Rocha (2021), há uma insatisfação bastante generalizada entre os agentes culturais, pois estes são colocados em competição entre si, obrigados a tornar-se produtores para lidar com a burocracia necessária, e os resultados dos editais, em geral, atendem a uma parcela muito reduzida do total de inscritos. O edital de Fomento à Cultura Carioca (FOCA), lançado em 2021 — posterior, portanto, à LAB, é representativo dessa realidade: do total de 5.478 projetos inscritos nas duas linhas do edital, foram apoiados apenas 304 projetos⁴, isto é, um percentual de aprovação de 5,5% do total de inscritos.

Quanto à lei de renúncia fiscal (Lei do ISS), apenas 82 agentes culturais — menos da metade (42%) dos que responderam ao questionário — se inscreveram para tentar apoio financeiro por essa via. Desse, apenas 12 conseguiram captar o suficiente para realizar o projeto, ou seja, 14,6% dos que se inscreveram no edital. Em suma, considerando-se o total da amostra, apenas 6,2% dos agentes conseguiram recursos por essa via. O processo para essa seleção é complexo e exige dos agentes capacidade de planejamento e investimento, além de conhecimentos no meio empresarial para conseguir patrocinadores. O mecanismo de renúncia fiscal, que transfere para o setor privado as escolhas sobre os projetos a serem apoiados, é criticado há muito tempo por agentes,

gestores e pesquisadores em função de seu caráter elitista e concentrador de renda. (RUBIM, 2007).

A territorialidade dos proponentes é muito determinante no caso do edital do ISS: 64% dos 82 agentes que se inscreveram provinham das AP1 e AP2. Entre os 12 que conseguiram captar o suficiente para realizar seus projetos, 66% eram dessas regiões. Essa realidade se explica pelo caráter elitista mencionado, resultando no direcionamento do fundo público para organizações mais estabelecidas, situadas nas zonas mais abastadas da cidade.

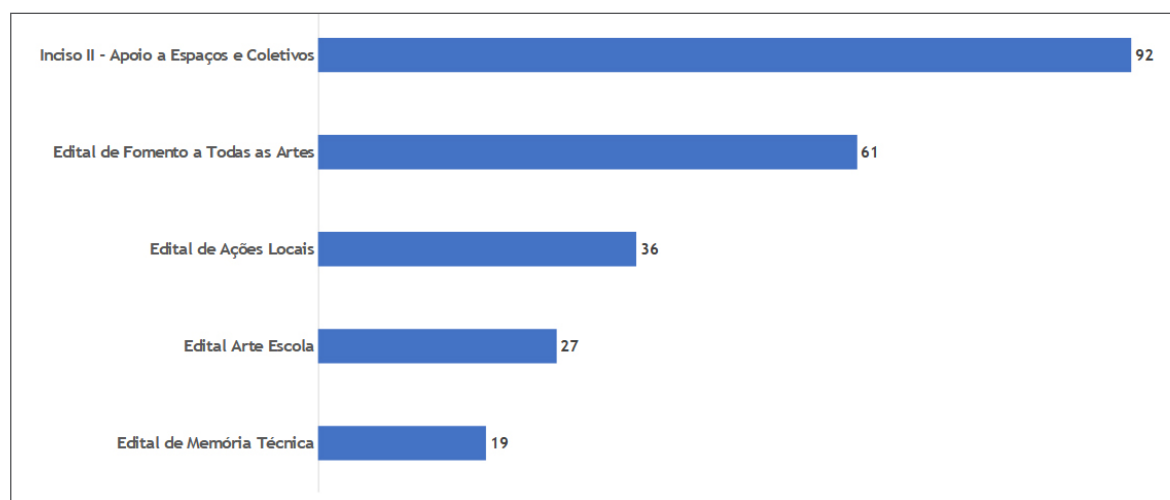
Com a Lei Aldir Blanc (LAB) emerge uma experiência de implementação descentralizada dos recursos federais nos estados e municípios. Na cidade do Rio de Janeiro, tivemos o Inciso II, voltado para a manutenção de grupos e coletivos, e o Inciso III, que foi executado através de quatro editais.

Então, com relação à LAB municipal, 76% dos agentes culturais (142) se inscreveram para receber apoio. Quanto à modalidade de inscrição, o Inciso II foi o que despertou maior interesse: 92 respondentes (49%) se inscreveram para esse apoio, seguido pelo “Fomento a Todas as Artes”, citado por 61 pessoas (33%); “Edital de Ações Locais” teve 36 respostas (19%); “Edital Arte e Escola”, 27 (14%); e, por fim, “Edital de Memória Técnica”, com 19 (10%). Entre os que não se inscreveram, o principal motivo mencionado foi “Não fiquei sabendo” (11), seguido por “Não tinha os requisitos exigidos” (9), ou seja, 6% e 5%, respectivamente.⁵

4. Dados do edital FOCA 2021 em <http://www.rio.rj.gov.br/web/smc/exibeconteudo?id=13841738>.

5. O universo total considerado exclui os seis agentes da Região Metropolitana por estarem impedidos de se inscrever no edital da cidade.

Figura 4: Participação nos editais da LAB municipal



Fonte: Pesquisa CLAE/OM, 2021.

Observação: Respostas Múltiplas.

Leitura acessível: O gráfico, de barras azuis horizontais, mostra a participação dos respondentes nos editais da LAB no município. Com maior incidência, o Inciso II, com 92 respostas; depois o Edital de Fomento a Todas as Artes, com 61; o Prêmio de Ações Locais teve 36 respostas, o Prêmio Arte & Escola teve 27 e o de Memória Técnica teve 19.

Como a LAB visava atender a emergência do campo cultural no momento da pandemia, o desconhecimento quanto aos editais utilizados para implementar a lei na cidade nos remete à questão da exclusão digital. Ainda são muitos os agentes que não têm acesso a equipamentos, à internet de qualidade ou aos conhecimentos necessários para navegar no mundo virtual e, por isso, não têm a chance de usufruir de seus direitos.

No entanto, na amostra avaliada, mais pessoas participaram dos editais da LAB do que de editais anteriores da prefeitura e, entre os que participaram, foram poucos os que não conseguiram apoio — apenas 19 proponentes não foram contemplados, ou seja, 13% daqueles que se inscreveram. Nesse sentido, a LAB mostrou-se também menos burocrática e mais abrangente do que os apoios normalmente concedidos.

Na distribuição territorial, a AP2 teve maior peso relativo no edital “Fomento a Todas as Artes”, enquanto nos outros editais a participação das APs é equivalente. Essa diferença pode ser explicada pelo fato de que o valor concedido no edital de Fomento (R\$ 50 mil) era maior do que nos outros editais, o que atraiu de forma majoritária os proponentes da AP2, que historicamente dominam o campo cultural.

ASSOCIATIVISMO E PARTICIPAÇÃO

A análise revela que os agentes apresentaram um nível bastante elevado de engajamento associativo e participação sociopolítica, sendo que 52% do total afirmaram ter vínculos com algum movimento de classe, associação ou sindicato da área cultural (dimensão associativa) e 65% afirmaram participar em grupos de discussão sobre as políticas culturais da cidade, tais como fóruns, grupos da sociedade civil, assessoria de vereador etc. (dimensão participativa).

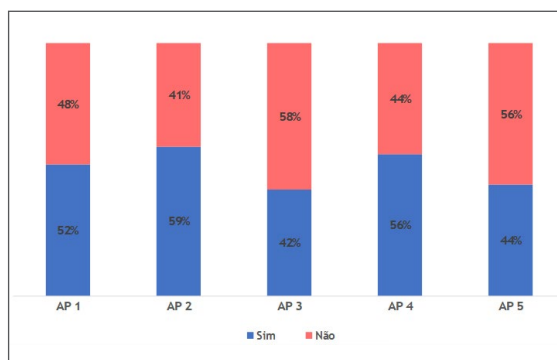
Verifica-se que há mais associativismo nas AP1, AP2 e AP4, enquanto, nas AP3 e AP5, o engajamento é bem inferior do que nas demais (Figura 5).

No que se refere à dimensão participativa, a AP3 se destaca com menor percentual de agentes com participação nos espaços de discussão sobre as políticas culturais da cidade (Figura 6). A análise comparativa entre o grau de participação dos agentes das áreas consideradas como de risco e as demais áreas da cidade não mostra diferenças significativas, com percentuais muito próximos entre as duas, alcançando 63% de participação nas primeiras e 67% nas demais áreas, respectivamente.

Como observado, a dimensão participativa é mais

presente do que a dimensão associativa, o que pode ser explicado pelas dinâmicas que as caracterizam. Enquanto a dimensão associativa requer a construção de identidades coletivas e espaços de articulação (SADER, 2007), a dimensão participativa responde a lógicas mais imediatas da prática cultural, incluindo as emergenciais, como a alocação de recursos e as prioridades em termos das políticas públicas.

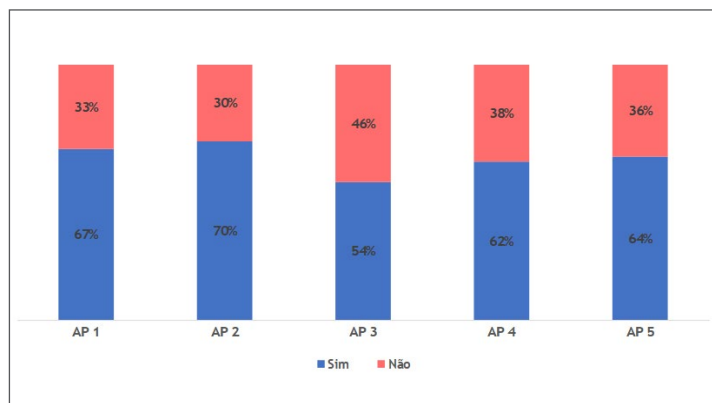
Figura 5: Dimensão associativa – Vínculo com movimento de classe, associação ou sindicato da área cultural



Fonte: Pesquisa CLAE/OM, 2021.

Leitura acessível: O gráfico tem 5 barras empilhadas, associadas às 5 áreas de planejamento, com duas cores em cada uma. Em azul, está a resposta “sim” e, em vermelho, a resposta “não”, quanto ao engajamento em movimento de classe, associação ou sindicato da área cultural. Na 1ª barra — AP1: 52% em azul e 48% em vermelho; na 2ª barra — AP2: 59% em azul e 41% em vermelho; na 3ª barra — AP3: 42% em azul e 58% em vermelho; na 4ª barra — AP4: 56% em azul e 44% em vermelho, na 5ª barra — AP5: 44% em azul e 56% em vermelho.

Figura 6: Dimensão participativa – Engajamento em grupo de discussão sobre as políticas culturais da cidade (fóruns, grupos da sociedade civil, assessoria de vereador etc.)



Fonte: Pesquisa CLAE/OM, 2021.

Leitura acessível: O gráfico tem 5 barras empilhadas, associadas às 5 áreas de planejamento, com duas cores em cada uma. Em azul, está a resposta “sim” e, em vermelho, a resposta “não”, quanto à participação em grupo de discussão sobre as políticas culturais da cidade (fóruns, grupos da sociedade civil, assessoria de vereador etc.). Na 1ª barra — AP1: 67% em azul e 33% em vermelho; na 2ª barra — AP2: 70,1% em azul e 30% em vermelho; na 3ª barra — AP3: 54% em azul e 46% em vermelho; na 4ª barra — AP4: 62% em azul e 38% em vermelho, na 5ª barra — AP5: 64% em azul e 36% em vermelho.

PRIORIDADES NO SETOR CULTURAL

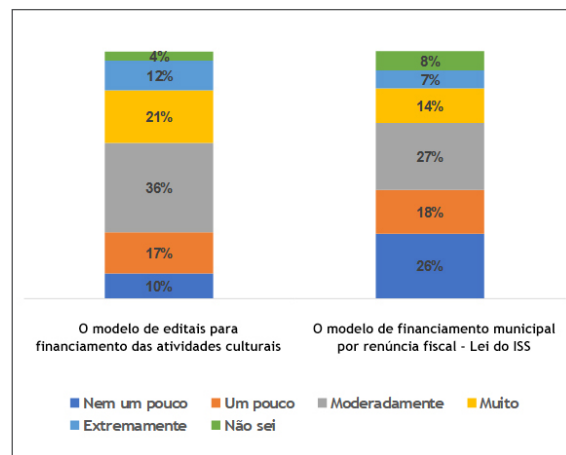
Na opinião dos agentes culturais sobre as prioridades do governo municipal na elaboração de políticas culturais, o financiamento para as atividades surge como o tema mais mencionado, seguido pela qualificação dos equipamentos culturais e pela redução da desigualdade na distribuição territorial dos serviços e recursos. Pode-se inferir que a reivindicação pela redistribuição territorial da política cultural qualifica as demais prioridades, ao implicar o acesso mais inclusivo aos recursos e infraestrutura cultural nos diferentes territórios da cidade.

Entre os temas menos mencionados, destaca-se a reestruturação da Secretaria Municipal de Cultura (SMC), o uso de tecnologias digitais e a gratuidade da internet para atividades culturais. De certa forma, esses dois últimos pontos podem ser considerados surpreendentes, já que o questionário foi implementado numa situação de pandemia em que as atividades presenciais tiveram que ser substituídas por atividades remotas.

A avaliação dos agentes quanto às formas de financiamento mostra que a insatisfação em relação à Lei do ISS (fomento indireto), é quase três vezes maior do que em relação aos editais do fomento direto (27% e 10%, respectivamente). Aqueles que se mostraram moderadamente, muito, e extremamente favoráveis ao modelo de editais representam 73% da amostra, ao passo que, para a renúncia fiscal, esse percentual fica em 54%.

A insatisfação quanto à Lei municipal do ISS pode ser justificada pelo dado anteriormente apresentado, que revela como esse mecanismo é bastante restrito, enquanto os outros editais (incluindo a LAB) conseguem chegar a uma diversidade maior de agentes culturais.

Figura 7: Satisfação dos agentes quanto aos modelos para financiamento cultural



Fonte: Pesquisa CLAE/OM, 2021.

Leitura acessível: O gráfico tem duas barras empilhadas, cada uma dividida em 6 camadas coloridas que indicam as gradações de satisfação. A 1ª barra mostra a opinião dos agentes culturais quanto ao modelo de editais: em azul, 10% optaram por “Nem um pouco” satisfeito; em laranja, 17% por “Um pouco”; em cinza, 36% por “moderadamente” satisfeito; em amarelo, 21% se colocam como “Muito” satisfeitos; em azul-claro, 12% optam por “Extremamente” satisfeitos e, em verde, 4% dizem “Não sei”. A 2ª barra mostra a opinião quanto ao financiamento por renúncia fiscal (Lei do ISS): em azul, 26% optaram por “Nem um pouco” satisfeito; em laranja, 17% por “Um pouco”; em cinza, 36% por “moderadamente” satisfeito; em amarelo, 21% se colocam como “Muito” satisfeitos; em azul-claro, 12% optam por “Extremamente” satisfeitos e, em verde, 4% dizem “Não sei”.

Tabela 1: Opinião dos agentes quanto às prioridades que deveriam ser adotadas pela prefeitura no setor cultural

Em sua opinião, quais deveriam ser as prioridades da prefeitura no setor da Cultura? (Escolha até 5 opções)		
Financiamento para as atividades	154	17,4%
Expansão, manutenção e melhoria dos equipamentos	110	12,5%
Redução da desigualdade na distribuição territorial dos serviços e recursos	95	10,8%
Formação artística e cultural dos agentes culturais	81	9,2%
Formação de público	70	7,9%
Valorização do patrimônio artístico, histórico e cultural	66	7,5%
Estímulo e reconhecimento da participação dos agentes culturais nas decisões	61	6,9%
Suporte, acesso e qualificação de espaços públicos	58	6,6%
Garantia de acessibilidade para pessoas com deficiência	54	6,1%
Apoio às manifestações culturais tradicionais	50	5,7%
Reestruturação da Secretaria Municipal de Cultura	40	4,5%
Internet grátis em espaços culturais públicos	23	2,6%
Formação e condições de uso de tecnologias digitais nos equipamentos culturais	21	2,4%
Total	883	100%

Fonte: Pesquisa CLAE/OM, 2021. Observação: Respostas múltiplas, assinalando-se até cinco prioridades.

Tabela 2: Opinião dos agentes culturais quanto aos princípios norteadores dos editais

Em sua opinião, quais princípios deveriam nortear as seleções públicas para financiamento?		
Redução da desigualdade na distribuição territorial de recursos	127	14,8%
Apoios de longo prazo	95	11,1%
Impacto sociocultural na comunidade e/ou território	83	9,7%
Simplificação dos processos e formulários	77	9,0%
Apoio a ações afirmativas	70	8,1%
Transparência dos critérios	62	7,2%
Diversidade de temáticas e linhas de apoio	51	5,9%
Prioridade para proponentes Pessoas Físicas	50	5,8%
Vínculo com comunidades locais	50	5,8%
Acessibilidade para pessoas com deficiência	38	4,4%
Atendimento a proponentes de distintas capacidades de gestão	36	4,2%
Apoios específicos para profissionais de funções técnicas	30	3,5%
Divulgação dos componentes das bancas	22	2,6%
Maior divulgação das seleções	21	2,4%
Inovação ou ineditismo da proposta	20	2,3%
Ampliação dos prazos para inscrição, recursos e entrega de documentos	20	2,3%
Inovação nas formas de divulgação	7	0,8%
Total	859	100,0%

Fonte: Pesquisa CLAEC/OM, 2021.

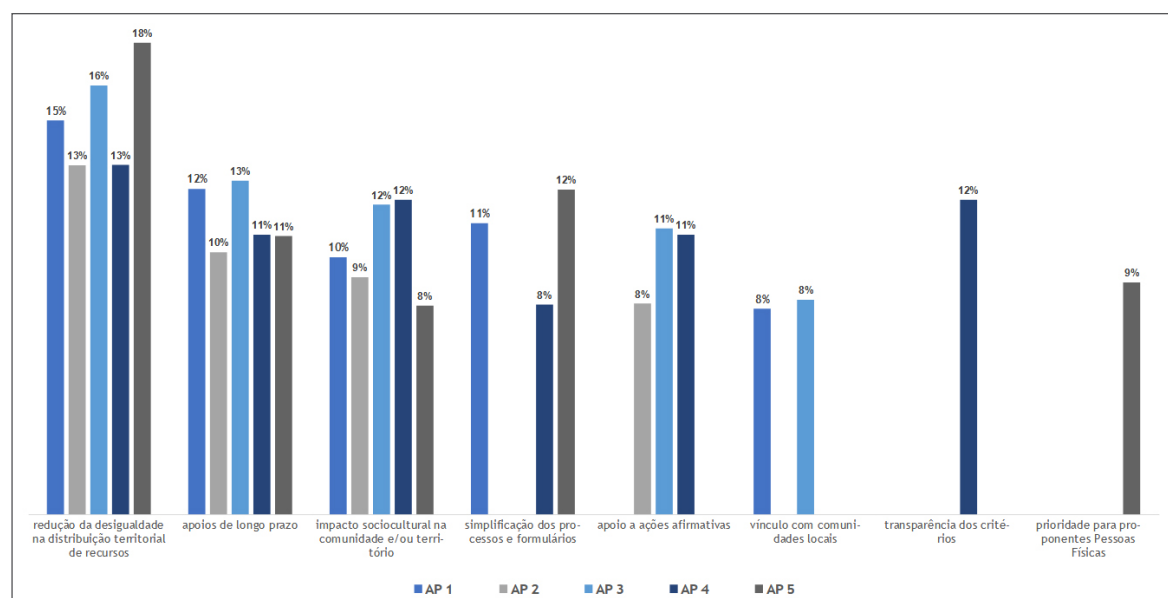
Com relação aos princípios que, para os agentes, deveriam nortear as seleções públicas para financiamento, entre 17 opções apresentadas, a Tabela 2 mostra as opções escolhidas em ordem decrescente do número de respostas.

Analisando as escolhas dos cinco princípios mais mencionados por cada uma das APs, observa-se, na Figura 8, que “redução da desigualdade na distribuição territorial dos recursos” foi considerado como o mais relevante pelos agentes culturais de todas as áreas, sendo o mais mencionado por aqueles da AP5.

Figura 8: Princípios prioritários para as seleções de financiamento por AP

Fonte: Pesquisa CLAEC/OM, 2021.

Leitura acessível: O gráfico, de barras verticais coloridas, mostra os oito princípios mais mencionados pelos agentes das diversas APs, sendo em azul as escolhas da AP1, em cinza, as da AP2, em azul-claro as da AP3, em azul-escuro as da AP4 e em cinza-escuro as da AP5. Os princípios “redução das desigualdades na distribuição territorial de recursos”, “apoios de longo prazo” e “impacto sociocultural na comunidade e/ou território” foram os mais mencionados e estão no lado esquerdo do gráfico, com barras de todas as cores. “Simplificação dos processos e formulários” é apontado pelas APs 1, 2 e 5; “apoio a ações afirmativas” é mencionado pelas APs 2, 3 e 4; “vínculo com comunidades locais” tem barras azul e azul-claro (APs 1 e 3) indicando 8%; a AP4 aparece em “transparência dos critérios” com 12% e “prioridade para proponentes Pessoas Físicas” é sinalizado pela AP5 (9%).



Tal dado aponta a urgência de inclusão do fator espacial no desenho de políticas públicas culturais. Outros dois princípios presentes entre os mais mencionados em todas as APs são “impacto sociocultural nas comunidades e territórios” e “apoio de longo prazo”. Cabe registrar que a reivindicação de “apoio às ações afirmativas” se destacou como uma prioridade nas APs 2, 3 e 4 e “simplificação dos processos e formulários” nas APs 1, 2 e 5.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível assinalar alguns pontos que sobressaem a partir da análise apresentada. Um deles ilumina o fato de que as políticas voltadas para o financiamento cultural, afora o mecanismo de incentivo fiscal via dedução do ISS, não estão vinculadas a leis, sendo majoritariamente desenhadas no formato de seleção de projetos de curto prazo. Essa prática confere fragilidade ao setor cultural em função do baixo grau de institucionalidade, tornando a regularidade e o volume do financiamento à cultura dependentes dos interesses de cada gestão governamental. Nessa perspectiva, o fortalecimento do setor requer a configuração de um sistema municipal de cultura, fundado em uma regulamentação legal instituída, com mecanismos de participação e controle, instrumentos de gestão e financiamento.

Apesar da conquista representada pela existência dos processos seletivos guiados por editais públicos, verifica-se a necessidade de aprimoramento desse modelo, uma vez que o “financiamento para as atividades” foi a prioridade para a política cultural mais apontada pelos agentes nesta pesquisa. Além disso, cabe destacar que a necessidade de “apoios de longo prazo” foi sinalizada entre os cinco princípios mais relevantes por agentes de todas as Áreas de Planejamento.

No que se refere à análise territorial, destaca-se o maior envolvimento dos agentes culturais na discussão das políticas (dimensão participativa) do que seu engajamento em movimentos de classe, associações ou outras formas de organização da área cultural (dimensão associativa). O maior interesse na participação sociopolítica talvez possa ser explicado pela necessidade de pressionar o poder público para garantir o atendimento de suas reivindicações e pela própria volatilidade dos mecanismos de fomento. No entanto, também vale refletir se um maior engajamento associativo dos agentes não poderia fortalecer suas reivindicações e facilitar a conquista de dispositivos que promovessem maior estabilidade para a atuação no campo.

Depreende-se da pesquisa a urgência em estabelecer melhores critérios para a inserção da variável espacial na elaboração das políticas culturais, pois a “redução da desigualdade na distribuição territorial dos recursos”, além de ser a terceira prioridade sugerida pelos agentes ao poder público, com relação às seleções de fomento é o princípio elencado em primeiro lugar pelos respondentes de todas as áreas da cidade. É válido destacar que as políticas culturais para a cidade do Rio de Janeiro, tanto de âmbito municipal como estadual, vêm avançando nesse sentido, ora com a promoção de editais específicos para territórios populares, ora com pontuações distintas para projetos oriundos destes. No entanto, a avaliação dos agentes evidencia a precariedade com que essas medidas de redução de desigualdades vêm sendo implementadas, demandando estudos mais aprofundados que relacionem as dinâmicas territoriais às especificidades da área cultural, a fim de elaborar instrumentos eficientes.

Também apontado por todas as APs, o uso do critério “impacto sociocultural nas comunidades e territórios” nos editais revela a importância dada à dimensão social da cultura. Nessa linha, podemos considerar os princípios de “apoio a ações afirmativas”, assinalado pelos agentes das APs 2, 3 e 4, e “vínculo com as comunidades locais”, pelos agentes das AP1 e AP3.

Por outro lado, reivindicações no sentido do atendimento ao artista ou produtor menos estruturado expressam-se nas escolhas pelos princípios “simplificação dos processos e formulários”, relevante para os agentes das APs 1, 2 e 5; “prioridade para proponente pessoa física”, indicado por agentes da AP5, e, ainda, “transparência de critérios”, para agentes da AP4. Nesse último caso, podemos levantar a hipótese de que a frustração da expectativa quanto ao potencial democrático dos editais, somada às exigências do formato seletivo e à baixa formação dos agentes, junto com a conhecida reincidência de contemplados, poderia — com razão — levantar questionamentos quanto aos critérios utilizados.

Por fim, permanece premente o desafio da aprovação do plano municipal de cultura, cujo processo foi iniciado e sucessivamente interrompido. O plano deverá contribuir com o estabelecimento de prioridades e compromissos financeiros e com a continuidade das políticas no campo cultural, além de possibilitar o acesso aos recursos do Sistema Nacional de Cultura. Para isso, os municípios precisam instituir um fundo, um conselho e um plano de cultura, sendo este último a única pendência do Rio de Janeiro. A incompletude do sistema municipal e sua desconexão com o sistema nacional aprofundam a instabilidade

de um setor que, se muito contribui para a vida coletiva e de cada cidadão, ainda não obteve o devido reconhecimento social e a correspondente valorização orçamentária na gestão pública.

REFERÊNCIAS

- CERTEAU, Michel de. **A Cultura no Plural**. Campinas, SP: Papirus, 1995.
- CHAUÍ, Marilena. Uma política de Cidadania Cultural. Entrevista a Gabriel Cohn. In: **Revista Lua Nova**, nº 20, São Paulo, maio de 1990.
- ROCHA, Veronica. Distribuição territorial do fomento direto à cultura: caso da cidade do Rio de Janeiro entre 2014 e 2018. **Anais do XVII ENECULT**, online, 2021. Disponível em: <http://www.enecult.ufba.br/modulos/submissao/Upload-568/131749.pdf>. Acesso em 20 set. 2022.
- RUBIM, Albino. (Org.). **Políticas culturais no Brasil**. Salvador: Edufba, 2007. Disponível em <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ufba/138/4/Políticas%20culturais%20no%20Brasil.pdf>. Acesso em 14 set. 2022.
- SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena**. Experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo 1970 – 1980. São Paulo: Paz e Terra, 2007. ■

Veronica Diaz Rocha é mestre em Políticas Públicas e Formação Humana (PPFH/UERJ) e doutoranda pelo mesmo programa. Pesquisadora associada ao Centro Latino Americano de Estudos em Cultura (CLAEC).
veronicadia@gmail.com

Orlando Alves dos Santos Junior é doutor em planejamento urbano e regional; professor do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional - IPPUR da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, pesquisador da rede Observatório das Metrôpoles.
orlando.santosjr@gmail.com

Pâmela Matos é economista pela IE/UFRJ, mestranda em Planejamento Urbano e Regional (IPPUR/UFRJ) e pesquisadora associada ao CLAEC. pammts@gmail.com

Táisa Sanches é pesquisadora de pós-doutorado e professora colaboradora no Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da UFRJ (IPPUR/UFRJ), bolsista FAPERJ nota 10. Mestre e doutora em Ciências Sociais (PUC-Rio).
taisasanches@gmail.com

Andrea Chiesorin é doutoranda em Políticas Públicas e Formação Humana (PPFH/UERJ), mestre em políticas públicas e formação humana, pesquisadora associada ao CLAE.
andreachiesorin@gmail.com

Mariana Luscher Albinati é doutora em Planejamento Urbano e Regional, professora do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional - IPPUR/UFRJ e pesquisadora do Observatório das Metrôpoles.
marianalbinati@yahoo.com.br

Luiz Manoel Estrella é mestre em Estudos da Cultura (Instituto Universitário de Lisboa - ISCTE), pesquisador associado ao CLAEC.
luizmestrella@gmail.com

Teresa Cristina M. Mendes

Plataformas digitais x teorias “analógicas”

o descompasso para compreensão
do fenômeno contemporâneo

Resumo

Plataformas digitais têm sido um tema contemporâneo bastante debatido pela mídia jornalística, pelos acadêmicos ou mesmo pelas autoridades públicas. O que a literatura sobre o tema tem demonstrado é a dificuldade de “encaixar” em conceitos estruturados de longa data as práticas que se tem observado no mundo digital. O objetivo deste artigo é explorar o tema, trazendo um panorama, embora sucinto, das dificuldades dos teóricos na apreensão desse fenômeno. O que se conclui é que essas dificuldades não são nada triviais, o que compromete e/ou impossibilita a elaboração de políticas públicas cada vez mais necessárias, notadamente no que tange à segurança e privacidade dos dados dos usuários, à proteção da força de trabalho e a regulamentações sobre o poder de mercado das empresas de tecnologia.

Plataformas digitais

Plataformas online

Economia de plataforma

Disrupção tecnológica

Abstract

Digital platforms have been a contemporary topic much debated by the journalistic media, by academics or even by public authorities. What the literature on the subject has demonstrated is the difficulty of “fitting” the practices that have been observed in the digital world into long-standing structured concepts. The objective of this article is to explore the theme, providing an overview, albeit succinct, of the difficulties faced by theorists in apprehending this phenomenon. What is concluded is that these difficulties are not at all trivial, which compromises and/or makes impossible the elaboration of increasingly necessary public policies, notably with regard to the security and privacy of user data, the protection of the workforce and the regulations on the market power of technology companies.

Digital platforms

Online platforms

Platform economy

Technological disruption

INTRODUÇÃO

*Admirável Mundo Novo*¹

Plataformas digitais têm sido um tema contemporâneo bastante debatido pela mídia jornalística, pelos acadêmicos ou mesmo pelas autoridades públicas. O que a literatura sobre o tema tem demonstrado é a dificuldade de “encaixar” em conceitos estruturados de longa data as práticas que se tem observado no mundo digital, seja do ponto de vista organizacional (avaliações de concentração de mercado, por exemplo), seja do ponto de vista da mercantilização/monetização dos dados públicos e privados por parte das grandes empresas de tecnologia (e seus problemas de privacidade e vigilância), entre outras questões.

Novas teorias encontram-se em construção, em face da complexidade e do seu caráter multifacetado, abarcando diferentes áreas de estudo sobre a digitalização da sociedade, como teóricos da economia, administração, sociologia, ciência política, direito, comunicação, sistemas de informação, ciência da computação, sistemas de inovação etc.

Aparentemente, o tema das plataformas digitais traz em seu bojo um nível de dificuldade tão grande para análise, que avançar na sua compreensão, com definições conceituais precisas e avaliação de seus impactos, demandaria uma interdisciplinaridade na sua abordagem nunca antes vista no estudo de fenômenos econômico-sociais.

As plataformas digitais estão cada vez mais presentes na vida cotidiana das pessoas e empresas (presença exacerbada pela crise sanitária da Covid-19). A elaboração desse artigo, por exemplo, não teria sido possível sem o uso de uma das maiores plataformas digitais, no caso o Google. A sua penetração cada vez maior no tecido social e econômico, portanto, reflete as facilidades proporcionadas pelas tecnologias digitais, revolucionadas pelos rápidos avanços da computação em nuvem, big data, algoritmos e na disseminação massiva da Internet (fundamentalmente através dos dispositivos móveis e do espraiamento das redes sem fio), o que indicaria um caminho sem volta.

Kenney e Zysman (2016) afirmam que: *“The application of big data, new algorithms, and cloud computing will change the nature of work and the structure of the economy. But the exact nature of that change will be determined by the social, political, and business choices we make.”*

Ressaltam ainda que,

*Acknowledging the constraints of code [algoritmos] and the centrality of company choice in shaping outcomes [estratégias corporativas], our platform future, the character of market, and the social logic established will depend on an array of policy choices. What market and social rules are appropriate for a platform economy and society?*²

Entretanto, será que, de fato, há escolhas possíveis, segundo o argumento dos autores? Seria viável legislar sobre as plataformas digitais, quando se percebe que o fato de estarem sempre um passo à frente as torna soberanas na definição das próprias regras de mercado, dificultando a atuação dos entes públicos? Mais ainda, será que, em países menos desenvolvidos e com aparatos institucionais menos eficientes, isso poderia ser viabilizado, em contraponto ao enorme poder das grandes empresas de tecnologia?

Afinal, como citado por Riso (2019),

One fundamental feature of online platforms relates to the ‘network effects’, that is, platforms become more valuable as more users use them, which in turn favours Market concentration, triggering a cycle of growth. At the same time, this makes it more difficult for new market entrants to get a hold in the new market.

O poder nas mãos de poucos tem gerado crescente preocupação. Exemplos nesse sentido não faltam, como os impactos causados pelo Facebook nas eleições americanas de 2016 e na votação do Brexit, naquilo que ficou conhecido como *Cambridge Analytica Scanda*³. Ou mesmo as revelações de Edward Snowden sobre informações de cidadãos não americanos repassadas aos serviços de segurança americanos pelas gigantes de tecnologia, como Apple, Facebook e Google, entre outras⁴.

Diferentemente das empresas no topo dos rankings atualmente, as empresas antigas, num passado não tão longínquo, tinham sua propriedade pulverizada por milhares de acionistas, quando hoje pertencem a poucos indivíduos, numa concentração de poder e riqueza jamais vista.

Nas palavras de Gary Hoover, *Executive Director da American Business History Center*⁵:

² Termos entre colchetes inseridos pela autora, para melhor compreensão.

³ Ver matéria da BBC News Brasil de 20/03/2018 (Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-43461751>. Acesso em: 15 jul. 2022).

⁴ Ver House of Lords (2016).

⁵ Ver <https://americanbusinesshistory.org/most-valuable-companies-the-last-25-years/>. Acesso em: 25 jul. 2022.

¹ Tradução brasileira do título do romance escrito por Aldous Huxley em 1932, originalmente denominado *Brave New World* e ambientado na cidade de Londres no ano de 2540.

If we go back fifty years, big market capitalization companies such as General Motors, AT&T, Sears, and General Electric were broadly owned by tens of thousands of shareholders, with no one person owning more than a fraction of a percent. In many cases, a large chunk of stock was owned by employees, especially at Sears.

While many big companies still follow that pattern, there are a lot more high value companies where one person owns a large block of stock, resulting in extreme wealth.

As estatísticas compiladas pela *American Business History Center* não deixam nenhuma dúvida sobre a predominância das empresas de tecnologia no mundo corporativo atual, ao revelarem que, se em 1995 constavam apenas duas empresas (IBM e Microsoft) dessa área entre as dez maiores no mercado americano em termos de capitalização⁶ (e nas últimas posições), em 2022 são seis as empresas, sendo quatro delas nas primeiras posições (Apple, Microsoft, Alphabet/Google, Amazon, Nvidia e Meta/Facebook).

Numa comparação, ainda que imperfeita, o acrônimo GAFAM (Google, Apple, Facebook, Amazon e Microsoft) corresponderia a 4ª economia no mundo em 2020⁷, quando cotejado o valor de mercado conjunto das mesmas com o PIB dos países, atrás apenas de Estados Unidos, China e Japão.

Esse extraordinário poder vem se intensificando em variados mercados, pois muitas dessas empresas expandiram suas atuações para muito além daqueles setores em que originalmente atuavam, seja adquirindo outras empresas (que eventualmente podiam até ameaçar a sua soberania), seja desenvolvendo novos produtos e serviços.

Ressalta-se que o alcance eficiente e com baixos custos a mercados globais seria uma das principais características dessas organizações digitais, num processo de crescimento autossustentável em escala mundial inédita⁸.

⁶ Vale a ressalva de que tal medida (capitalização de mercado), ainda que forneça uma ideia da dimensão de valor, retrata uma métrica altamente volátil, que tem mais a ver com as expectativas dos ganhos futuros, expectativas essas sujeitas aos “humores” do mercado de capitais. Ainda assim, segue válida para o propósito aqui indicado. Calculada pela autora.

⁷ Optou-se pela comparação levando-se em conta o ano de 2020, uma vez que as estatísticas para o PIB trazem para todos os países o mesmo ano de referência de 2020, ao contrário de 2021, em que alguns países já o têm calculado para este último ano, enquanto outros estão defasados.

⁸ Obviamente não se devem desconsiderar as oportunidades para os pequenos empreendedores, que também se beneficiam dessa “globalização digital” proporcionada pelas plataformas,

Talvez uma das questões mais relevantes, e que de alguma forma retratam a “armadilha” que pode ser associada às plataformas, é aquela apontada no artigo de Xue, Tian e Zhao (2020): “*Economists have developed various models to help analyze whether certain business practices may harm consumers by excluding competitors from the market, or benefit consumers by lowering prices or improving quality.*”

Várias são as questões sobre as plataformas digitais que demandam reflexão, desde a sua conceituação, propriamente, até os impactos que as mesmas têm causado nas estruturas sociais, econômicas, políticas e culturais, passando pelos desdobramentos futuros, com o advento da WEB3. O objetivo deste artigo, portanto, é explorar o tema, trazendo um panorama, embora sucinto, das dificuldades dos teóricos na apreensão desse fenômeno. O que se conclui é que essas dificuldades não são nada triviais, o que compromete e/ou impossibilita a elaboração de políticas públicas cada vez mais necessárias, notadamente no que tange à segurança e privacidade dos dados dos usuários, à proteção da força de trabalho e a regulamentações sobre o poder de mercado das empresas de tecnologia.

O QUE SÃO PLATAFORMAS DIGITAIS?

A transformação do mundo analógico para o mundo digital, através das tecnologias de informação e comunicação (TICs), configura-se como acontecimento relativamente recente, atribuído por muitos analistas como inovações disruptivas cada vez mais aceleradas e impactantes, do ponto de vista socioeconômico e cultural.

Essa transformação em curto espaço de tempo convive com teorias para sua compreensão e legislações para sua regulamentação ainda fortemente associadas ao mundo “analógico”, dadas as dificuldades inerentes de compreensão dessa nova realidade em rápida mudança e, fundamentalmente, de acompanhamento.

As plataformas online, presentes desde os anos 1990 e viabilizadas pelo surgimento da Internet e seu alcance por todo o planeta, são um dos desdobramentos das tecnologias digitais e, conseqüentemente, da transformação causada na sociedade, por meio de transações de bens tangíveis e intangíveis numa escala sem precedentes. Muitos autores chegam a denominar a nova era como capitalismo de plataforma digi-

ao acessar mercados inimagináveis na era pré-digital, por exemplo, através da plataforma Etsy.

tal, capitalismo de vigilância, ou mesmo capitalismo tecnológico⁹.

A contemporaneidade do tema pode ser avaliada pelo número de publicações com essas três terminologias citadas acima, em anos recentes. O Quadro 1 a seguir apresenta estatísticas de buscas no Google Scholar desde 2010, em artigos com os termos em inglês.

Quadro 1: Citações em artigos em inglês (2010 a agosto de 2022)

Termos	Últimos 5 anos (2018 a 2022) /total (2010 a 2022)	Últimos 3 anos (2020 a 2022) /total (2010 a 2022)
	%	%
<i>Platform Capitalism</i>	93,6	66,7
<i>Surveillance Capitalism</i>	96,1	79,0
<i>Techno Capitalism</i>	61,2	40,2

Fonte: Elaborado pela autora, com base em buscas no Google Scholar em 11 e 12/08/2022.

Ainda que se tenha avançado nas reflexões que buscam abarcar esse fenômeno, seja do ponto de vista dos acadêmicos, seja do ponto de vista dos legisladores, ainda nos deparamos com uma miríade de definições conceituais¹⁰ e percepções, algumas vezes antagônicas, sobre se seriam mesmo tecnologias disruptivas, ou meramente continuidade do modelo neoliberal de acumulação de capital. Isso dificultaria ainda mais o entendimento do mundo digital e, consequentemente, como atuar sobre ele.

Discussões sobre regulamentação, por exemplo, são complexas, já que há discordância entre os estudiosos em atribuir a característica de monopólio natural como nos tempos analógicos (ex: utilidades públicas como redes de gás, portos etc.), quando na verdade as plataformas digitais seriam “monopólios” frutos da inovação, que ensejariam economias de escala¹¹ e efeitos de rede¹², criando barreiras para novos entrantes (VALENTE, 2020a). Nesse sentido, a questão seria identificar se a “quebra” desses monopólios traria vantagens ou desvantagens para os consumidores.

⁹ Ver Steinberg (2022).

¹⁰ Valente (2020a) lista as várias definições conceituais para plataformas digitais em diversos campos do conhecimento (economia, administração, ciência da informação, direito, sociologia e comunicação), com os autores trabalhando com termos análogos, como intermediários da Internet, *match-makers*, plataformas, plataformas online, plataformas digitais, sociedade de plataforma etc.

¹¹ Quando um aumento da capacidade produtiva implica aumento da produção sem aumento proporcional dos custos dessa produção.

¹² Quando um produto ou serviço ganha valor adicional à medida que mais pessoas o consomem.

Complementarmente, a própria inovação presente no ambiente das plataformas resulta em poder de mercado transitório, uma vez que estão sujeitas a ciclos disruptivos de inovação (ex: Altavista e Google; MySpace e Facebook). As firmas competiriam não apenas dentro de estruturas de mercado definidas, mas as inovações levariam a mudanças dessas próprias estruturas, daí o caráter disruptivo¹³.

Segundo Steinberg (2022), o termo “plataforma” teria se originado da indústria automotiva do século 20, em que o “*Toyotism [...] is the unseen industrial and epistemological background against which the platform economy plays out.*” Ainda segundo o autor,

[...] platform capitalism may best be described as automobile platform capitalism: as a set of production practices, labour-management techniques, and data accumulation strategies optimized for the ‘production and self-expansion of capital’ particularly in its Toyotist form.

Under the hood, most platform companies (with the possible exception of social media) are ultimately data-dependent logistics firms, in the mould of Toyota.

[...] in Toyota’s post-1950s management innovations we find many of the elements central to definitions of platform capitalism, including:

- coleta e mobilização de dados;
- a modelagem de empresas como intermediários ou hubs entre os locais de produção;
- a dependência de trabalhadores temporários;
- o papel crucial da logística;
- modelos just-in-time de produção e entrega;
- modelos de plataforma de padronização mais variação;
- a terceirização de riscos e custos de armazenamento para empresas subsidiárias ou fornecedoras¹⁴.

Também nas palavras do autor,

Like Uber today, Toyota operated as a coordinating intermediary: it gathered and mobilized data in car production, it delegated the production of parts to multiple suppliers, and it functioned as an intermediary between end consumers and suppliers.

¹³ Ver House of Lords (2016).

¹⁴ Tradução livre.

Platform capitalism should be considered an extension of Toyotism and automobile logics, rather than a complete break from these.

Não por acaso, o paralelo entre certas plataformas digitais e o setor automobilístico se traduz, na visão do autor, por empresas como Uber e Waymo, ambas americanas, sendo a última parte do conglomerado da Alphabet Inc. (direcionada para carros autônomos) e Didi Chuxing, empresa chinesa proprietária da 99 e maior aplicativo de transporte daquele país, todas associadas ao transporte e indústria automobilística e produtoras intensivas de dados.

Além dessas empresas, o paralelo pode também ser observado em outras empresas tecnológicas, que estariam envolvidas na manufatura de carros, como mostra notícia relativamente recente de 2021, em que a Foxconn, maior parceira da Apple, vem investindo em carros elétricos em associação com a também taiwanesa Yulon Motor, com previsão de chegada ao mercado em 2023¹⁵.

Isso retrataria o caráter “carrocêntrico” das plataformas digitais no entendimento do autor (à exceção das plataformas sociais).

In stressing the continuities between the automobile industry and the platform economy, this article also builds on John Urry’s visionary work on ‘automobility’, reaffirming his emphasis that the car is ‘the quintessential manufactured object’ that integrated different sectors of 20th-century capitalism (Urry, 2004, pp. 25–26) – and extending it into the 21st century.

Steinberg (2022) reforça sua compreensão de que os modelos econômicos não seriam essencialmente diferentes, pois guardariam muitas semelhanças, discordando do caráter disruptivo, já que há que se ter precaução quanto à avaliação da interação entre teoria das plataformas e práticas organizacionais,

Doing so requires that we appreciate the complex, two-way relationship between platform theory and organizational practice. Attending to how one impacts the other allows us to see the more circuitous relationship between new technologies as they produce (or do not produce) new organizational forms.

Todavia, o autor, a despeito de sua argumentação incisiva sobre o continuísmo do Toyotismo no surgi-

mento das plataformas digitais, faz uma ressalva ao final do artigo: “Of course, an over-emphasis on continuities can obscure real differences between Toyotism and platform capitalism.”

A cautela expressada na argumentação de Steinberg (2022) estaria em consonância com a ressalva apontada por Liang, Aroles e Brandl (2022), em que “The hype and grandeur that envelop current debates on platform capitalism are crystallized around the themes of change, freshness and novelty, pointing to the neophilia underlying such debates.”

A análise de Liang, Aroles e Brandl (2022) indica, ao explorarem o conceito de capitalismo de plataforma ancorado em quatro facetas (*crowdsourcing, sharing economy, gig economy and platform economy*), que apenas a economia de plataforma teria representado, de fato, uma ruptura em relação ao mundo analógico, já que as demais poderiam ser facilmente traçadas historicamente no mundo pré-digital (em relativa discordância de Steinberg [2022]). Essa ruptura revela uma mudança em relação à economia de mercado convencional de dois lados, em direção a uma relação triangular, envolvendo as plataformas, trabalhadores e consumidores.

Segundo os autores:

[...] the “platform economy” is premised on both the “algorithm revolution” and cloud computing. Yet, in the platform economy, the platform is not just a new piece of technology, it is also a new business model in its own right. This business model is usually flatter and more participatory than models that are part of the “traditional” economy [...] By extension, the platform economy is distinctive because of its ease of participation and registration; anyone can become a supplier of the platform economy. (LIANG, AROLES; BRANDL, 2022)

Silva (2019) ratifica esse entendimento, em sua resenha do livro *Platform Capitalism*, de autoria de Nick Srnicek, ao argumentar que,

*[...] mudanças nos regimes de acumulação – a evolução capitalista de longo prazo – exigem mais do que inovações tecnológicas: também necessitam de inovações organizacionais. O autor comenta como modelos organizacionais precedentes eram incapazes de lidar com dados e informações da maneira que a plataforma o faz. Avançando, Srnicek identifica na forma com que o regime anterior se exauriu e nas respostas político-econômicas às crises, a gênese da *best-practice* organizacional do regime atual.*

15 Ver <https://insideevs.uol.com.br/news/541466/foxconn-apple-apresenta-carros-eletricos/>. Acesso em: 03 ago. 2022.

Esses argumentos consolidam o caráter disruptivo das plataformas digitais, ao propiciarem novas formas de acumulação que vieram substituir o modelo anterior exaurido do século XX (e também a partir da crise econômica de 2007/2008), numa clara referência ao funcionamento dos ciclos inerentes ao sistema capitalista.

Bearson, Kenney e Zysman (2019) exemplificam essa ruptura dentro dos novos modelos organizacionais, ao mencionarem a questão do trabalho:

Take a software engineer and an Uber driver, a data scientist and an author selfpublished on Amazon, a marketing specialist and an Etsy seller - what do all they have in common? Their work is enabled by digital platforms... Platforms enable a greater and more dispersed division of labor than possible before.

O que chama a atenção, com base na análise desses autores, é que ainda que muitas das características presentes nessa nova configuração digital do mundo encontrem paralelo na história pré-digital, a sua exponencialização (propiciada pelas tecnologias digitais e sua globalização) e seus impactos não são nada desprezíveis, pois ademais envolvem mudanças de comportamento, tanto de indivíduos quanto de empresas, mudanças estas pautadas pelas próprias corporações de tecnologia, através dos seus algoritmos.

A título de exemplo e focado nas plataformas de mídias sociais, o Quadro 2 retrata a dimensão dessa exponencialização.

Mas o que seriam, afinal, as plataformas digitais? De um lado, as definições podem corresponder estritamente ao lado tecnológico (infraestrutura digital – algoritmos, computação em nuvem, IA, Internet etc.), visando interações sociais e de mercado, em geral com discurso otimista sobre redução de custos, flexibilidade, escalabilidade e, portanto, com maior eficiência na alocação de recursos nos mercados, com ferramentas supostamente neutras. De outro, definições não apenas tecnológicas, mas mais abrangentes, ao incorporarem percepções sobre os impactos deste novo modelo sobre a sociedade, em termos econômicos, sociais, políticos e culturais. Neste último caso, corresponderia ao que alguns autores denominam de economia de plataformas.

Para efeitos desse artigo, entende-se, portanto, que as plataformas digitais seriam o elemento-chave da economia de plataformas, o que leva, muitas vezes, à sobreposição de conceitos por parte desses autores. Nesse sentido, as duas terminologias se confundiriam.

Com relação à suposta neutralidade, preconizada em geral pelas próprias empresas de tecnologia ope-

Quadro 2: Plataformas de mídias sociais mais utilizadas no mundo. Número de usuários e país de origem (julho de 2022)

Plataformas	em milhões	País	Plataformas	em milhões	País
Facebook	2.936	EUA	Douyin	613	China
Youtube	2.476	EUA	Kuaishou	598	China
Whatsapp	2.000	EUA	Sina Weibo	582	China
Instagram	1.440	EUA	QQ	564	China
WeChat	1.288	China	Twitter	486	EUA
TikTok	1.023	China	Pinterest	433	EUA
Facebook Messenger	1.000	EUA	Reddit	430	EUA
Telegram	700	Rússia	Quora	300	EUA
Snapchat	617	EUA			

Fonte: Datareportal (<https://datareportal.com/>).

radoras das plataformas, vários são os estudos que demonstram exatamente o contrário, ou seja, além do poder econômico dessas empresas, dispõem também do poder de moldar comportamentos, através de seus algoritmos, que personalizam a experiência dos usuários, filtrando as informações mais condizentes com seu perfil de navegação para a oferta de produtos e serviços.

Valente (2020a) cita que “Essas estruturas, em vez de neutras, convidam à participação, mas orquestram as formas, finalidades e limites da sua realização.” Em complemento, afirma que “[...] essas empresas estabelecem as regras do jogo, as lógicas por meio das quais as interações e transações acontecem e os limites destas. Assim, as plataformas digitais não são sistemas neutros.”

Na concepção do autor, plataformas digitais

[...] podem ser compreendidas como sistemas tecnológicos [...] nos quais ocorrem atividades sobre uma base tecnológica, comandados por proprietários (uma empresa, como no caso do Google, ou cooperativas, como a plataforma de comércio europeia Fairmondo), mas das quais participam outros agentes (produtores, intermediários, usuários), cujos controle e gestão jogam papel organizador chave e nos quais operam lógicas econômicas, práticas culturais e normas diversa (regulatórias e internas), a partir das quais os sistemas tecnológicos promovem uma mediação ativa na realização dessas interações e transações.

Kenney e Zysman (2015) as definem como “[...] frameworks that permit collaborators – users, peers, providers – to undertake a range of activities, often creating de facto standards, forming entire ecosystems for value creation and capture.”

Em artigo posterior de 2016¹⁶, os autores chamam a atenção para algo crucial, independente do

¹⁶ Ver Kenney e Zysman (2016).

conceito que se adote:

Regardless of the platform, all of them are based on mobilizing human beings to contribute. Whether it is Google monetizing our searches, Facebook monetizing our social networks, LinkedIn monetizing our professional networks, or Uber monetizing our cars, they all depend on the digitization of value-creating human activities.

Riso, em seu documento de 2019, *Mapping the contours of the platform economy*¹⁷, no âmbito da EUROFOUND (organismo da União Europeia), faz um esforço admirável, no sentido de levantar inúmeros estudos que possam contribuir para a definição dos conceitos e de taxonomias, apontando caminhos para homogeneizá-los, ainda que reconhecendo os enormes obstáculos. Estabelece, de acordo com o próprio EUROFOUND, a definição de plataformas

as “digital networks that coordinate transactions in an algorithmic way” (Eurofound, 2018a; Eurofound, 2017a). Within this definition, the two distinctive elements of platforms are the network as a structured digital “space” where goods or services can be offered or requested and a set of technology-enabled algorithms for matching supply and demand and coordinating transactions in an automated way.

Montalban, Frigant e Jullien (2019) as descrevem:¹⁸

[...] as economic activities where tangible or intangible resources are exchanged between providers and users by the way of centralised electronic platforms. Whatever the types of assets exchanged or the way in which they are exchanged, this broad definition underlines two key points: a platform is a tool to match users and providers and it is also a set of rules defining the creation, the exchange and the closure of the dyadic relationship.

Xue, Tian e Zhao (2020)¹⁹ afirmam que

[...] refers to a series of digital technologies driven by the Internet, cloud computing, big data, and the Internet of Things, with a large number of platform enterprises as the lead, designing and implementing

a complete set of platforms, consumers, and service providers, and influencing upstream and downstream enterprises, to reduce transaction costs of organizational rules and services and to achieve a new type of economic integration in which resources are highly integrated with traditional industries.

Documento da Câmara dos Lordes britânica de 2016, por sua vez, num esforço no âmbito da Comissão Europeia, reproduz a tentativa de avançar sobre o tema, trazendo a seguinte definição²⁰: “*Online platform’ refers to an undertaking operating in two (or multi)-sided markets, which uses the Internet to enable interactions between two or more distinct but interdependent groups of users so as to generate value for at least one of the groups*”.

Em outras palavras, plataformas digitais atuam em mercados multilados (multifacetados), tendo de um lado ofertantes de produtos, serviços e informações e, de outro, usuários que interagem economicamente ou socialmente, e onde as plataformas servem de **intermediárias**, função-chave que caracteriza as plataformas online. Com isto, empresas digitais que não atuam como intermediárias não devem se configurar como plataformas digitais, embora a dinâmica do mercado tenha levado muitas a atuarem como plataformas²¹.

Todavia, trabalhar com conceito muito abrangente, tal qual definido pela Comissão Europeia, pode ser de pouca ajuda, segundo vários interlocutores a que o documento foi submetido para avaliação, em consulta pública, uma vez que mascararia as diferenças de atuação de cada plataforma e correspondentes necessidades de regulamentação. Ou seja, não haveria um conceito único que abarcasse as inúmeras diferenças na forma de atuar dessas plataformas e, portanto, regulamentações sobre as mesmas demandariam análises caso a caso. Isso tornaria dispendiosos e demorados os processos de avaliação, num ambiente de mudanças rápidas e disruptivas, exigindo do poder público especialistas capazes de acompanhar e compreender essas mudanças de forma ágil, tarefa bastante difícil.

Ainda assim, a instituição tentou avançar conceitualmente, definindo os tipos de plataformas digitais e respectivos exemplos (tendo como quadro de referência as diferentes audiências, como *B2B*, *B2C*, *P2P*²² ou combinações das três), conforme Quadro 3.

Segundo explicitado no documento por especia-

17 Ver Riso (2019).

18 Cabe destacar que a definição, para os autores, corresponde à economia de plataforma propriamente, mas que pode ser também lida como definição das plataformas digitais. Os conceitos se sobrepõem, na visão da autora.

19 Idem.

20 Ver House of Lords (2016).

21 No caso do Brasil, empresas como Americanas, Ponto, Magalu etc.

22 Business-to-Business; Business-to-Consumer; e Peer-to-Peer.

Quadro 3: The taxonomy of online platforms used in the Commission's consultation

Type of Online Platform	Example
General search engines	Google, Bing
Specialised search tools	Google shopping, Kelkoo, Twenga, Google Local, TripAdvisor, Yelp
Location-based business directories or maps	Google or Bing maps
News aggregators	Google News
Online market places	Amazon, eBay, Allegro, Booking.com
Audio-visual and music platforms	Deezer, Spotify, Netflix, Canalplay, Apple TV
Video sharing platforms	YouTube
Payment systems	Paypal, Apple Pay
Social networks	Facebook, LinkedIn, Twitter
App stores	Apple App Store, Google Play
Collaborative economy platforms	Airbnb, Uber, Taskrabbit, BlaBlaCar

Fonte: Reproduzido de House of Lords, p. 16 (2016).

listas consultados (interlocutores) e refletindo o quão árdua é a tarefa de conceituação em tema tão complexo e, por conseguinte, gerando mais dúvidas do que certezas do ponto de vista de ordenamento, seguem algumas das observações, a título de exemplo:²³

Ofcom objected to the Commission's inclusion of Netflix as an example of an audio-visual and music platform. They said that Netflix was a "service provider, which commissions programmes or buys them wholesale to create a retail service." CCIA agreed, arguing that Netflix was not multi-sided because it did "not connect buyers and sellers on either side of the platform". Google said that: "If Netflix fits this definition, then any digital company that provides consumers access to a good or service would qualify".

e-Conomics agreed that "Netflix is currently acting as a reseller of content" and that it was not therefore multi-sided, but noted that it might become multi-sided in future by permitting advertising on its platform. In this way, they suggested, "business models may change over time and so does the way in which a platform is operated."

Essa última observação demonstra ainda mais a dificuldade de enquadramento, diante do enorme dinamismo das estruturas organizacionais, já que as tecnologias digitais propiciam a todo o momento mudanças de configuração das empresas, podendo ou não transformá-las em plataformas (ou transformá-las em diferentes tipos de plataformas), de acordo com decisões corporativas estratégicas.

Indo além, inúmeras tentativas de classificá-las, segundo categorias alternativas (modelo de negócios, modo de governança, estrutura de propriedade, modo de interação, etc.), também têm se mostrado insatisfatórias, dada a multidimensionalidade das plataformas digitais, configuradas como complexos "ecossistemas".

De acordo com Kenney e Zysman (2015),

Traditionally we have categorized by sector, but sectors are blurring. A smartphone is at once a communications device through several media, a camera, and a music system, to start a list. We might ask whether the consequences of platforms differ by the original sector being transformed, but ultimately sector is not a very good organizing category for understanding the platform economy due to this blurring of sectors. Perhaps we should categorize platforms by function or business model? Here again, categories blur and overlap.

²³ Ver House of Lords (2016).

Mesmo assim os autores se aventuram na iniciativa (embora reconhecendo as suas limitações), estabelecendo as seguintes categorias e exemplos²⁴:

- Plataformas de Plataformas (Amazon Web Services);
- Plataformas mediadoras de trabalho;
- Trabalho globalmente licitado (Amazon Mechanical Turk);
- Trabalho informal ocasional (Task Rabbit);
- Plataformas que disponibilizam ferramentas online (Github, Zenefits);
- Plataformas de mercados de bens eletrônicos no varejo e uma gama variada de outros produtos e serviços (Etsy, Ebay, Amazon, Apple and Android stores, Youtube);
- Plataformas que pretendem transformar a indústria de serviços (Airbnb e Uber);
- Plataformas que alteram os intermediários nas finanças (Kickstarter, Zopa);
- Plataformas para facilitar a organização social e política, incluindo organizações de trabalhadores.

Em trabalho mais recente, os autores avançam no intento de tipificação das plataformas, oferecendo uma alternativa que tem como foco o trabalho (remunerado ou não), o emprego (remunerado) e a criação de valor nas empresas que as operam²⁵, conforme Anexo 1.

Diante dessa amostra pequena e diversificada de tentativas de definição conceitual e classificação²⁶, cabe destacar a relevância da afirmação de Kenney and Zysman (2016): *“This digitally based new economy has been given a variety of names derived from some of its perceived attributes. **How we label this transformation matters because the labels influence how we study, use, and regulate these digital platforms**”*²⁷.

IMPACTOS DAS PLATAFORMAS DIGITAIS

Além das tentativas de conceituar as plataformas digitais propriamente, acadêmicos e governos têm intensificado esforços para compreender os seus impactos,

do ponto de vista econômico, social, político e cultural, e as consequências do aumento das desigualdades e concentração de riqueza nunca antes vista.

Embora presentes desde os anos 1990, as plataformas digitais ganharam tremendo impulso relativamente recente. Alguns autores chegam a afirmar que, após a crise de 2007/2008, o suposto esgotamento do modelo neoliberal não teria ocorrido, sendo as plataformas digitais sua continuidade, exacerbando o papel do mercado (em oposição às políticas públicas) como definidor ótimo (e único) da alocação dos recursos, minimizando o papel dos Estados e promovendo a “soberania” dos usuários/consumidores. Entretanto, ficariam obscurecidos os efeitos negativos sobre o mercado de trabalho, traduzidos pela instabilidade e precarização (ou “uberização”) das relações trabalhistas, com impacto maior sobre os trabalhadores menos qualificados, e pelas relações contratuais com trabalhadores mais qualificados, ambos desamparados das estruturas institucionais trabalhistas que assegurariam algum nível de proteção²⁸.

O discurso do empreendedorismo, com todo o fetiche das *start-ups* seria o pano de fundo da revitalização do modelo neoliberal, com a abundância de liquidez pós-crise de 2008 permitindo plataformas (ou empresas tecnológicas) operando, mesmo não apresentando lucro no início (caso do Uber, que anunciou em 2021 o seu primeiro lucro operacional, ainda que atuando no mercado desde 2009), e cujas apostas estariam focadas nos ganhos futuros (e na possibilidade de se tornarem monopólios), aposta esta corroborada pelos investidores, em geral (*venture capital*, outras empresas de tecnologia, NASDAQ etc.).

Silva, Bonacelli e Pacheco (2021) revelam essa lógica de não lucro inicial, afirmando que

Platforms reinforced pre-existing trends in terms of labor relations, relying on independent contractors. However, they changed the logic of investment: while the standard firm model in the late twentieth century sought to maximize shareholder value in the short term, platforms play the game in the long run. They seek domination of markets through network effects, which incurs the acceptance of financial losses for some (or many) years.

Em outras palavras, a lógica neoliberal de apresentar soluções tecnológicas como panaceia para os problemas da humanidade aparentemente mascara formas de apropriação ainda mais potencializadas

24 Tradução livre.

25 Ver Bearson, Kenney e Zysman (2019).

26 Para uma compilação mais detalhada de outras definições e categorização das plataformas digitais (e seus desdobramentos), ver Bearson, Kenney e Zysman (2019); Silva, Bonacelli e Pacheco (2021); Asadullah, Faik e Kankanhalli (2018); e Riso (2019).

27 Grifo da autora.

28 Ver Liang, Aroles e Brandl (2022).

por essas tecnologias, ao desconsiderar ou minimizar questões socioeconômicas relevantes no contexto do fetichismo tecnológico, deixando no ar a questão colocada por Kenney e Zysman (2015): “[...] *will the result of the platform transformation be a community of incipient entrepreneurs or vulnerable workers?*”

Muitos estudiosos pendem para a última hipótese, ao afirmarem que as relações de trabalho estariam sendo transformadas, do emprego tradicional de longa duração (com garantias de benefícios sociais) para arranjos de empregos precários e sob contratos pontuais (a denominada *gig economy*). Em outros termos, a “uberização” do mercado de trabalho representaria a transformação de relações institucionalizadas, pautadas pelas legislações trabalhistas, em relações comerciais/contratuais.

Os autores ainda indagam:

Will the Platform Economy, the reorganization of markets, enterprises, and social organization it portends, catalyze economic growth and a surge in productivity driven by a new generation of entrepreneurs? Or will the reorganization concentrate gains in the hands of those who generate the platforms and possibly even stifle future entrepreneurs?

Montalban, Frigant e Jullien (2019) afirmam que

There is a self-reinforcing relationship between inequalities and the development of the platform economy. Poverty and inequalities encourage the development of platforms and platforms, in turn, may increase poverty by the dis-empowerment of lowskilled labour and the rise of very high-paid “stars”.

E destacam que

“platform economy” [...] will accelerate some of the trends and characteristics of the institutional forms of the financialised RA [regime of accumulation] and that it is an endogenous product of its crisis. This raises further questions and uncertainties related to the ability of platforms to generate stable long run growth due to the dysfunctionality of the mode of regulation and the conflicts it could generate

Em outros termos, “[...] *rather than representing a new RA, this transformation is endogenous to the financialised-neoliberal RA. It is based on a very similar institutional hierarchy, it is functional to the monetary and financial regime and it accelerates previous trends.*”

Ferraz, Franco e Maciel (2021), por sua vez, resgatam o conceito de *prosumption*, definido como a união da atividade de consumo com a atividade de

produção. Mencionado pela primeira vez por Alvin Toffler em 1980 (atividades de autosserviço, por exemplo), os autores indicam a sua expressiva pertinência no contexto das plataformas digitais, pois,

Perscrutar o fenômeno *prosumption* nos permitiu apreender tanto o avanço do capital sobre a mercantilização das relações sociais, no qual atividades geradoras de forças naturais-sociais são transformadas em mercadorias e inseridas em processos de troca, quanto o maior potencial de exploração da classe trabalhadora, por meio da transferência de trabalhos necessários à produção e realização do valor ao consumidor.

Por outro lado, Schor *et al.* (2020) indicam que as principais abordagens sobre o mercado de trabalho “plataformizado” costumam focar em três questões principais compartimentadas: precariedade, eficiência e controle digital através dos algoritmos. Os autores, entretanto, numa clara oposição a esta visão, argumentam sobre a necessidade de análises que reflitam a interação entre essas três abordagens, para melhor compreensão das novas formas do mercado de trabalho estabelecidas pelas plataformas²⁹.

[...] what is distinctive about the platforms is that the combination of open employment and earners’ authority to self-schedule and organize work with considerable centralized power afforded by the firm’s software. While we agree that platform work represents a new type of labor regime, our findings suggest that existing accounts have not recognized important implications of this combination.

Em função disso, os autores argumentam que há uma variedade de percepções dos trabalhadores dessas plataformas. Indo além, a variedade se observa também entre trabalhadores desempenhando tarefas análogas em distintas plataformas (no que tange à satisfação no trabalho, remuneração, autonomia e controle de gestão), numa visão oposta às análises lineares que vislumbram apenas a precarização do mercado de trabalho. Entrevistas realizadas junto a trabalhadores de sete plataformas distintas nos Estados Unidos (Airbnb, TaskRabbit, Turo, Uber, Lyft, Postmates e Favor), mesmo que numa amostra pou-

²⁹ O artigo descreve, além dos resultados da pesquisa, as diversas correntes teóricas por trás das tentativas de compreensão das novas formas do mercado de trabalho, no âmbito das plataformas digitais.

co representativa, demonstram enormes diferenças nas opiniões, sendo os menos satisfeitos aqueles que dependem integralmente dos aplicativos como fonte de renda, em contraposição a níveis de satisfação maiores (e de renda) daqueles que operam como fonte de renda adicional.

No caso dos trabalhadores menos satisfeitos, pode-se pensar que talvez o problema não seja em si o regime imposto pelas plataformas, uma vez que, de outra forma, esses trabalhadores menos qualificados estariam desempregados, mas sim de como operam os mercados de trabalho “tradicionais”, e em que essas pessoas não encontram colocação. Obviamente, as plataformas digitais se beneficiariam de uma oferta de trabalho maior do que a demanda, reduzindo os ganhos desses trabalhadores pela maior competição entre eles.

Os autores, no entanto, fazem uma ressalva importante:

[...] as we write these words in the midst of the COVID_19 pandemic, the prospect of prolonged and severe unemployment has emerged and with it the likelihood that dependency³⁰ rises as conventional employment opportunities shrink permanently. If so, the dystopian futures predicted by critics may arrive sooner than even they anticipated.

Montalban, Frigant e Jullien (2019) argumentam que esse futuro “sombrio”, preconizado por Schor et al. (2020), pode não ser uma certeza:³¹

*The main concern in relation to this new form of putting-out is that workers who are not wage earners are not protected by labour laws and have no social protection. If such “uberisation” becomes widespread, it would represent the deinstitutionalisation of the wage-labour nexus, which would be transformed into a commercial relationship. **However, the vast majority of workers are still wage earners, and the generalisation of the model is far from certain.**³²*

A mesma linha de raciocínio, quanto à variedade de percepção sobre as plataformas digitais de Schor et al. (2020), foi demonstrada por Bearson, Kenney e Zysman (2019), que argumentam que os impactos

são muito diferenciados, analisando-se as plataformas digitais Amazon Livros e Etsy, por exemplo. Embora a indústria de editoras tenha perdido muitos empregos, o número de publicações segue crescente, assim como a produtividade do trabalho. No caso da Etsy, apesar de várias lojas terem sido fechadas, há um aumento de empregos por conta do *e-commerce*, assim como crescimento do setor de varejo online³³.

Os autores indicam ainda um ponto crucial na característica disruptiva das plataformas digitais, em termos de reorganização do mercado de trabalho e de criação de valor: *“Part of the reason that platform firms flourish with relatively few employees is not only because of highly productive digital technologies that substitute for labor, but also because much of the non-core work that was historically done inhouse is contracted out”*.

Sobre os desdobramentos futuros das plataformas digitais, Kenney e Zysman (2015) afirmam que

We are confident, though, that the outcomes, jobs created and jobs evaporated or transformed, will depend not on the technology itself but on how the technology is deployed. Choices about deployment will turn on entrepreneurial initiative, corporate strategies, and public policies.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora não se tenha a pretensão de esgotar todas as linhas de análise sobre as plataformas digitais, a amostra de artigos aqui selecionada fornece uma dimensão de quão difícil é a apreensão desse fenômeno multidimensional, através de conceitos e teorias vigentes. No mundo de corporações convencionais, a compartimentação da estrutura produtiva viabilizou essa apreensão de forma homogênea.

A questão que se coloca é se será possível replicar essa apreensão, sem que se necessite tratar caso a caso, pois a variedade de perfis das plataformas (e sua multidimensionalidade) quase que nos leva a isso. Se assim o for, seria muito preocupante, em face da necessidade imperativa de regulamentações públicas que assegurem um sistema econômico não pautado exclusivamente pelas estratégias corporativas das grandes empresas de tecnologia, mas com espaço para políticas que possam mitigar as desigualdades socioeconômicas que, ainda que não sejam fruto ex-

30 Dependência das plataformas digitais.

31 Destaca-se que, em muitos países, as relações de trabalho “uberizadas” estão sendo revertidas pelo poder público, através da obrigação das empresas de tecnologia de oferecerem alguns benefícios trabalhistas, transformando as relações originais de prestadores de serviço em empregados.

32 Grifo da autora.

33 Os autores argumentam que o estudo dos dois casos (Amazon Livros e Etsy) corrobora com a pertinência da classificação proposta por eles e citada anteriormente (Ver Anexo 1), pois haveria consistência de padrões, no que diz respeito a trabalho, emprego e criação de valor no âmbito das plataformas digitais.

clusivamente da economia de plataformas, parecem estar se acirrando, notadamente para os trabalhadores menos qualificados.

Reconhece-se também que o artigo tem um viés de análise para a economia de plataformas focada apenas em negócios comerciais ou com fins lucrativos (vários autores seguem essa linha)³⁴.

Entretanto, é importante destacar que tanto o setor público quanto as organizações não governamentais podem se beneficiar do uso das tecnologias digitais, mas obviamente a lógica não passaria pela geração de lucro, como nas grandes empresas de tecnologia. Nesse sentido e diante de toda a reflexão, caberia indagar se essas plataformas “não privadas” se enquadrariam no tema em discussão (economia de plataforma), ou se seriam modelos totalmente diferentes e, conseqüentemente, não passíveis de se enquadrarem, tal qual a compreensão mais corrente do termo “economia de plataformas” pelos estudiosos.

Desse modo, caberia assinalar o avanço de alternativas que estão surgindo, beneficiadas pelo acesso a tecnologias mais simples. Montenegro (2020) explora as alternativas ao modelo consolidado pelas grandes empresas de tecnologia, ao mencionar que,

Dentre os aplicativos desenvolvidos na periferia de São Paulo, destaca-se, por exemplo, aquele criado por uma pequena empresa prestadora de serviços de motorista com organização simples, sem capitais importantes e sem tecnologias modernas. Enquanto modalidade alternativa de transporte, o “Ubra” configura um serviço que visa atender às demandas locais de deslocamento na favela de Brasilândia, na zona norte da cidade, haja vista a escassez do transporte público e a não cobertura da área pelas grandes empresas de aplicativos de transporte.

No âmbito dos ecossistemas das plataformas digitais, há também iniciativas que buscam contornar alguns dos impactos negativos que as mesmas têm gerado, como são os casos, por exemplo, de proibição (ou forte regulamentação) em algumas cidades do mundo de plataformas como Uber ou Airbnb³⁵. Notadamente nos países europeus, a preocupação com o estabelecimento de legislações que se contraponham ao poder das *big techs* tem sido uma constante. Exemplos mais recentes, e considerados históricos, foram as aprovações no corrente ano do *Digital Markets Act – DMA* (em 25 de março) e do *Digital Services Act – DSA* (em 23 de abril) pela Comissão

Europeia, baseados na argumentação que,

*While there is a broad consensus on the benefits of this transformation, the problems arising have numerous consequences for our society and economy. A core concern is the trade and exchange of illegal goods, services and content online. Online services are also being misused by manipulative algorithmic systems to amplify the spread of disinformation, and for other harmful purposes. These new challenges and the way platforms address them have a significant impact on fundamental rights online.*³⁶

Zhu e Marjanovic (2021), por sua vez, destacam o surgimento de plataformas cooperativas, afirmando que há “[...] *high potential of platform cooperatives as a more ethical and fairer alternative to platform capitalism that create value for their members/co-owners, while creating value for society.*” De acordo com os autores, haveria mais de 300 plataformas cooperativas operando globalmente, no formato de empresas sociais, tais como Fairbnb, Green Taxi Driver e Fairmondo.

Quanto ao que está por vir, Amy Webb, especialista americana em tendências e CEO do *Future Today Institute*, afirma que “[...] a chegada da Web3, a próxima evolução da internet, as chamadas “Big Techs” devem perder controle sobre nossa vida digital – e terão de se adaptar a essa nova realidade”. Complementa, informando que “Na Web3, a ideia é descentralizar as informações e os conteúdos gerados por usuários. Talvez o principal exemplo sejam as criptomoedas. Quem tem esse tipo de investimento não precisa de um banco para fazer transações: tudo é mediado por *blockchain* (uma espécie de “livro contábil” virtual com registro de todas as operações).”³⁷

Em síntese, permanece válida a conclusão de Kenney e Zysman (2016): “*In the era of the platform, the future remains open. Answers to crucial questions are for the moment unknowable. The answers depend on our choices, not just on the technology.*”

REFERÊNCIAS

ASADULLAH, A.; FAIK, I.; KANKANHALLI, A. Digital Platforms: A Review and Future Directions, Conference Paper, **Twenty-Second Pacific Asia Conference on Information Sys-**

36 Ver <https://digital-strategy.ec.europa.eu/en/policies/digital-services-act-package>. Acesso em: 15 jul. 2022.

37 Ver <https://www.uol.com.br/tilt/noticias/redacao/2022/08/04/big-techs-precisam-abrir-mao-de-controle-na-web3-diz-futurista-amy-webb.htm>. Acesso em: 04 ago. 2022.

34 Ver Riso (2019).

35 Ver Mendes (2020).

- tems, 2018. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/327971665_Digital_Platforms_A_Review_and_Future_Directions. Acesso em: 29 jul. 2022.
- BEARSON, D.; KENNEY, M.; ZYSMAN, J. New Work and Value Creation in the Platform Economy: A Taxonomy and Preliminary Evidence. *SSRN Electronic Journal*, jan. 2019. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/332895071_New_Work_and_Value_Creation_in_the_Platform_Economy_A_Taxonomy_and_Preliminary_Evidence. Acesso em: 29 jul. 2022.
- FERRAZ, D. L. S.; FRANCO, D. S.; MACIEL, J. A. Desvelando o Prosumption: o Produtor-Consumidor, as Plataformas Digitais e o Movimento do Capital. *Revista Eletrônica de Administração*, v. 27, n. 2, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/read/a/tz48P3kYsqNHMSqFCvTH7xF/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 jul. 2022.
- HOUSE OF LORDS - SELECT COMMITTEE ON EUROPEAN UNION, **Online Platforms and the Digital Single Market**, 10th Report of Session 2015–16, 2016. Disponível em: <https://publications.parliament.uk/pa/ld201516/ldselect/ldeucom/129/129.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2022.
- KENNEY, M.; ZYSMAN, J. **Choosing a Future in the Platform Economy**: The Implications and Consequences of Digital Platforms, Discussion Paper, Kauffman Foundation New Entrepreneurial Growth Conference, June 18/19, 2015. Disponível em: <https://brie.berkeley.edu/sites/default/files/platformeconomy2distributejune21.pdf>. Acesso em: 06 ago. 2022.
- KENNEY, M.; ZYSMAN, J. The Rise of the Platform Economy in Summit on Human Gene Editing. *Issues in Science and Technology*, 32(3):61-69, 2016. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/309483265_The_Rise_of_the_Platform_Economy. Acesso em: 02 ago. 2022.
- LIANG, Y.; AROLES, J.; BRANDL, B. Charting Platform Capitalism: Definitions, Concepts and Ideologies. *New Technology, Work and Employment*, 37 (2), p. 308-327, 2022. Disponível em: <https://dro.dur.ac.uk/35377/2/35377AOV.pdf?DDD2+dkrj14>. Acesso em: 15 jul. 2022.
- MENDES, T. C. M. Smart Cities: Iniciativas em Oposição ao Viés Neoliberal, Observatório das Metrópoles/INCT, **Texto para Discussão 013**, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: https://www.observatoriodasmetrolopes.net.br/wp-content/uploads/2020/06/TD-013-2020_Teresa-Mendes_Final.pdf. Acesso em: 07 jul. 2022.
- MONTALBAN, M.; FRIGANT, V.; JULLIEN, B. Platform Economy as a New Form of Capitalism: A Régulationist Research Programme. *Cambridge Journal of Economics*, p. 1-20, 2019. Disponível em: <http://onala.free.fr/montalban19.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2022.
- MONTENEGRO, M. R. Do capitalismo de plataforma à difusão dos aplicativos: apontamentos sobre novos nexos entre os circuitos da economia urbana em tempos de Covid-19. *Espaço e Economia* [Online], 19, 2020. Disponível em: <https://journals.openedition.org/espacoeconomia/17256>. Acesso em: 07 jul. 2022.
- RISO, S. **Mapping the contours of the platform economy**. Eurofound, 2019. Disponível em: <https://www.eurofound.europa.eu/sites/default/files/wpef19060.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2022.
- SCHOR, J. B.; ATTWOOD-CHARLES, W.; CANSOY, M.; LADEGAARD, I.; WENGRONOWITZ, R. Dependence and precarity in the platform economy. *Theory and Society*, 49, p. 833-861, 2020. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s11186-020-09408-y>. Acesso em: 09 ago. 2022.
- SILVA, V. Resenha Platform Capitalism (Nick Srnicek). *Revista Brasileira de Inovação*, 18 (2), p. 449-454, 2019. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rbi/article/view/8654960/21737>. Acesso em: 29 jul. 2022.
- SILVA, V.; CONSONI, F. A Economia das Plataformas Digitais e a Sustentabilidade. *Cultura e Sociedade*, 2021. Disponível em: <https://www.unicamp.br/unicamp/noticias/2021/06/07/economia-das-plataformas-digitais-e-sustentabilidade>. Acesso em: 07 jul. 2022.
- SILVA, V.; BONACELLI, M. B.; PACHECO, C. A. Economic Analysis and Digital Platforms, Conference Paper em Inovação, Sustentabilidade e Pandemia. IV ENEI – Encontro Nacional de Economia Industrial e Inovação, 2021. Disponível em: <http://pdf.blucher.com.br/s3-sa-east-1.amazonaws.com/engineeringproceedings/v-enei/640.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2022.
- STEINBERG, M. From Automobile Capitalism to Platform Capitalism: Toyotism as a prehistory of digital platforms. *Organization Studies*, v. 43, n. 7, p. 1069-1090, 2022. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/01708406211030681>. Acesso em: 06 ago. 2022.
- VALENTE, J. **Economia de Plataforma**: características, modelos e o surgimento dos monopólios digitais, em A Desmaterialização da Economia nas

Ciências Sociais e Humanas, Clássica Editora, 2020a. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/351823902_Economia_de_plataforma_caracteristicas_modelos_e_o_surgimento_dos_monopolios_digitais. Acesso em: 07 jul. 2022.

VALENTE, J. Apresentação do dossiê temático “Plataformas digitais, economia e poder”. **Revista Eptic**, v. 22, n 1, jan.-abr. 2020b. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/eptic/article/view/13032/10207>. Acesso em: 21 jul. 2022.

XUE, C.; TIAN, W.; ZHAO, X. The Literatu-

re Review of Platform Economy. **Hindawi Scientific Programming**, 2020. Disponível em: <https://downloads.hindawi.com/journals/sp/2020/8877128.pdf>. Acesso em: 07 jul. 2022.

ZHU, J.; MARJANOVIC, O. A Different Kind of Sharing Economy: A Literature Review of Platform Cooperatives. **Proceedings of the 54th Hawaii International Conference on System Sciences**, 2021. Disponível em: <https://scholarspace.manoa.hawaii.edu/server/api/core/bitstreams/c70c8c8b-9c3a-4a8f-90a7-dec5a689cbda/content>. Acesso em: 02 ago. 2022. ■

ANEXO 1 - Table 1: Label force distinctions in the platform economy

Platform Type	Employment Type	Typical Firms	Compensation Type	Labor Conditions	Value-Creation Process
<i>Platform Firm</i>					
Direct Employees	Full-time	Google, Amazon, Facebook, Snap, AirBnB, Uber	Salary, stock option, and in-kind remuneration (e.g., access to gym, travel credits)	Excellent	Creating and maintaining platform
Contractors	Full- or part-time	Dynamex, LeapForce	Salary or by job	Precarious, low-wage or high-wage	Routinized or specialized
<i>Platform-Mediated Work</i>					
Platform-mediated marketplace	Independent vendors	Amazon, Craigslist, eBay, Etsy	Difference between purchase and sales price	Low-wage or precarious	Sales but can include logistics
Platform-mediated in-person service	Contracted service through platform (contested)	Uber, Lyft, Postmates, Eldercare.com	Wages normally set by platform	Gig, low-income	Provide service, sometimes monetize asset
Platform-mediated remote service provision	One-time project contract	Upwork, Fiverr	Agreed upon by job	Gig, low-income	Project work
<i>Platform-Mediated Content Creation</i>					
Consignment content creator	Not employed	YouTube, Spotify, App Store, Google Play	Income from sales or share of advertising	Skewed, with few having large returns	Content creation
Non-platform organization content producers	Employees or contractors	All organizations with a web presence	Salary or by job	Varies widely	Build websites for firms
User-generated content	Not employed	Google, Yelp!, Waze, Facebook	Use of platform	N/A	Produce data from which value is extracted
<i>Platform-Mediated Funding</i>					
Seed fund recipients	Not employed	GoFundMe, Kickstarter, Patreon	Share of amount fundraised	Varies widely	Project work
Solvers	One-time contract	InnoCentives	Agreed by project	Varies widely	Project work

Fonte: Reproduzido de Bearson, Kenney e Zysman, p. 8 (2019).

Sidnei Matana Júnior

Marcos Antonio Leite Frandoloso

Diagnóstico da morfologia urbana do eixo estruturador de Carazinho-RS

Resumo

Os objetivos deste trabalho são aplicar uma ferramenta de Sistema de Informações Geográficas (SIG) para analisar a morfologia urbana do eixo estruturador de uma cidade de pequeno porte no norte do Rio Grande do Sul e propor sugestões relativas ao urbanismo sustentável a serem incluídas nas etapas de revisão do plano diretor. O trecho de análise compreendeu uma extensão de 6,5 km, avaliando cada edificação quanto aos gabaritos de altura, usos e também recuos das edificações, com a posterior inserção no software SIG para criação de um banco de dados e produção de mapas temáticos para análise da situação atual e sugestões posteriores. Foi identificado o predomínio de edificações de gabarito baixo, de uso comercial e sem recuos, mantendo uma característica histórica com pouca substituição de tipologias e evidenciando um processo de verticalização tardio, pela ausência de polos de atração e atividade do mercado imobiliário, uma vez que as diretrizes urbanas induzem ao adensamento. Como sugestões ao planejamento, a inclusão de recuos frontais e laterais nas edificações, bem como o incentivo ao uso misto do solo e adoção de áreas permeáveis, permitirá a longo prazo contribuir para o microclima urbano, agregando elementos para a qualificação dos espaços públicos e privados, diretamente impactando nas vivências dos seus usuários.

Verticalização

Sistema de informações geográficas

Densidade urbana

Abstract

This work objective is to apply a Geographic Information System (GIS) tool to analyze a small city in the north of Rio Grande do Sul state structuring axis urban morphology and propose sustainable urbanism suggestions in the master plan review stages. The analysis section comprised an extension of 6.5 km, evaluating each building in terms of buildings heights, uses and also setbacks of the buildings, with subsequent insertion in the GIS software to create a database and production of thematic maps for analysis of the current situation and further suggestions. There is a predominance of low-rise buildings, for commercial use and without setbacks, maintaining a historical characteristic with little typologies substitution and evidencing a late verticalization process, due to the absence of poles of attraction and activity in the real estate market, since urban guidelines induce densification. As suggestions for urban planning, the inclusion of buildings front and side setbacks, as well as the mixed land use incentive and permeable areas adoption will allow, in the long term, to contribute to the urban microclimate, adding elements to public and private spaces qualification and directly impacting the experiences of its users.

Verticalization

Geographic information system

Urban density

INTRODUÇÃO

O objetivo deste estudo foi realizar o levantamento e diagnóstico da morfologia urbana no eixo estruturador de Carazinho (Avenida Flores da Cunha), uma cidade de pequeno porte localizada no norte do Rio Grande do Sul. Foram coletados dados referentes aos gabaritos de alturas, usos e recuos, a fim de gerar informações preliminares que subsidiem o processo de tomada de decisões acerca do planejamento urbano do município e propor soluções urbanísticas sustentáveis a partir das potencialidades e necessidades identificadas.

Os contextos gerados pelas dinâmicas sociais e o desenvolvimento econômico têm conformado diferentes paisagens urbanas. A compreensão da formação desses espaços urbanos, bem como seus impactos ao meio antrópico e natural, além dos seus instrumentos de planejamento, permite elaborar políticas urbanas com vistas ao desenvolvimento sustentável e à consolidação de cidades resilientes articuladas com o contexto regional, compatíveis com Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ONU, 2020), especialmente com relação ao ODS11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis.

De acordo com Panerai (2006), o crescimento do espaço urbano pode ocorrer de modo contínuo ou descontínuo, entretanto, um recorte de um crescimento aparentemente descontínuo, no todo, pode ser parte de uma continuidade quando está relacionado à totalidade e a um determinado contexto. Sendo assim, a transformação da morfologia urbana, seja de modo ordenado ou não, afeta diretamente as condições de resiliência, qualidade e sustentabilidade do meio urbano, principalmente pelo adensamento e verticalização ou pela dispersão da malha urbana, que impactam em questões de ambiência, mobilidade e qualidade dos espaços.

No Brasil, ações privadas e públicas regulam as transformações das cidades, sejam elas a atuação dos agentes imobiliários, a ação dos gestores do setor público ou a legislação urbanística. Em um cenário ideal, o planejamento urbano deve orientar os agentes privados a estruturarem suas ações de acordo com demandas da coletividade, abrangendo a cidade como um todo, diferentemente do que ocorre pela valorização de áreas específicas (LEONELLI; CAMPOS, 2018).

Nesse contexto, o urbanismo sustentável pode redefinir a paisagem urbana, promovendo estilos de vida saudáveis, melhorando a qualidade de vida, tendo como base os movimentos do Novo Urbanismo, das construções sustentáveis e do crescimento urbano inteligente, mesmo com as abordagens distintas

de cada movimento (FARR, 2013), e analisar a morfologia das cidades pode contribuir nesse sentido. De acordo com a Carta do Novo Urbanismo (2001), os corredores (nesse caso, as avenidas ou mesmo outros eixos de mobilidade) são ligações de vizinhanças e bairros a uma escala regional; os bairros devem seguir os princípios da concepção das vizinhanças sempre que possível, com a articulação de usos e do espaço público e privado, abordando “o quarteirão, a rua e o edifício” (CONGRESSO PARA O NOVO URBANISMO, 2001).

As análises da morfologia dos meios urbanos conduzem a identificação das relações estabelecidas entre a forma da cidade e os fenômenos sociais, bem como os fatos que os geram, além de permitir a correção de distorções decorrentes desses processos (BARROS; CARRIÇO, 2019). A dispersão urbana é um dos fenômenos abordados na discussão sobre a produção do espaço urbano, dada a necessidade de compreender as dinâmicas de ocupação, redistribuição dos espaços e também a relação desse fenômeno com a mobilidade urbana (OJIMA, 2016). Outro fenômeno presente é a verticalização das cidades, que produz impactos positivos e negativos ao tecido urbano, no que se refere a questões sobre diferentes infraestruturas, como vias, saneamento, além do uso e ocupação do solo, definindo também a qualidade do espaço urbano (SCUSSEL; SATTTLER, 2010).

Na proposta metodológica de Gehl e Svarre (2013) para o estudo da vida nos espaços públicos, os autores fazem referência a Jane Jacobs e à sua afirmação “[...] por favor, olhe atentamente para cidades reais. Enquanto você está olhando, você pode muito bem também ouvir, permanecer e pensar sobre o que você vê” (JACOBS, 1993 apud Gehl; Svarre, 2013). Entre os vários elementos e ferramentas de desenvolver este olhar/escuta, são descritos os corredores de tráfego ou as ruas “animadas da cidade”, fazendo a relação social com a mobilidade e os estudos sobre as vivências dos espaços públicos. Sobre esse prisma, faz-se imprescindível o entendimento holístico da cidade, incluindo as ações, comportamentos e necessidades dos usuários (GEHL INSTITUTE, 2017), definindo-se métricas de como priorizar os recursos financeiros e como isso afeta as pessoas, tendo em vista que fazem parte de um “guia” voltado para os tomadores de decisões do planejamento urbano em que as considerações pelas pessoas devem ter um papel chave (GEHL, 2015).

O estudo da morfologia deve estar relacionado à prática comum, inserida na realidade do cidadão, uma visão pós-modernista ao identificar os contextos e inserir elementos que se integrem à paisagem, em vez de elementos distintos, com aspectos inovado-

res em relação ao contexto existente, como fora no planejamento urbano modernista (REGO; MENE-GUETTI; BELOTO, 2020). As cidades apresentam uma dinâmica complexa, dada a interação entre muitos componentes, onde ocorre um processo de auto-organização espacial e social. Ao analisar as mutações urbanas — alterações nas características morfológicas e espaciais —, é possível relacionar áreas com características morfológicas semelhantes, melhorando a compreensão do espaço urbano, através da relação entre tipologias, vetores de expansão urbana, entre outros fatores que conformam a paisagem (KRAFTA; SILVA, 2020).

Portanto, com base nessas premissas, ao estudar a morfologia da cidade, são produzidos dados que permitem subsidiar políticas e diretrizes urbanas que promovam a criação de cidades sustentáveis, compreendendo a maneira como o espaço foi constituído ao longo do tempo, permitindo delinear ações a partir do cenário existente, das tendências evidenciadas nestes estudos, como verticalização ou dispersão, o aumento ou sobrecarga da malha viária e a disponibilidade de elementos naturais, como iluminação, ventilação e áreas abertas e permeáveis.

CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

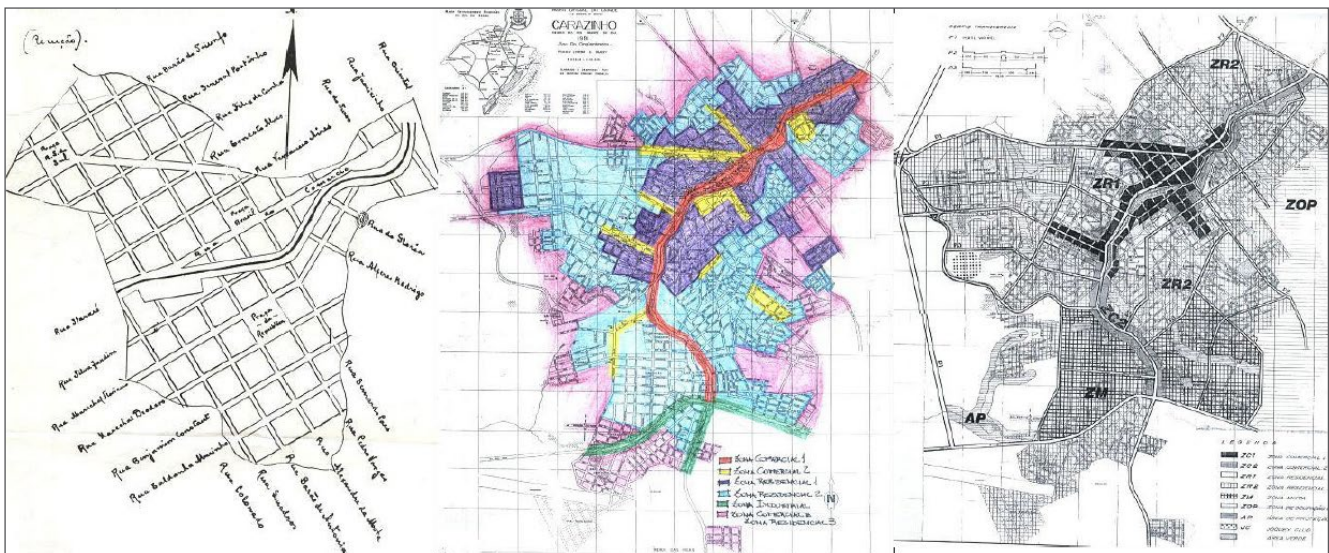
Carazinho, localizada no norte do Rio Grande do Sul, tem população de 62.413 habitantes, conforme estimativa de 2022 realizada pelo IBGE, um crescimento de 5,21% em relação ao censo de 2010, que apontou 59.317 habitantes e densidade de 89,19 hab/km², sendo a 39^o cidade mais populosa do es-

tado. A cidade apresenta alto índice de escolarização, 98%, além de 90,2% das vias urbanas arborizadas e 49,9% dos domicílios com esgoto sanitário adequado e um IDH de 0,766, considerado alto (IBGE, 2022). Em comparação à pirâmide etária do Brasil, em 2010, o município de Carazinho já apresentava uma faixa superior de população na faixa a partir de 40 anos de idade, e hoje, 10 anos após o censo, é provável o estabelecimento de um cenário de envelhecimento da população acima da média brasileira, visto que as faixas abaixo de 40 anos já apresentavam estrutura similar.

A origem do município remete ao período de 1631, com a fundação de duas reduções jesuíticas, posteriormente destruídas por bandeirantes, que se retiraram ainda em 1667, dando início a um período sem registro de ocupações. Outra ocupação seria registrada a partir de 1857, com o núcleo Jacuhysinho, 4^o distrito do município de Passo Fundo, caracterizado por estâncias, tornando-se em seguida ponto de passagem e oficializado como povoado em 1880. Em 1897, a ferrovia Santa Maria–São Paulo teve um trecho implantado na área de Carazinho, bem como o primeiro ramal telefônico e a chegada dos primeiros imigrantes (BRESOLIN *et al.*, 2015). A Figura 1 apresenta a malha urbana de Carazinho em 1904, 1982 e 1992, respectivamente.

O núcleo urbano consolidou-se até o processo de emancipação, que ocorreu em janeiro de 1931 a partir do decreto do interventor federal General Flores da Cunha. As atividades de extração de madeira, farinha de mandioca, couro suíno e outros produtos agropecuários, somadas à existência da linha férrea, impulsionaram a economia local, com aumento do polo madeireiro a partir da emancipação do municí-

Figura 1: Da esquerda para a direita, Malha Urbana de Carazinho em 1904 e Mapa de zoneamento do município de Carazinho em 1982 e 1992



Fonte: Bresolin *et al.* (2015).

pio; a linha férrea também impactou na configuração da malha urbana através da abertura de ruas paralelas e transversais à Rua do Comércio, atual Avenida Flores da Cunha (BRESOLIN *et al.*, 2015). Nas últimas décadas, com o declínio do modal férreo, os trilhos na área urbana de Carazinho não são mais indutores do crescimento da cidade, sendo considerados até um entrave que orienta a expansão do município em direção às rodovias (MARON, 2020).

Entre os anos de 1954 e 1962, a formação dos municípios de Colorado, Não-Me-Toque, Santa Bárbara do Sul e Tapera reduziu a extensão territorial da cidade. No período entre 1940 e 1970, a população do município dobrou, através do adensamento da área central e da dispersão da malha urbana em direção ao Sul, junto à rodovia BR-285, através de loteamentos, vilas e bairros. A Avenida Flores da Cunha continuou a concentrar as principais atividades comerciais e de serviços, com expansão da rede hoteleira e bancária na década de 1970 (BRESOLIN *et al.*, 2015).

Na década de 1980, o setor privado passa a atuar na transformação da paisagem da área central e induz a verticalização e adensamento urbano, como ocorrido em outros municípios, como Passo Fundo, principal polo regional do norte do estado. Surgem as primeiras galerias comerciais e edifícios de escritórios, com fachadas em vidro e estrutura metálica, evidenciando o processo de industrialização da construção civil, além de novos empreendimentos multifamiliares. Ao mesmo tempo, novos loteamentos e bairros são criados, expandindo a malha urbana e as redes de infraestrutura (BRESOLIN *et al.*, 2015). De acordo com Gosch (2002), o processo de verticalização estava associado ao conceito de progresso, de cidades com economia desenvolvida, a partir de interesses públicos e privados atuando na conjuntura do planejamento urbano.

A partir de 1992, o Plano Diretor reformulou o zoneamento do município, criando novas áreas de preservação, de ocupação prioritária e também delimitando o distrito industrial. Em 2013, a planta de zoneamento foi alterada novamente, a zona comercial da área central foi expandida e o restante da Avenida Flores da Cunha também foi mantida em zoneamento de caráter comercial, sendo que outras vias também passaram a ter esse zoneamento, induzindo comércio e serviços para outras áreas, em uma tentativa de descentralizar o adensamento e verticalização na área mais ocupada da cidade (BRESOLIN *et al.*, 2015). A partir de 1990, ocorreu a desaceleração da expansão urbana, indicando o adensamento populacional da área central da cidade (ENGEL; GOETTEMS, 2022). Em 2018, a lei de parcela-

mento do solo definiu os requisitos para criação de condomínios e loteamentos (CARAZINHO, 2018); até o momento (2022), ainda que tenham decorrido vinte anos de sua implementação, não há previsão de atualização ou revisão do plano diretor.

REFERENCIAL TEÓRICO

Bases e conceitos urbanos

O espaço urbano é configurado pelas diferentes interações entre sociedade, economia, cultura, que através da dinâmica socioespacial redefinem o território (BARBOSA; ALVES, 2020). A sobreposição de estruturas em um sistema articulado compõe o tecido urbano, através das lógicas do parcelamento do solo, referente aos espaços públicos e privados; das vias que ordenam a distribuição e o movimento; das edificações e seus usos inter-relacionados, de tal modo que ruas e edificações têm suas formas dependentes entre si (PANERAI; CASTEX; DEPAULE, 2013).

O Brasil apresenta cidades que estão situadas em momentos distintos do urbanismo, já que há áreas urbanas pré-modernas, sem infraestrutura básica; áreas urbanas modernas, dependentes de combustíveis fósseis e indústria tradicional para seu desenvolvimento; e áreas urbanas pós-modernas (ou contemporâneas), com serviços e as novas tecnologias de comunicação e informação como indutores do desenvolvimento (CORTESE; KNISS; MACCARI, 2017).

A verticalização das cidades brasileiras a partir da década de 1940 esteve associada ao progressismo e a políticas econômicas e habitacionais que fomentaram o surgimento das primeiras construtoras. O êxodo rural se relaciona ao poder de compra e demandas imobiliárias, que privilegiavam os melhores terrenos, com localizações centrais (VARGAS, 2014). Esse processo gera uma cidade compacta, que, através da geração de atividades culturais e sociais, redução das distâncias no transporte e melhor uso do solo, produziria uma cidade mais sustentável (NAKANO, 2018). Entretanto, alguns empreendimentos, com baixa densidade e destinados à população de alta renda, produzem o questionamento a respeito de cidades ocas, uma vez que esses mesmos empreendimentos também produzem impactos no entorno em função de sua volumetria. No entendimento de Barbosa e Alves (2020), o adensamento das áreas urbanas também produz impactos sociais, como a exposição a riscos, segregação espacial, desemprego, entre outros fenômenos gerados por uma industrialização seletiva e uma urbanização ocorrida de forma desigual e acelerada.

Em contraponto, a dispersão urbana produz impactos como o aumento das redes de infraestrutura, a necessidade de recursos naturais, a supressão das zonas rurais em relação às áreas urbanizadas, novas relações entre moradia e trabalho, fluxos migratórios, entre outros fatores que modificaram a paisagem (KEELER; BURKE, 2010). Diversos estudos apresentam a densidade de população e sua relação com o adensamento, entretanto, não abordam a relação entre a forma da cidade e a estrutura demográfica da população (OJIMA, 2016). No Brasil, a transição demográfica da pirâmide etária se deve à redução da fecundidade, à melhoria da qualidade de vida e à consequente elevação da expectativa de vida, que ampliarão a faixa de população de idosos, modificando as demandas sociais (OLIVEIRA, 2019). Como consequência do envelhecimento da população, há a redução de número de pessoas por domicílios relacionada ao ciclo de vida das famílias e da dependência entre usuários com faixa etária maior e veículos para realizar seus deslocamentos, de modo que o envelhecimento da população impacta não somente na distribuição de espaços de moradia, mas também em questões relativas à mobilidade urbana (OJIMA, 2016).

Essa compreensão é necessária, pois a cidade e os elementos que a constituem estão interconectados aos usuários e impactam no desempenho de cidade como um todo. Farr (2013) argumenta que movimentos isolados não atingem o máximo de sua contribuição, por exemplo, um edifício certificado, sustentável e eficiente tem seu impacto reduzido quando o entorno não contribui, como grandes áreas impermeabilizadas, assim como um loteamento ou bairro caminhável não atingirá o máximo potencial se as edificações nele implantadas desperdiçarem energia e materiais. Portanto, é necessário analisar o contexto de modo mais abrangente, mas também conhecer os elementos que o constituem em maior nível de detalhe.

A cidade é um sistema complexo, composto por milhares de edifícios, loteamentos, gerenciados e influenciados por diversos agentes, inseridos em um território e em um contexto histórico, pautados em diversas relações de trabalho, consumo, entre outras, sugerindo um processo de aleatoriedade, devido à autonomia dos agentes que produzem o espaço urbano (KRAFTA; SILVA, 2020). Esse sistema complexo das cidades produz um processo de auto-organização, sendo necessário estabelecer análises estritamente baseadas em dados para uma real compreensão do espaço urbano (RIBEIRO, 2020)

Nesse sentido, também podem ser avaliados aspectos quanto à produção dos espaços públicos, quanto à acessibilidade e à sustentabilidade das cidades (MONTEIRO *et al.*, 2020). Diversos estudos

referentes à morfologia abordam diferentes elementos indutores do ordenamento da paisagem urbana, sejam universidades (PAULA, 2019), centros comerciais (GELPI; GOSCH; KALIL, 2005), a legislação e índices urbanísticos (BATISTA *et al.*, 2016), o processo de substituição tipológica das edificações (FRANDOLOSO, 1997), as atividades turísticas e elementos da paisagem natural e a relação do planejamento urbano com esses elementos (LIMA, 2018), as questões culturais, como o entendimento do valor da terra como jardim ou espaço para produção de alimentos (ACOSTA, 2018), ou a união de mais de um desses elementos, através de um progresso induzido por agentes públicos e privados e também por fenômenos como o êxodo rural (MELO E MATA-NA JÚNIOR, 2020). A identificação desses aspectos permite entender o impacto de elementos geradores da paisagem urbana, além de traçar paralelos entre a forma que os espaços se desenvolveram em diferentes contextos regionais e subsidiar as decisões para ordenamento do território.

O solo, como um bem privado ou público, atualmente é um bem passível de transações, com valor atribuído (CARVALHO; OLIVEIRA, 2020). A partir disso, o ordenamento do território tem como objetivo principal direcionar e exercer influência sobre os agentes do mercado imobiliário a fim de que esses bens privados contribuam com objetivos da coletividade, através de instrumentos como planos de ordenamento, fiscalização, o estabelecimento da função social do solo, entre outros.

Sob a perspectiva do urbanismo sustentável (Edwards; Hyett, 2001), aumentar a densidade das zonas urbanas traz algumas vantagens, como a manutenção da rede de transporte público, dar coesão aos diferentes bairros, melhorar o microclima urbano e aumentar a eficiência energética dos edifícios. Para tanto, Edwards e Hyett (2001, p. 115-116) consideram como configuração ótima aquela que conjuga alta densidade, mescla de usos e média altura, com alturas de quatro a dez pavimentos, a fim de assegurar as vantagens da densificação. Para Kumar *et al.* (2019), a arborização dos meios urbanos pode contribuir para reduzir estresse, doenças crônicas e psiquiátricas, mesmo que ainda não haja evidências conclusivas que esses benefícios decorram diretamente da melhoria da qualidade do ar.

Essas diretrizes seguem também as considerações de Rogers e Gumuchdjan (2015) da cidade entendida como um sistema ecológico, em um metabolismo circular para minimizar as entradas de energias e recursos. Para Roaf, Crichton e Nicol (2009), as perspectivas de futuro são mais evidentes ao tratar a adaptação das cidades às mudanças climáticas, ou à crise climática, como se adota mais recentemente,

como um “guia de sobrevivência para o século XXI”.

Na metodologia proposta por Gehl e Svarre (2013) e pelo Gehl Institute (2017), comentada anteriormente, é imprescindível ajustar a observação em um sistema que forneça informações interessantes sobre a interação da vida pública e do espaço público. Para tanto, o planejamento deve incorporar todos os elementos urbanísticos que conformam esse ambiente construído, porém deve considerar, principalmente, as interações dos usuários, entender suas percepções e demandas.

Tais referenciais teóricos até então apresentados, bem como a coleta de dados referentes a morfologia, têm como objetivo subsidiar os instrumentos de planejamento através das diferentes camadas e interações geradas pela forma urbana.

Desenvolvimento da legislação urbanística de Carazinho

No caso específico do contexto em estudo, a Lei nº 51 de 1948 (CARAZINHO, 1948) foi a primeira a regulamentar construções no município e estabelecia que edificações na avenida principal deveriam ter dois pavimentos, sendo que, em 1949, a Lei nº 52 (CARAZINHO, 1949) estabeleceu gabaritos de um pavimento para a zona industrial. Em 1982, a Lei nº 3.298 (CARAZINHO, 1982) estabeleceu o zoneamento urbano, recuos de alinhamento, além de diretrizes referentes aos usos, gabaritos de altura, taxa de ocupação e índice de aproveitamento, bem como a delimitação da área rural e urbana (BRESOLIN *et al.*, 2015). Em 1992, foi proposto o Plano Diretor através da Lei nº 4.365 (CARAZINHO, 1992), visando o controle e orientação do desenvolvimento da área urbana, redefinindo o zoneamento com a criação de áreas de preservação, a delimitação do distrito industrial fora do perímetro urbano e foram removidos os cálculos de altura e recuos para edificações. Em 2003, a Lei nº 5.872 (CARAZINHO, 2003) alterou a planta de zoneamento, a partir de propostas dos profissionais do município, induzindo ao crescimento urbano distribuído, de modo a mitigar a verticalização da área central (BRESOLIN *et al.*, 2015).

O plano diretor mais recente da cidade de Carazinho entrou em vigência em 2013, através da Lei Complementar nº 178 (CARAZINHO, 2013), sob as diretrizes determinadas pelo Estatuto das Cidades. Nesse instrumento, o município é dividido em quatro macrozonas, sendo três Macrozonas Rurais e uma Macrozona Urbana, cujas diretrizes definem a ocupação de vazios internos da malha urbana, a densificação das áreas que já possuem infraestrutura consolidada, bem como a não expansão do uso resi-

dencial além do perímetro urbano atual e o controle de ocupação na região nordeste, em que se encontram nascentes do Rio da Várzea, zona de mananciais para o abastecimento de água. Os usos são classificados em residencial, comercial, serviços, misto, industrial e especiais, com subclassificações referentes às atividades desenvolvidas, tipologias ou porte de edificações. Para cada zona, os usos também são classificados como conformes, permissíveis (com índices reduzidos) e desconformes. Também está previsto como instrumento de planejamento o Relatório de Impacto de Vizinhança, para empreendimentos com significativo impacto para o meio natural e construído (CARAZINHO, 2013).

Referente aos índices urbanísticos, o Plano Diretor de Carazinho estabelece o Coeficiente de Aproveitamento Básico (CAB), resultante da multiplicação da área do lote pelo índice estabelecido na zona, delimitando a área máxima a ser construída. Esse limite pode ser acrescido por outorga onerosa do direito de construir ou por transferência do direito de construir, em até 25% do coeficiente em ambos os casos, ou ainda se o lote possuir largura superior a 12 metros nas Zonas Comerciais e de Serviços 1 e 2 (ZC1 e ZC2). Outros índices estabelecidos são a Taxa de Ocupação (TO), que delimita a projeção máxima das edificações sobre os lotes, e a Taxa de Permeabilidade (TP), sendo essa a área mínima permeável por lote. A zona comercial 1 (ZCI) apresenta os mais elevados índices do zoneamento, com CAB de 4,6 e TO de 0,85 para a base das edificações (considerando subsolos, térreos e pavimentos até a altura de 7 metros a partir da soleira de entrada) e de 0,65 para as torres. A taxa de permeabilidade é de 10% do lote e há a restrição a tipologia arquitetônica de pavilhão (CARAZINHO, 2013).

O plano diretor vigente também prevê a obrigatoriedade de recuos frontais, laterais, de fundos e viários. Nas ZC1, ZC2 e Corredores Comerciais e de Serviços 1 e 2 (CCS1 e CCS2), o recuo frontal é dispensado, entretanto, não é permitido o balanço do corpo da edificação sobre o passeio, apenas a construção de marquises. O recuo frontal mínimo é de 4 metros, porém, em lotes de esquina, um dos lados pode reduzir o recuo para 2 metros. Os recuos laterais e de fundos são exigidos a partir do terceiro pavimento, através de fórmula que considera o número de pavimentos da edificação a partir do nível de acesso, sendo que, na ZC1, ZC2, CCS1 e CCS2, o recuo lateral é dispensado para pavimentos subsolos e até 7 metros a partir da soleira. Também pode ser requerida a isenção de recuos laterais quando houver edificações lindeiras consolidadas a mais de 10 anos construídas junto às divisas, com a isenção permitida até a altura da edificação vizinha. Também estão

previstos recuos viários, definidos por decretos, visando alargamentos viários (CARAZINHO, 2013). Em 2018, foi promulgada a Lei nº 218 (CARAZINHO, 2018) referente ao parcelamento do solo, definindo as condições para implantação de loteamentos, inclusive loteamentos industriais e de interesse social, bem como desmembramentos, unificações e condomínios urbanísticos.

Ao observar a progressão da legislação urbanística do município, verifica-se a evolução nos aspectos do zoneamento, sobretudo no aspecto ambiental, ao delimitar áreas industriais fora do perímetro urbano. Porém, quanto aos recuos e índices, ainda há uma nítida indução da verticalização no eixo estruturador pela dispensa de recuo frontal e índices construtivos mais elevados, mesmo com a previsão de recuos laterais conforme o número de pavimentos.

MÉTODO

A primeira etapa do estudo foi identificar as linhas de crescimento de Carazinho; conforme demonstrado na caracterização da área de estudo, o principal eixo estruturador da malha urbana é a Avenida Flores da Cunha, entre as rodovias BR-285 — que se conecta com a Argentina e Vacaria e centro do país pela BR-116 — e a BR-386 — a qual liga Porto Alegre e Santa Catarina. Esse setor urbano será utilizado como trecho de análise referente à morfologia urbana, com base nos referenciais teóricos anteriormente mencionados (MELO E MATANA JÚNIOR, 2020), avançando nos aspectos metodológicos pela inserção de uma ferramenta SIG, que permitirá criar um banco de dados do levantamento com facilidade de atualização. O trecho de análise compreende essa via em sua totalidade, aproximadamente 6,5 quilômetros,

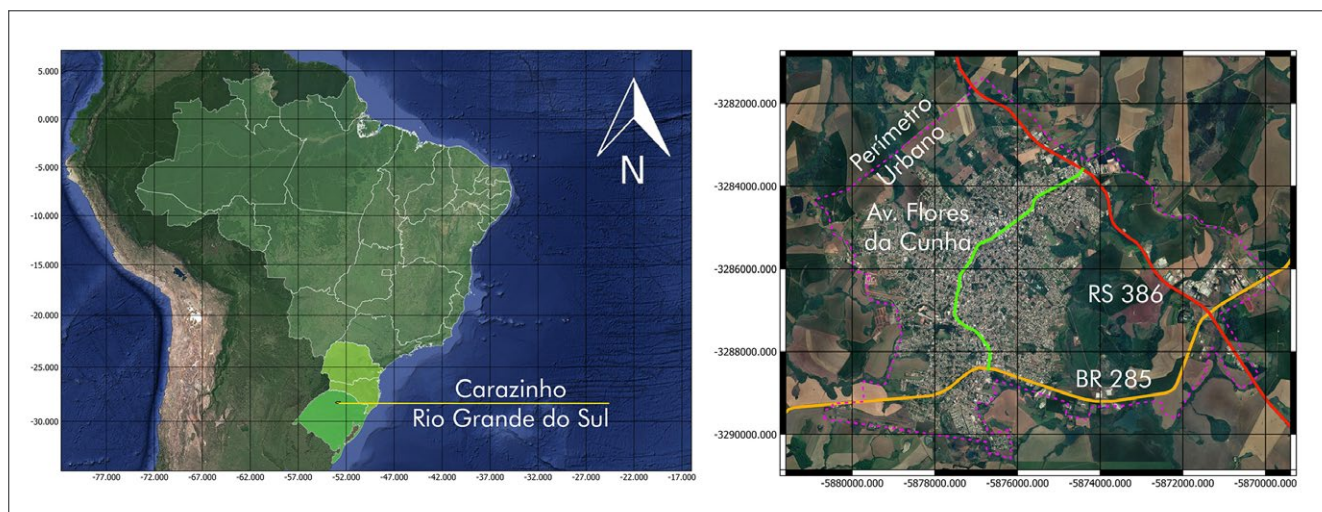
conforme a Figura 2.

Os levantamentos das características referentes à morfologia urbana foram realizados através do software de Sistemas de Informações Geográficas (SIG) QGIS (TEAM, 2020), versão 3.12.3 e base de mapas do Google Earth, através da inserção de pontos com atributos, para posterior confecção dos mapas temáticos. A partir do levantamento, foram elaborados mapas para apresentação dos resultados, caracterizando o uso do solo, gabaritos de altura e a presença/ausência de recuos frontais nas edificações. Referente aos usos, as edificações foram classificadas em residenciais, comerciais, mistas (residenciais/comerciais), institucionais/uso público, para identificação dos principais usos em cada setor.

Para o levantamento dos gabaritos das edificações, foram consideradas edificações de baixa altura (1 a 2 pavimentos), média altura (3 a 7 pavimentos) e edificações altas (7 pavimentos ou superior). A presença ou ausência de recuos frontais também foram levantadas, pois essas características influenciam em taxas de permeabilidade, cone visual dos pedestres, disponibilidade de vagas de estacionamento, bem como em aspectos de ambiência urbana, como ventilação, iluminação natural e sombreamento. Em municípios próximos, como Passo Fundo, o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PASSO FUNDO, 2006) estabelece a obrigatoriedade de recuos frontais mínimos de 4,0 m para ajardinamento, áreas permeáveis, estacionamento não privativo, bem como para previsão de alargamento viário.

Os pontos inseridos no software SIG permitiram quantificar e classificar as edificações conforme os parâmetros de gabarito, recuos e usos. Após os levantamentos, foram elaboradas sugestões a fim de inserir conceitos de urbanismo sustentável nas etapas de futura revisão do plano diretor.

Figura 2: Trecho selecionado para análise

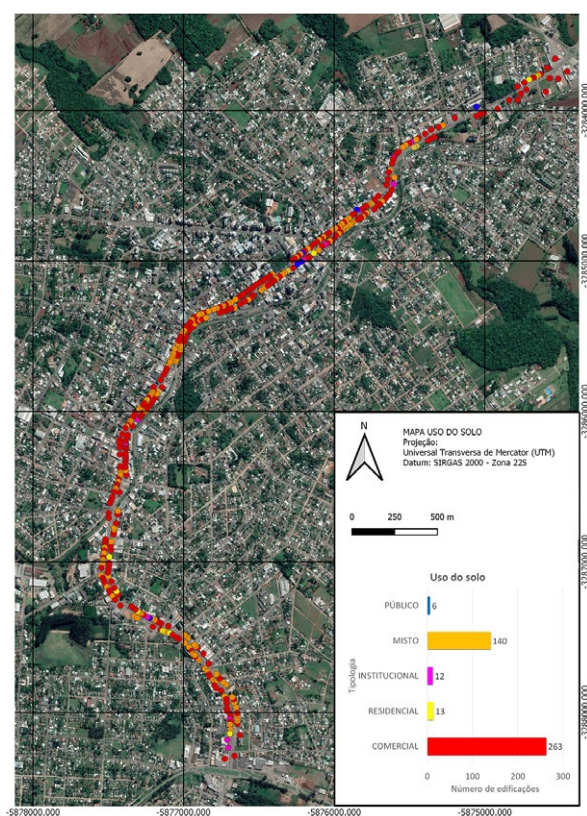


Fonte: Autores (2022).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nesta seção, serão apresentados e discutidos os resultados dos levantamentos, bem como suas implicações para o planejamento urbano da cidade de Carazinho e adoção de estratégias para um crescimento urbano sustentável, observando também as possíveis implicações da estrutura demográfica do município. A Figura 3 apresenta os usos ao longo da Avenida Flores da Cunha.

Figura 3: Quantitativo referente ao uso do solo



Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

No total, foram identificadas 436 edificações distribuídas ao longo da Avenida Flores da Cunha, compreendendo a Zona Comercial 1 – ZC1 e Zona comercial 2 – ZC2. Também são apresentadas sugestões referentes às potencialidades e necessidades identificadas no levantamento quanto a áreas verdes, mobilidade e ambiência urbana. Referente aos usos, o diagnóstico apontou a predominância de edificações de uso exclusivamente comercial, considerando atividades de atacado e varejo, bem como de serviços, seguidas por edificações de uso misto. As edificações de uso comercial distribuem-se ao longo de toda a área de estudo e predominam na configuração espacial, intercaladas pelas edificações de uso misto. Em menor quantidade estão as edificações exclusivamente residenciais, juntamente com as edificações institucionais e de uso público. As tipologias de uso

misto são edificações multifamiliares com lojas térreas ou edificações comerciais com sobrados no segundo pavimento. Entre as edificações institucionais e as de uso público, foram identificadas escolas, igrejas, prefeitura, rodoviária, fórum, delegacias, entre outras, concentradas na área central da malha urbana e em alguns pontos isolados.

Percebe-se que a tipologia comercial térrea é a mais consolidada, assim como em outras cidades de pequeno porte no norte do Rio Grande do Sul, como Erechim, Cruz Alta, Vacaria e Santo Ângelo, em que comumente o eixo estruturador ou avenida principal concentram as atividades de comércio e serviços, devido às características de rota de passagem das cidades nas quais ocorreu o tropeirismo. Esse processo é caracterizado pelo caminho das tropas para a conexão entre as regiões produtoras de carne (antigas reduções jesuíticas), localizadas no centro norte do Rio Grande do Sul e nos centros consumidores do centro do país.

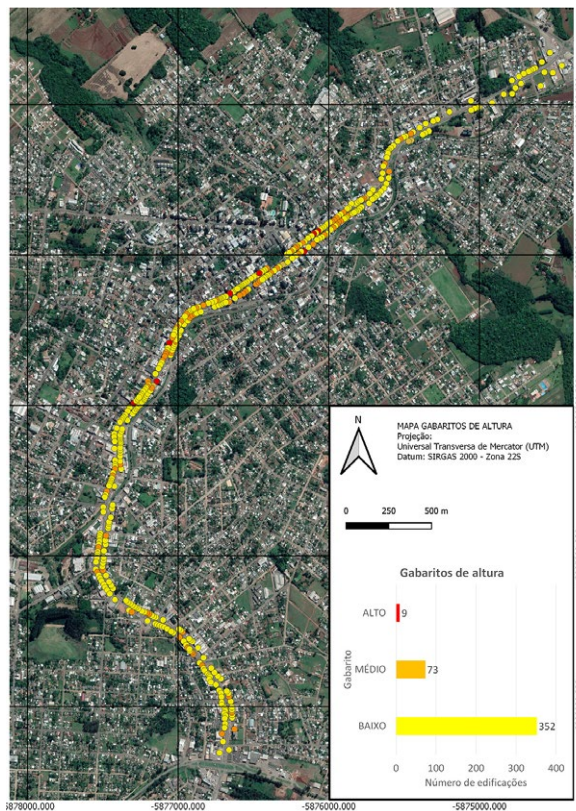
As edificações de uso misto, residencial e comercial, constituem um tipo de uso adequado do solo, uma vez que elas abrigam mais de um uso, além de reduzir as distâncias entre trabalho e moradia, incentiva a circulação de pessoas, podendo impactar positivamente em questões como mobilidade urbana, mas também gerando a necessidade de infraestrutura de saneamento, ao induzir o adensamento dessas áreas. Esse uso está inserido em diversas vertentes urbanísticas desde o século XIX e virada para o século XX, com os planos sanitaristas representados no Brasil por Saturnino de Brito, que inclusive fez propostas para Passo Fundo, município originário de Carazinho (PICCINATO JR.; ALMEIDA; KUJAWA, 2021; GOSCH, 2022) e também inserido dentro do Novo Urbanismo e das premissas do Urbanismo Sustentável, apoiadas nos referenciais teóricos já comentados.

Referente aos gabaritos, a maioria das edificações é constituída por até 2 pavimentos, sendo que apenas 9 edificações foram caracterizadas como altas, superiores a 7 pavimentos, indicando um processo de verticalização tardio em relação a outras cidades do Rio Grande do Sul. A título de comparação, de acordo com Gosch (2002), o processo de verticalização de Passo Fundo, distante 40 km de Carazinho, iniciou-se ainda na década de 1970, impulsionada pelo estabelecimento da condição de polo médico e educacional. Para Ferretto (2018), cidades como Passo Fundo, Santa Maria e Pelotas induziram a verticalização de áreas centrais em seus planos diretores através de índices de aproveitamento entre 7 e 8, a partir de 1968, além de outros empreendimentos verticais nas áreas periféricas, como a COHABPEL em Pelotas e a COHAB I em Passo Fundo. O le-

vantamento também permitiu identificar a ausência de elementos urbanos consolidados que induzam a verticalização, como *shopping center*, universidades e hospitais, conforme ocorreu na cidade de Passo Fundo, de acordo com estudo de Melo e Matana Júnior (2020).

A Universidade de Passo Fundo (UPF), próxima à BR-386, e a Universidade Luterana do Brasil (ULBRA), junto à BR-285, constituem polos de interesse, porém não induzem a verticalização, e sim o espraiamento da malha urbana devido à sua localização. A UPF está inserida no bairro Oriental, de características residenciais, e a ULBRA está implantada junto à rodovia, fora do perímetro da malha urbana, próxima a edificações industriais. Há um *shopping center* com torres residenciais em construção na área central, que poderá constituir um novo polo de atração para outros empreendimentos de tipologia mista verticalizada. As edificações com maior gabarito foram localizadas na área central, próximas da praça Albino Hillebrand e da Prefeitura Municipal, origem do núcleo urbano; a partir do levantamento também se observou que parte do processo de verticalização foi diluída pela Avenida Pátria, paralela à Avenida Flores da Cunha. A distribuição dos gabaritos de altura é apresentada na Figura 4, evidenciando o predomínio do gabarito baixo em toda a extensão da Avenida Flores da Cunha.

Figura 4: Quantitativo referente aos gabaritos de altura

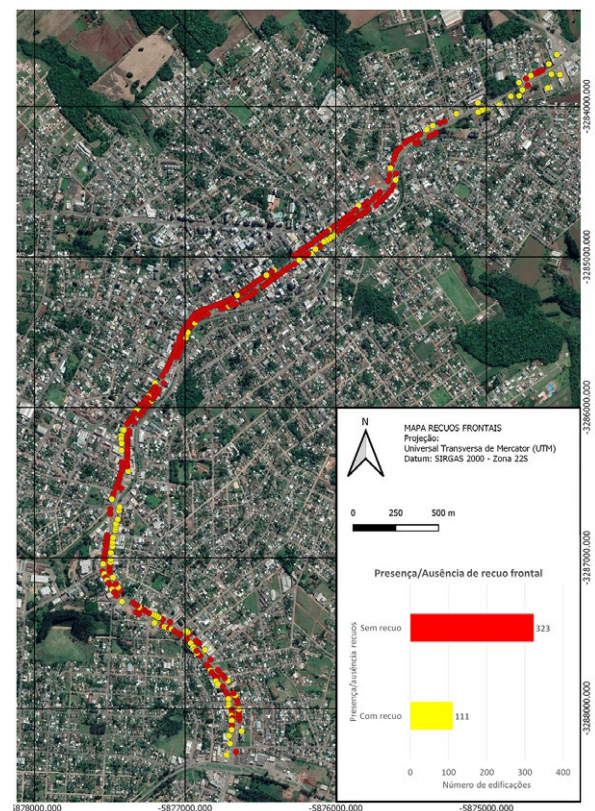


Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

O aumento da densidade pode ser benéfico para a cidade, através da redução do uso per capita de recursos, além de benefícios ambientais com a possível diminuição de emissões, pela redução do percurso e pela disponibilidade de serviços em uma mesma área. Entretanto, esse aumento de densidade também pode provocar sombreamentos, engarrafamentos, no caso de um sistema viário com dimensionamento inadequado, além de uma conotação de redução de qualidade de vida para os moradores do entorno de empreendimentos adensados (FARR, 2013). Portanto, caso o adensamento seja a estratégia a ser adotada, deverão ser previstas soluções para mitigar os impactos negativos identificados, através de instrumentos como o Relatório de Impacto de Vizinhança para compensar os impactos de empreendimentos de grande porte com medidas compensatórias e mitigadoras; através de cotas ideais de dormitórios, regulando a população projetada para cada empreendimento; entre outras abordagens que forneçam a infraestrutura necessária para um possível adensamento.

Referente aos recuos, a maioria das edificações não possui recuos frontais, em especial as tipologias já consolidadas, sendo que algumas edificações, em função da idade de construção, indicam a característica da época de construções no alinhamento dos lotes, mais presentes na área central da malha urbana. As edificações que apresentam recuos, em geral,

Figura 5: Quantitativo referente aos recuos



Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

são comerciais, destinando o espaço do afastamento frontal para estacionamento, como supermercados, pavilhões e postos de combustíveis. Nas zonas em que o Plano Diretor exige recuos frontais para novas edificações também foi identificada a adoção de recuos, demonstrando as possibilidades de conformação da paisagem urbana a partir da legislação, sendo que esse processo provavelmente ocorrerá pela substituição das tipologias existentes. A Figura 5 apresenta a distribuição da ausência/presença de recuos na extensão da Avenida.

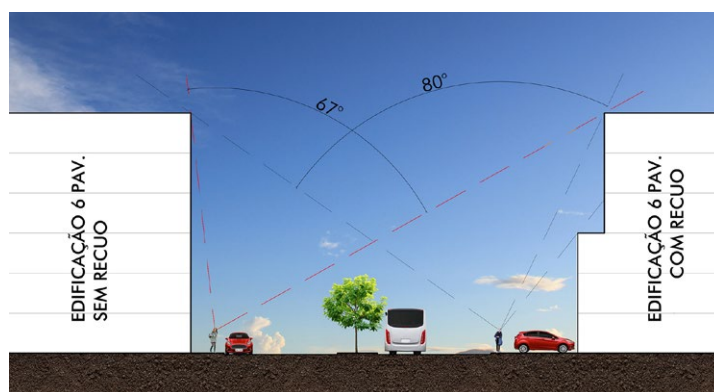
Como contribuição para o processo de atualização ou revisão do Plano Diretor, a adoção de recuos frontais em toda a extensão da Avenida Flores da Cunha pode ser benéfica para a ambiência urbana, através da ampliação do cone visual dos pedestres, criação de áreas permeáveis e passíveis de arborização, bem como a redução do sombreamento entre edificações e a criação de mais vagas de estacionamento no térreo das edificações. Essas ações podem ocorrer de maneira integrada, pela utilização de pavimentos permeáveis nas áreas de estacionamento, pelo incentivo à arborização nos passeios públicos, bem como pelo incentivo ou obrigatoriedade de coleta pluvial para reuso nas edificações, de maneira a atender aos requisitos propostos por Edwards e Hyett (2001) para as cidades sustentáveis e inclusivas (FARR, 2013; Gehl; Svarre, 2013).

Também deve ser observada a relação entre o envelhecimento da população e os deslocamentos necessários para realizar suas atividades, pela característica de concentrar os principais serviços no entorno de uma centralidade como a praça principal e a Prefeitura Municipal. Há um movimento em direção a esse polo para realização das atividades, uma vez que bancos, edifícios públicos, supermercados e comércio em geral estão concentrados nesta região, além de um *shopping center* em construção, que reforçará a condição de polo. Observa-se que, nas extremidades da Avenida, concentram-se atividades como concessionárias, postos de combustível, oficinas, com menor circulação de pessoas, sendo necessário o estudo da mobilidade a partir desses deslocamentos, além da projeção de aumentos de fluxo gerados por novos empreendimentos.

Além disso, nos instrumentos de planejamento podem ser previstos incentivos, como índices especiais quando o edifício apresentar recuos além dos exigidos, aumento das áreas de ventilação, iluminação e permeabilidade do solo, além de gerar vagas de estacionamento, visto que o centro das quadras por vezes é utilizado como pátio das construções, muitas vezes como área residual. Neste sentido, a adoção dos recuos frontais permite inverter essa lógica, uti-

lizando a área do pátio para aumentar visualmente a largura da Avenida, além dos benefícios citados anteriormente e também um maior ângulo de céu visível, como pode se perceber na Figura 6, com a demonstração das diferenças do cone visual para edificações com e sem recuo.

Figura 6: Relação entre ângulo de céu visível e recuos frontais



Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

Durante o levantamento, também foi constatada a ausência de áreas verdes ao longo do trecho de análise, à exceção da praça Albino Hillebrand. Como sugestão, a Avenida Flores da Cunha poderia ser estruturada como um corredor verde, em concordância ao argumento de Cortez, Moura e Machado (2019) de que a implantação de corredores verdes permite criar uma cidade resiliente, pela criação de microclimas, melhoria da permeabilidade e qualidade do espaço urbano. Essa argumentação vem ao encontro dos referenciais teóricos já mencionados, como Edwards e Hyett (2001), Rogers e Gumuchdjian (2015) e Kumar *et al.* (2019).

Segundo o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) (2020), esse tipo de infraestrutura permite mitigar efeitos da ilha de calor, aumentar os níveis de umidade do ar, atribuir qualidade paisagística aos espaços, além de reduzir a velocidade de escoamento das águas pluviais. A largura da via é variável, mas sempre mantém a característica de duas faixas de circulação e uma faixa para estacionamento, em dois sentidos, sendo que estudos futuros podem abordar a possibilidade de implantação de uma ciclovia.

Em resumo, a cidade de Carazinho, devido ao seu processo de verticalização tardio e à ausência de polos de interesse ao longo da Avenida Flores da Cunha concentra suas atividades na área que remonta ao núcleo urbano original do município, notadamente definido pela morfologia resultante da implantação da ferrovia. Esse processo tardio abre possibilidades para que os instrumentos de planejamento do poder público, juntamente com a iniciativa privada, pro-

duzam um espaço urbano de maior qualidade, seja pela permeação de áreas verdes ao longo do trecho da Avenida, seja pela adoção de novas medidas de mobilidade, como uma ciclovia, seja pela regulação da forma das edificações para fins de melhoria da ambiência urbana e da percepção dos pedestres. O trabalho buscou fornecer informações para os tomadores de decisão, contribuindo na construção de um espaço urbano sustentável e resiliente, e, nesse sentido, no atendimento a algumas metas do ODS11 (ONU, 2020) no que tange às Cidades e Comunidades Sustentáveis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos de morfologia permitem identificar diferentes agentes do ordenamento do espaço urbano, sejam eles públicos ou privados, bem como os diversos elementos e contextos históricos que moldam a forma da cidade. Estudos precedentes com os realizados por Melo e Matana Júnior (2020), Paula (2019), Barros e Carriço (2019) e Gelpi, Gosch e Kalil (2005) demonstram a influência de equipamentos urbanos, como hospitais, escolas, universidades, e de atividades privadas, como *shoppings centers*, indústrias e outros empreendimentos, na constituição de novas centralidades ao longo do tempo. Também é perceptível o modo como linhas de infraestrutura, como ferrovias, somadas aos contextos das atividades produtivas, relacionam-se e produzem transformações na paisagem natural, que, por sua vez, seja pela topografia, seja pelos rios e maciços de vegetação, também implicam no ordenamento do espaço urbano.

O município de Carazinho é um exemplo desses condicionantes do espaço urbano, seja pelas atividades econômicas, como o tropeirismo — origem de sua urbanização, pela implantação de infraestruturas como a ferrovia —, seja pela atuação dos legisladores, remontando à década de 1940, com as primeiras diretrizes urbanas influenciando gabaritos e usos, seja também pela atuação dos *stakeholders* privados.

Referente aos usos e gabaritos, o Plano Diretor vigente já prevê em suas diretrizes a delimitação do zoneamento e a indução da verticalização e dos usos mistos, ao estabelecer índices mais elevados na Zona Comercial 1, bem como ao restringir o uso de tipologias de pavilhão, com finalidade de ocupar vazios urbanos ou realizar a substituição de tipologias térreas por verticais, em áreas com infraestrutura urbana consolidada e edifícios com interesse cultural ou patrimônio histórico. Referente aos recuos, apesar de constar na legislação, a área mais adensada do núcleo

urbano dispensa recuos frontais. Os recuos frontais podem ser uma estratégia a ser valorizada, pois a criação de vagas de estacionamento é benéfica aos empreendimentos comerciais e os afastamentos reduzem o sombreamento entre edificações, aumentam o cone visual dos pedestres, além de constituírem áreas que podem ser utilizadas com fins de permeabilidade do solo, arborização e outras estratégias que contribuam para a melhoria da ambiência urbana.

Além de permitir a análise e diagnóstico do processo de consolidação urbana ao longo do trecho objeto de estudo do presente artigo, os resultados obtidos contribuem para reflexões sobre esse processo, mas, principalmente, o estudo gera elementos para o prognóstico de um cenário futuro, sua normatização e revisão contínua da legislação urbanística. O estudo pode ser replicado para outras cidades de diferentes portes, a fim de subsidiar os gestores públicos e investidores privados através da compreensão do espaço urbano, dos impactos da forma da cidade na qualidade de vida e conforto ambiental, da disponibilidade de infraestrutura, seja saneamento, energia ou mobilidade, auxiliando na tomada de decisão e seleção de estratégias para o desenvolvimento sustentável das cidades.

REFERÊNCIAS

- ACOSTA, S. Análise teórica para desvendar o lento aceite da recente verticalização residencial em San José, Costa Rica. **urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v.10, n.3, p. 677-694, 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/2175-3369.010.003.ao14>. Acesso em: 8 dez. 2022.
- BARBOSA, J.R.A.; ALVES, S.P. **Formação socioespacial urbana contemporânea**. Curitiba: Intersaberes, 2020.
- BARROS, M. E.; CARRIÇO, J. M. Esvaziamento e transformação morfológica da área central de Santos/SP: gênese e perspectivas. **urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 11, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-3369.011.e20180100>. Acesso em: 8 dez. 2022.
- BATISTA, A. J.; BRITO, D. M. C.; PANTOJA, G. M. T. O processo de verticalização urbana em Macapá/AP. **Revista GeoAmazônia**, v. 4, n. 08, p. 46-63, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/geoamazonia/article/view/12484>. Acesso em 8 dez. 2022.
- BID. BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO. **Vamos construir verde?:** guia prático para edificações, espaços

- públicos e canteiros sustentáveis no Brasil. 2020. Disponível em: <https://publications.iadb.org/publications/portuguese/document/Vamos-construir-verde-Guia-pr%C3%A1tico-para-edificacoes-espacos-publicos-e-canteiros-sustent%C3%A1veis-no-Brasil.pdf>. Acesso em: 05 jun. 2020.
- BRESOLIN, R.; KALIL, R. M. L.; GELPI, A.; MASCARÓ, J.J. **Desenvolvimento econômico e crescimento urbano de Carazinho, RS**. In: II Colóquio internacional sobre o comércio e cidade: uma relação de origem. 2015.
- CARAZINHO. **Lei nº 51 de 30 de dezembro de 1948**. Regulamenta as construções em diversos trechos, na cidade. 1948. Disponível em: <https://www.carazinho.cespro.com.br/visualizarDiploma.php?cdMunicipio=7360&cdDiploma=19480051&NroLei=051&Word=&Word2=>. Acesso em: 05 jun. 2020.
- CARAZINHO. **Lei nº 52 de 31 de janeiro de 1949**. Altera a lei municipal nº 51 de 30.12.1948, que regulamenta as construções em diversos trechos, da cidade. 1949. Disponível em: <https://carazinho.cespro.com.br/visualizarDiploma.php?cdMunicipio=7360&cdDiploma=201301784>. Acesso em: 05 jun. 2020.
- CARAZINHO. **Lei nº 3.298 de 29 de dezembro de 1982**. Institui a lei de zoneamento e disciplina a sua aplicação. 1982. Disponível em: <https://www.carazinho.cespro.com.br/visualizarDiploma.php?cdMunicipio=7360&cdDiploma=19823298&NroLei=3.298&Word=&Word2=>. Acesso em: 05 jun. 2020.
- CARAZINHO. **Lei nº 4.365 de 23 de dezembro de 1992**. Institui o plano diretor do município de Carazinho e dá outras providências. 1992. Disponível em: <https://carazinho.cespro.com.br/visualizarDiploma.php?cdMunicipio=7360&cdDiploma=201301784>. Acesso em: 05 jun. 2020.
- CARAZINHO. **Lei nº 5.782 de 18 de junho de 2003**. Aprova a planta de zoneamento, da lei nº 4365/92, que institui o plano diretor do município. 2003. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/rs/c/carazinho/lei-ordinaria/2003/588/5872/lei-ordinaria-n-5872-2003-aprova-a-planta-de-zoneamento-da-lei-n-4365-92-que-institui-o-plano-diretor-do-municipio?q=5872>. Acesso em: 05 jun. 2020.
- CARAZINHO. **Lei nº 178 de 30 de dezembro de 2013**. Dispõe sobre o plano diretor do município de Carazinho. 2013. Disponível em: <https://carazinho.cespro.com.br/visualizarDiploma.php?cdMunicipio=7360&cdDiploma=201301784>. Acesso em: 05 jun. 2020.
- CARAZINHO. **Lei nº 218 de 07 de junho de 2018**. Dispõe sobre o Código de Parcelamento do Solo do Município de Carazinho e revoga a Lei Complementar nº 209/17. 2018. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/rs/c/carazinho/lei-complementar/2018/21/218/lei-complementar-n-218-2018-dispoe-sobre-o-codigo-de-parcelamento-do-solo-do-municipio-de-carazinho-e-revoga-a-lei-complementar-n-209-17>. Acesso em: 05 jun. 2020.
- CARVALHO, J.; OLIVEIRA, F.P. **Urbanismo operativo**: guia normativo. Coimbra: Almedina, 2020.
- Congresso para o Novo Urbanismo. **Carta do Novo Urbanismo**. 2001. Disponível em: https://www.cnu.org/sites/default/files/cnucharter_portuguese.pdf. Acesso em: 05 jul 2022.
- CORTESE, T.T.P.; KNISS, C. T.; MACCARI, E. A. **Cidades inteligentes e sustentáveis**. São Paulo: Manole, 2017.
- CORTEZ, R.; MOURA, N. C.; MACHADO, C. Análise do desempenho das melhores práticas de manejo para constituição de corredores verdes em Fortaleza -CE. **Paisagem e Ambiente**, v.30, n. 43, p. e146647-e146647, 2019.
- EDWARDS, B.; HYETT, P. **Guía básica de la sostenibilidad**. Barcelona: Gustavo Gili, 2001.
- ENGEL, E. R. M.; GOETTEMES, R. F. Espaços livres e dinâmicas urbanas: o caso da orla ferroviária de Carazinho/RS. **PIXO-Revista de Arquitetura, Cidade e Contemporaneidade**, v. 6, n. 20, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/pixo/article/view/20786>. Acesso em: 8 dez. 2022.
- FARR, D. **Urbanismo sustentável**. Porto Alegre: Bookman, 2013.
- FERRETTO, D. **Segregação socioespacial em cidades médias gaúchas: Caxias do Sul**, Passo Fundo, Pelotas e Santa Maria. 2018. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2018.
- FRANDOLOSO, M. A. L. **Substituição tipológica das Edificações: a “verticalização” de Passo Fundo – RS**. Tipologias Habitacionais e Morfologia Urbana I (Monografia). Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1997.
- JACOBS, J. **The death and life of great American cities**. New York: Random House, 1993.
- GEHL, J. **Cidade para as pessoas**. 3ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2015.
- GEHL, J.; SVARRE, B. **How to study public life**.

- Washington: Island Press, 2013.
- GEHL INSTITUTE. **A mayor's guide to public life**. New York: Gehl Institute, 2017.
- GELPI, A., GOSCH, L. R. M., KALIL, R. M. L. **Avenida Brasil: do comércio tropeiro ao shopping center**. In: Anais do I Colóquio Internacional sobre o Comércio e Cidade. São Paulo: USP, 2005.
- GOSCH, L. R. M. **Passo Fundo: de Saturnino de Brito ao Mercosul**. 2002. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.
- GOSCH, L. R. M. Melhoramentos urbanos em Passo Fundo nas primeiras décadas do século XX. *In*: VANIN, A. A., CARVALHO, D. V.; DINIZ, P.H. C. (ORG.). **Passo Fundo: estudos urbanos: espaços e urbanização**. V. III. p. 41-68. Passo Fundo: Acervus, 2021.
- IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Carazinho**. 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/carazinho/panorama>. Acesso em 16 jun. 2022.
- KRAFTA, R.; SILVA, E. L. B. Detecção de padrões da forma urbana: Quadro Geral e um Caso. **urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v.12, e20190209, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-3369.012.e20190209>. Acesso em: 8 dez. 2022.
- KEELER, M.; BURKE, B. **Fundamentos de projeto de edificações sustentáveis**. Porto Alegre: Bookman, 2010.
- LEONELLI, G. C. V.; CAMPOS, E. F. R. Leis expansivas para a expansão urbana: Campinas sem limites. **urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 10, p. 36-48, 2018.
- LIMA, C. F. V. **A legislação urbana e as alturas construídas: a verticalização no município de Torres/RS de 1962-2017**. 2018 (Dissertação de mestrado). Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.
- MARON, D. O ambiente construído e a mobilidade a pé: explorando a caminhabilidade em Carazinho/RS. 2020 (Dissertação de mestrado). Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.
- MELO, E. F. R. Q.; MATANA JÚNIOR. Análise da verticalização urbana no eixo estruturador de Passo Fundo – RS. **urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 12, e20190369, 2020. <https://doi.org/10.1590/2175-3369.012.e20190369>
- MONTEIRO, E. Z.; PINA, S. A. M. G.; FREIRE, R. A.; TURCZYN, D. T. O estudo da morfologia urbana na Região Metropolitana de Campinas. **urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v.12, p. e20190260, 2020. <https://doi.org/10.1590/2175-3369.012.e20190260>
- OJIMA, R. **Dispersão Urbana e Mobilidade Populacional: implicações para o Planejamento Urbano e Regional**. São Paulo: Blucher, 2016.
- OLIVEIRA, A. S. Transição demográfica, transição epidemiológica e envelhecimento populacional no Brasil. **Hygeia** v.15, n.31, p. 69-79, 2019.
- ONU. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **17 Objetivos para transformar nosso mundo**. 2020. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/>. Acesso em 29 ago. 2020.
- PANERAI, P.; CASTEX, J.; DEPAULE, J.C. **Formas Urbanas: a dissolução da quadra**. Porto Alegre: Bookman, 2013.
- PANERAI, P. **Análise urbana**. Brasília: Universidade de Brasília, 2006.
- PASSO FUNDO. Lei Complementar 170 de 09 de outubro de 2006. Dispõe sobre o plano diretor de desenvolvimento integrado – PDDI do município de Passo Fundo. Passo Fundo, 2006.
- PAULA, K. A. O processo de verticalização na zona central da cidade de Viçosa-MG: uma análise a partir da expansão da Universidade Federal de Viçosa e do seu impacto na estruturação do espaço urbano. **GeoTextos**, v.15, n.1, p. 65-87, 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.9771/geo.v15i1.30473>. Acesso em: 8 dez. 2022.
- PICCINATO JR., D.; ALMEIDA, C. C. O. DE; KUJAWA, H. A. Urbanismo sanitário: o plano de melhoramentos urbanos de Saturnino de Brito para Passo Fundo. *In*: VANIN, A. A., CARVALHO, D. V.; DINIZ, P.H. C. (ORG.). **Passo Fundo: estudos urbanos: espaços e urbanização**. V. III. p. 41-68. Passo Fundo: Acervus, 2021.
- REGO, R. L.; MENEGUETTI, K. S.; BELOTO, G. E. Morfologia urbana como instrumento projetual. **urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v.12, 2020.
- RIBEIRO, F. A física das cidades. **Revista de Morfologia Urbana**, v. 8, n. 1, p. e00159, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.47235/rmu.v8i1.159>. Acesso em: 8 dez. 2022.
- ROAF, S.; CRICHTON, D.; NICOL, F. **A adaptação de edificações e cidades às mudanças climáticas: um guia de sobrevivência para o**

- Século XXI. Porto Alegre: Bookman, 2009.
- ROGERS, R.; GUMUCHDJIAN, P. **Cidades para um pequeno planeta**. São Paulo: Gustavo Gili, 2015.
- SCUSSEL, M. C. B.; SATTLER, M. A. Cidades em (trans)formação: impacto da verticalização e densificação na qualidade do espaço residencial. **Ambiente Construído**, v. 10, n.3, p. 137-150, 2010.
- TEAM, QGIS DEVELOPEMENT *et al.* QGIS geographic information system. Open source geospatial foundation Project.2020.
- VARGAS, H.; ARAUJO, C. **Arquitetura e mercado imobiliário**. São Paulo: Manole, 2014. ■

Sidnei Matana Júnior é graduado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de Passo Fundo (2015), especialista em Design e Interiores pela Universidade de Passo Fundo (2019) e mestre em Engenharia Civil e Ambiental pela Universidade de Passo Fundo (2022). sidneimatana@gmail.com

Marcos Antonio Leite Frandoloso é graduado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Pelotas (1986), mestre em Arquitetura pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2002) e Doutor Internacional pelo Programa de Doctorat en Arquitectura, Energia i Medi Ambient - Universitat Politècnica de Catalunya (2018). Professor Titular III da Universidade de Passo Fundo - RS. frandoloso@upf.br

Paula Beatriz Rêgo Menezes
Jovenildo Cardoso Rodrigues
Wellington Augusto Andrade Fernandes

Território e desigualdades socioespaciais

Uma análise acerca das dinâmicas urbanas na cidade de Barcarena-PA

Resumo

O território das cidades brasileiras e amazônicas vem passando por transformações aceleradas nas duas últimas décadas do século XXI, tendo como resultado a incorporação desses territórios no contexto de mundialização do capital. A partir disso, o presente artigo tem como objetivo analisar as dinâmicas territoriais intensificadas pela expansão urbana e usos do território no município e na cidade de Barcarena a partir dos anos de 2000, sob o viés das desigualdades socioespaciais. Para isso, realizou-se levantamentos e análises documentais. A pesquisa também foi composta com registros fotográficos, produção cartográfica e entrevistas semiestruturadas com agentes do poder público municipal e representantes das comunidades locais. Por fim, os resultados obtidos pela presente pesquisa revelam que Barcarena-PA, apesar do acelerado crescimento urbano, ainda constitui intensas relações urbano-rurais, as constantes transformações potencializadas pela indústria, que concebeu um desenvolvimento geográfico desigual, com manifestações expressivas nos usos e contrausos do território.

Expansão urbana

Territorialidades

Comunidades tradicionais

Geoprocessamento

Barcarena-PA

Abstract

The territories of Brazilian and Amazonian cities have been undergoing accelerated transformations in the last two decades of the 21st century, because of the incorporation of these territories in the context of the globalization of capital. Therefore, aim at to analyze the demographic dynamics the urban expansion and land uses in the municipality and in the city of Barcarena from the 2000s onwards. For this purpose, surveys and documentary analysis were carried out. The research was also composed with photographic records, cartographic production and semi-structured interviews with municipal government agents and representatives of local communities. The results obtained by the present research reveal that Barcarena-Pa despite the accelerated urban growth still constitutes intense urban-rural relations, the constant transformations potentiated by the industry, conceived an uneven geographic development, with expressive manifestations in the uses and counter-uses of the territory.

Urban expansion

Territorialities

Traditional communities

Geoprocessing

Barcarena-PA

INTRODUÇÃO

A década de 1970 permite identificar algumas mudanças significativas no contexto de ações do governo federal, no sentido de incorporação da Amazônia brasileira no âmbito das determinações da produção capitalista do espaço, sobretudo com a implantação da Política de Integração Nacional, bem como a partir de ações estruturantes no território amazônico, a saber, pela implantação de uma rede urbana complexa (rede rodoviária, rede elétrica, rede de comunicações etc.) (CORRÊA, 1987; BECKER, 1991). Em escala local, esse período é marcado por transformações rápidas no município e na cidade de Barcarena (Figura 1), as quais refletiram nos territórios urbano-rurais do referido município, com rebatimentos profundos nos modos de vidas de comunidades tradicionais (NAHUM, 2006).

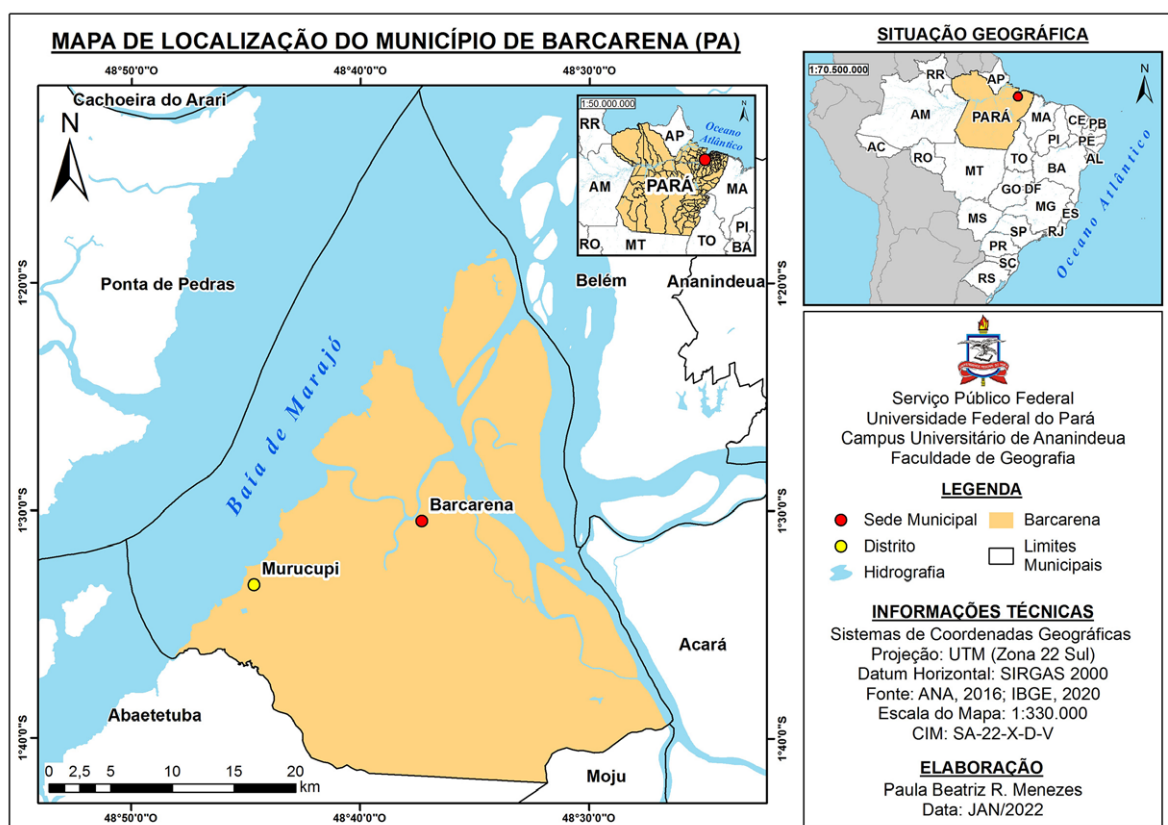
O presente trabalho tem como objeto de estudo o território e as desigualdades socioespaciais. A referida pesquisa objetiva analisar as dinâmicas territoriais e as desigualdades socioespaciais no município e na cidade de Barcarena a partir dos anos de 2000. Além disso, tem como objetivo identificar e caracterizar os usos do território no contexto de formação do município e da cidade de Barcarena a partir de elementos histórico-geográficos, cartografar esses usos vinculados ao processo de ampliação da mancha urbana

provocada pela indústria e, com isso, analisar as desigualdades socioespaciais. Justifica-se pela necessidade de discutir essas dinâmicas promovidas pelo acentuado crescimento urbano nos últimos anos e inerentes à nova condição espacial dessa cidade enquanto “cidade na floresta”, em suas formas e conteúdos urbanos, bem como em suas diferenciações espaciais e no contexto do território sobre sua origem, seu processo de industrialização e o modo de vida da população barcarenense, sendo eles: ribeirinhos, indígenas e quilombolas. (TRINDADE, 2010)

Para tal, utilizar-se-á de uma abordagem metodológica baseada no movimento de contradições da realidade social. A esse respeito, Smith (1988) afirma que essa perspectiva possibilita-nos pensar o movimento de ações e relações de produção social do espaço considerando as manifestações particulares da produção capitalista do espaço e suas reverberações na escala das cidades brasileiras, onde se busca traçar uma compreensão das configurações na produção do espaço construído conforme a expansão dos perímetros urbanos, o aumento de ocupações urbanas e o crescimento populacional, que irão permitir fazer uma reflexão sobre as desigualdades socioespaciais na área de estudo (RODRIGUES, 2015).

O respectivo trabalho está subdividido em cinco momentos, articulados e complementares, sendo eles: o primeiro momento marcado por esta introdu-

Figura 1: Mapa de localização do município de Barcarena (PA)



ção. Por sua vez, o segundo momento é marcado por uma abordagem teórico-metodológica. Com isso, o terceiro momento constitui-se de uma abordagem histórico-geográfica do município e da cidade de Barcarena. O quarto momento nos permite analisar as dinâmicas territoriais e as desigualdades socioespaciais em um contexto marcado por usos do território diferentes, diversos e desiguais. Finaliza-se com uma conclusão, momento no qual resgatamos alguns elementos da pesquisa e apresentamos os resultados.

METODOLOGIA

Como procedimentos metodológicos, este trabalho baseia-se em levantamentos e análises bibliográficas de artigos, dissertações, teses e livros que abordam a concepção de território e conceitos-chave como: espaço urbano, cidades, território e usos do território. A pesquisa também obteve a composição de registros fotográficos e entrevistas semiestruturadas (LAVILLE; DIONNE, 1999) com agentes do poder público municipal e representantes das comunidades locais. Além disso, a produção de uma cartografia para evidenciar a formação do município e da cidade de Barcarena, tangendo a produção territorial da cidade e os seus usos. A partir disso, então, buscamos compreender os elementos e sistemas inseridos neste território.

A produção cartográfica constitui-se a partir de dados dos anos de 1985 a 2020, com o intuito de analisar as configurações e reconfigurações da cidade de Barcarena diante dos processos iniciados em meados da década de 1970 por meio das ações estruturantes da Política de Integração Nacional, além de permitir uma reflexão acerca das transformações territoriais nas últimas décadas. Deste modo, foram desenvolvidos: 1) Mapa de localização da área de estudo; e 2) Mapa multitemporal de uso e cobertura da terra, que irá permitir analisar o uso e ocupação do território; e 3) Mapa da mancha urbana do município de Barcarena-PA, o qual possibilitará analisar a expansão urbana. Para a produção dos mapas, utilizou-se o *software ArcMap 10.5*.

Ao consistir a sistematização dos dados e a composição cartográfica, foram utilizados dados do Projeto MapBiomass¹ da Coleção 6, baixados na plataforma *Google Earth Engine* e, com isso, o projeto

1 Projeto MapBiomass – Coleção 6 da Série Anual de Mapas de Cobertura e Uso de Solo do Brasil, acessado em 07 de jan. 2022 através do link: <https://mapbiomas.org/>. Projeto MapBiomass é uma iniciativa multi-institucional para gerar mapas anuais de cobertura e uso do solo a partir de processos de classificação automática aplicada a imagens de satélite.

determina cinco passos metodológicos gerais para a geração das coleções anuais. A legenda utilizada nos mapas corresponde ao esquema de classificação estabelecido pelo Projeto MapBiomass, constituindo-se um sistema hierárquico com uma combinação de classes *LCLU* (SOUZA *et al.*, 2020). As classes que constituíram a Figura 3, situada nos resultados da pesquisa, predominantemente, são: Formação Florestal; Formação Savânica; Mangue; Campo Alagado e Área Pantanosa; Formação Campestre; Pastagem; Área Urbanizada; Outras Áreas não Vegetadas; Mineração; Apicum; Rio, Lago e Oceano; Outras Lavouras Temporárias; e Outras Lavouras Perenes.

A utilização dos mosaicos produzidos pelo MapBiomass se justifica pela relevância e maior concisão dos dados, visto que são realizados os estudos anualmente, além de fazerem o uso dos sensores ópticos da série de satélites LandSat, os quais possuem um acervo histórico e contínuas atualizações tecnológicas.

Por fim, realizou-se a sistematização de tabelas de informações da área de estudo, resultado do levantamento, organização e triangulação de dados demográficos, econômicos e sociais, além da utilização de dados cartográficos, metadados e de dados espaciais de órgãos públicos, como da Prefeitura Municipal de Barcarena, Governo do Estado, IBGE e de multi-institucionais, como no caso do Projeto MapBiomass. As variáveis escolhidas constituíram-se de: infraestrutura, moradia e demografia. Já os indicadores são: população residente e migração.

ESPAÇO E USOS DO TERRITÓRIO: REVISITAÇÕES CONCEITUAIS

À luz da abordagem teórico-metodológica, a análise da configuração dos usos do território e da produção territorial da cidade tem o intuito de caracterizar esses usos na escala da cidade de Barcarena. A respeito disso, em termos anteriores ao território, é necessária a compreensão primeiramente sobre o espaço. Para isso, iniciamos a partir da análise de Souza (2013), que discute sobre os conceitos de espaço geográfico, espaço social, organização e produção do espaço, sendo o primeiro um conceito mais amplo, no qual se é discutida a “primeira natureza” e a “segunda natureza”. Já o segundo seria uma qualificação do primeiro, no qual existem diferentes dimensões das relações sociais onde emerge a discussão sobre território e lugar.

Desta forma, para explicar o espaço geográfico, o autor propõe que o espaço da “primeira natureza” é “referente à natureza completamente exterior ao homem e não captada a sua consciência” (SOUZA, 2013, p. 30), o qual seria uma forma mais “la-

boratorial” de lidar com o meio, visto que a relação homem-natureza sempre foi mediada pela cultura e pela história. Para Souza (2013) o espaço da “natureza segunda”, são os espaços materiais modificados pela sociedade e sobre espaços simbólicos, em que as projeções espaciais de poder de certo modo representam a materialidade e a imaterialidade, o que considera como “espacialidade social”. Portanto, através dessas considerações, pode-se dizer que o espaço geográfico e o espaço social são análogos, sendo o espaço social aquele no qual falamos do objeto material.

Adiante, Souza (2013) provoca: “será que a ideia de materialidade esgota a ideia de espaço social?”. Essa materialidade é denominada de “noção intuitiva” como um passo anterior ao território, tem relação com as limitações e fronteiras que são demarcadas a partir de uma relação de poder. Segundo o autor, há diversas formas de demarcações, ou seja, há diversas relações de poder e, conseqüentemente, não haverá apenas um tipo de território.

Podemos relacionar as considerações de Souza (2013), traduzindo através de Santos (2013), o espaço geográfico possui em si substâncias do meio científico-tecnológico-informacional, ou seja, os processos vitais e de produção são oriundos da cientificização e tecnicização da paisagem. Significa dizer que é parte da informatização (ou informacionalização) do espaço, com isso, os espaços são requalificados e costumam atender aos interesses de atores hegemônicos da economia e da sociedade e, desta forma, são incorporados às correntes de globalização (SANTOS, 2013).

Portanto, as reflexões anteriores permitem concordar com Raffestin (1993), que retrata o espaço como anterior ao território, sendo assim, o território é uma produção a partir do espaço. Mas, para se produzir território, é preciso necessariamente de um agente produtor de espaço que detenha relações sociais de poder. Nessa perspectiva, o autor relata o território como o local onde se é projetado trabalho, energia e informação. Sendo assim, “ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente [...], o ator “territorializa” o espaço” (RAFFESTIN, 1993, p. 143).

Seguindo a ideia de territorialidade de Raffestin, é utilizado o fato de que o agente produtor do território “territorializa” o espaço. Santos (2006), no primeiro capítulo do seu livro, inicialmente faz uma pequena crítica à linguagem contemporânea sobre confundir território e espaço. A partir disso, tem abordado sobre a ideia de territorialidade como sinônimo de pertencer a algo que nos pertence, presumindo que o sentimento de pertencimento é uma característica humana pelo fato de o homem se pre-

ocupar com o destino e com as construções para o futuro. Desta forma, nos permite dialogar com Silva (2010), para quem o território é, além de um instrumento de poder político, também um espaço de identidade cultural.

Entretanto, ao falar da territorialidade, Santos (2006) continua assim dizendo que o espaço territorial estará sempre sujeito a sucessivas transformações e é visto como unidade e diversidade. Deste modo, se põe como objeto central da história humana, ao servir como superfície das diversas etapas, as quais seriam a inserção das técnicas e os sistemas técnicos, incluindo, de um lado, a materialidade e, de outro, os modos de organização e regulação do trabalho, assim, permitindo a discussão do território usado². Segundo o autor, essa organização e regulação permitem a criação de uma divisão territorial do trabalho, a qual cria hierarquia entre os lugares e redefine as características das pessoas e instituições.

O uso do território pode ser definido pela implantação de infraestruturas para as quais estamos igualmente utilizando a denominação sistemas de engenharia, mas também pelo dinamismo da economia e da sociedade. São os movimentos da população, a distribuição da agricultura, da indústria e dos serviços, o arcabouço normativo, incluídas a legislação civil, fiscal e financeira, que, juntamente com o alcance e a extensão da cidadania, configuram as funções do novo espaço geográfico. (SANTOS, 1987; SILVEIRA, 1997 *apud* SANTOS; SILVEIRA, 2020).

Para Santos (2020), dando continuidade à sua ideia, o território e o mercado estão em condição de conjuntos sistêmicos, mas constituem um campo de forças interdependentes. Assim, o território como um todo, por meio de agentes, possui capacidade de receber informações de toda e qualquer natureza, classificando-as e hierarquizando-as, como dito anteriormente. A partir disso, com as ações formadas e os objetos técnicos, há a regulação da economia e a regulação do território, visto que o processo de produção é fragmentado por consequência da divisão territorial do trabalho.

Com a regulação do território e a sua fragmen-

² Santos (2020;1986) entende o território usado como sinônimo do espaço geográfico e permite uma necessidade mais complexa de análise em que constitui o território. Ou seja, o território por si só não é uma categoria de análise, e sim o território usado, devido à noção de “[...] um território em mudança, de um território em processo” (SANTOS, 1986).

tação, observa-se a dinamização dos espaços e então os usos do território a partir dos agentes “territorializantes”. Partindo desse princípio, entramos no contexto em que a cidade se insere, com sucessivas transformações a partir de agentes, como, por exemplo, o capital, o qual acaba sendo um grande ator na produção da cidade. Por isso, afirma-se que a divisão articulada é uma expressão espacial de processos sociais onde é necessário se fazer a compreensão de que, neste momento, a apreensão do espaço é um reflexo da sociedade (CORRÊA, 1995). Sendo assim, a configuração da cidade capitalista é fortemente dividida e segregada, mostrando o reflexo de uma complexa estrutura social em classes, por isso o espaço urbano é profundamente desigual.

Fragmentada, articulada, reflexo e condicionante social, a cidade é também o lugar onde as diversas classes sociais vivem e se reproduzem. Isto envolve o cotidiano e o futuro próximo, bem como as crenças, valores e mitos criados no bojo da sociedade de classes e, em parte, projetados nas formas espaciais: monumentos, lugares sagrados, uma rua especial etc. O espaço urbano assume assim uma dimensão simbólica que, entretanto, é variável segundo os diferentes grupos sociais, etários etc. (CORRÊA, 1995, p. 9).

O autor traz em questão que o espaço urbano capitalista, além de ser um espaço fragmentado e articulado, é também um condicionante social e, por meio dos simbolismos e das lutas, foi gerado por agentes que produzem e consomem espaço. Corrêa (1995) expõe sobre a complexidade dos agentes sociais, os quais são responsáveis pelos sucessivos processos de reorganização espacial. Esses agentes, produtores do espaço urbano, são considerados: os proprietários dos meios de produção, sobretudo os grandes industriais; os proprietários fundiários; os promotores imobiliários; o Estado; e os grupos sociais excluídos.

Estão particularmente interessados na conversão da terra rural em terra urbana, ou seja, têm interesse na expansão do espaço da cidade na medida em que a terra urbana é mais valorizada que a rural. Isto significa que estão fundamentalmente interessados no valor de troca da terra e não no seu valor de uso. (CORRÊA, 1995, p. 16).

Nesse sentido, Santos (1992) salienta o espaço como totalidade, e é a partir dele que se há a possibilidade de divisão e, a partir disso, se tem, então, os elementos do espaço, os quais seriam: os homens, as

firmas, as instituições, o chamado meio ecológico e as infraestruturas. Diante disso, esses elementos interagem entre si no espaço e geram uma complexidade de relações que irão permear a sociedade definindo formas de produção e de consumo.

Os diversos elementos do espaço estão em relação uns com os outros: homens e firmas, homens e instituições, firmas e instituições, homens e infraestruturas etc., mas, como já observamos, não são relações apenas bilaterais, uma a uma, mas relações generalizadas. Por isso, e também, pelo fato de essas relações não serem entre coisas em si ou si próprias, mas entre suas qualidades e atributos, pode-se dizer que formam um verdadeiro sistema. (SANTOS, 1992, p. 14)

A partir desse sistema, haverá subsistemas formados de variáveis. Na sua obra, Santos (1992) refere que todos dispõem de força própria na reestruturação do espaço, contudo, essa ação trabalha intrinsecamente com as demais variáveis. Ainda segundo Santos, os elementos do espaço são sistemas, nesse caso um sistema complexo e um sistema de estruturas, os quais estão em evolução permanente. Desta forma, “o comportamento do novo sistema está condicionado ao anterior”, o que significa dizer que os elementos espaciais de diferentes períodos representam a evolução da sociedade. Tais elementos tendem ou não a resistir aos processos de modernização.

ELEMENTOS DE FORMAÇÃO DA CIDADE DE BARCARENA NO CONTEXTO AMAZÔNICO

No processo histórico e geográfico da Amazônia, segundo Souza (2009), a história foi um processo herdado e imposto, fruto de um impacto colonial. De antemão, a Amazônia já era povoada antes da chegada dos europeus no século XVI. As sociedades amazônicas eram organizadas, ocupavam o território com povoados em nível urbano e “[...] possuíam sistema intensivo de produção de ferramentas e cerâmicas, agricultura diversificada, uma cultura de rituais e ideologia vinculadas a um sistema político centralizado e uma sociedade fortemente estratificada”. (SOUZA, 2009)

É a trajetória que vai da chegada do homem na região aos dias atuais. Mas, como sabemos, a Amazônia é um enorme subcontinente. Não poderia contar uma história sem que esta fosse, ao mesmo tempo, uma das formas da diversidade. Porque o subcontinente amazônico é o resultado de um inverossímil amálgama de diferenças microrregionais, cada uma com sua cultura particular, com a

própria história. (SOUZA, 2009, p. 16)

Ou seja, um fundamental elemento estruturante das cidades amazônicas foi oriundo da chegada dos europeus e de suas relações com o espaço, gerando heranças até hoje. Concordando com Souza (2009) sobre as diferenças microrregionais, Trindade Jr. (2015) revela, diante da “natureza complexa da urbanização amazônica”, a necessidade de que haja a diferenciação deste espaço, isto é, não se deve considerar esse processo como homogêneo, sendo fundamental analisar a Amazônia em diferentes formas e conteúdos urbanos existentes nesta região.

Conforme Trindade Jr. (2015), em meados da década de 1960, houve uma nova reestruturação do espaço amazônico, obtendo, como principais atuantes, o Estado e o grande capital. Essas mudanças foram proporcionadas através da incorporação de redes de infraestrutura, incentivos fiscais e creditícios, permitindo uma rápida ocupação do território “[...] com a presença de empreendedores, especuladores, migrantes, que, intermediados por ações intencionais do Estado, definiram uma nova ordem imposta ao território” (TRINDADE, JR., 2015, p. 99). Ainda segundo o autor, as estratégias de desenvolvimento obtiveram pelo menos três modelos de ordenamento territorial, os quais consistiam em geometrias diferenciadas (os pontos, referente aos polos de crescimento), as linhas (eixos de integração) e as zonas (malha socioambiental).

Dada as diferenciações internas do espaço amazônico em diferentes escalas, Becker (2004), na escala macrorregional, define, dentro do processo de urbanização difusa como consequências das políticas territoriais, quatro sub-regiões: a Amazônia centro-oriental, diretamente comandada por Belém (PA); a Amazônia ocidental, comandada por Manaus (AM); a Amazônia oriental, comandada por São Luís (MA); e a Amazônia meridional, sob a influência de Cuiabá (MT). E então, retoma-se Trindade Jr. (2015), que aponta esse processo de urbanização difusa vem ocorrendo simultaneamente em diversos pontos do espaço regional dentro das macrorregiões, sendo elas mais ou menos impactadas pelas novas dinâmicas.

A regionalização concebida a partir dos polos foi acompanhada da chegada de novos agentes com procedências diferentes e em ondas migratórias diversas. Eles foram responsáveis pelo surgimento de núcleos urbanos ou pelo crescimento e expansão de pequenos povoados já existentes, que culminaram, mais tarde, com a reconfiguração da malha municipal, dada a presença de um novo ou renovado poder econômico e político local, que definiu territorialidades cujos epicentros passaram a ser as

sedes políticas de novos e de antigos municípios. (TRINDADE JR., 2015, p. 100)

Nesse contexto de crescimento dos polos regionais, surgimento de núcleos urbanos ou de expansão de pequenos povoados existentes mencionados anteriormente, visamos discutir e permear reflexões acerca de Barcarena. O município, situado no estado do Pará e localizado a 36,3 km da capital paraense, pertence à Mesorregião Metropolitana de Belém, que durante décadas vem sofrendo impactos na estruturação da cidade frente às instalações das empresas de minério ligadas à exportação de alumina e alumínio desde as décadas de 1970 e 1980 no território de Vila do Conde, onde os empreendimentos estão situados. Sendo assim, o município está inscrito nas mudanças globais do circuito produtivo internacional na inserção de grandes infraestruturas globais, “porém possuindo sua formação socioterritorial conformada por ribeirinhos, extrativistas, indígenas e quilombolas” (RODRIGUES; HAZEU, 2019, p. 820).

Desta forma, durante o período militar, em meados da década de 1970, a cidade de Barcarena enfrenta consequências do chamado Milagre Econômico e, com isso, é lançado um novo olhar sobre a Amazônia na época. Diante do contexto em que Barcarena se insere, são consideradas reflexões a respeito do território amazônico nessa conjuntura. Porto-Gonçalves (2017) traz à tona visões acerca disso e explica que, por sua posição no interior de países periféricos, a Amazônia não é voz ativa diante do “sistema mundo capitalista moderno-colonial”, e perspectivas acerca do território amazônico acabam não sendo originárias da região. A partir disso, são expostas três principais ideias que se tem da Amazônia: “I. Amazônia como natureza prístina; II. Amazônia como vazio demográfico; III. Amazônia como ‘reserva’ e fonte inesgotável de recursos; IV. Amazônia como região do futuro”. (PORTO-GONÇALVES, 2017, p. 15)

Para Hazeu e Costa (2019), a política nacional voltada para a Amazônia obteve várias fases, planos e investimentos que iniciaram a partir do Programa Grande Carajás³, em cujos planos, não foi, a princípio, destinado a Barcarena um papel específico. Entretanto, o programa causou impactos indiretos e se fez sentir no contexto local, como observa em entrevista o secretário de planejamento da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento

³ “A implantação do pgc foi resultado da imposição do Estado brasileiro na Amazônia, como consequência das influências econômicas de empresas transnacionais, bancos financiadores, empresas estatais e siderúrgicas, não levando em consideração os povos indígenas e as outras populações tradicionais da região, apenas as riquezas minerais” (ANDRADE, 2015, p. 8).

Econômico de Barcarena (SEMADE) ao apontar resquícios do impacto. Sendo assim, considera-se uma das ideias colonialistas levantadas anteriormente sobre a Amazônia: a de “vazio demográfico” (PORTO-GONÇALVES, 2017), que, nas palavras do secretário, seria:

O lema para: terras sem homens pra homens sem terras se estabelece com uma velocidade gigantesca porque o Governo fazia uma associação, ele cria uma empresa chamada CONSOAL que é o Consórcio Albrás e Alunorte naquele momento e cria uma autarquia também que é a CODEBAR e parte da área que envolve o Estado fica sob o controle do ITERPA e outra parte fica no controle dessa outra empresa CODEBAR né que era uma autarquia criada pra fazer todo o estudo de viabilidade e desterritorialização dos empreendimentos [...] (Entrevista cedida ao LAHAM em trabalho de campo realizado em jun. 2019 pelo secretário de planejamento Jacobson Estumano).

Diante disso, o documento de Ofício nº 188/2018 – GB/PGM aponta a exclusão da Prefeitura Municipal de Barcarena do processo de arguição das obras do novo núcleo urbano, após a criação da Companhia de Desenvolvimento de Barcarena (CODEBAR), que tinha como objetivo executar obras de serviço de urbanização no novo assentamento urbano de apoio ao complexo industrial. Além disso, a Companhia e o Governo do Estado promoveram a desocupação da área a partir do Decreto nº 10.046 25 de abril de 1977⁴. Sendo assim, à luz do Ofício nº 188/2018⁵, considerava-se como área “para fins de utilidade pública” um polígono de cerca de 6.104 hectares no município de Barcarena, e foi atribuída à Companhia de Desenvolvimento Industrial (CDI-PA) a realização da desapropriação das áreas em questão e a consequente remoção das famílias ali residentes, para construção do empreendimento industrial.

Com isso, afirma-se que esse processo interferiu e desapropriou 513 famílias, “das quais cento e noventa e duas (192) eram residentes em comunidades localizadas no Território do Conde: setenta e três (73) em Tauá, cinquenta e duas (52) em Ponta Grossa, trinta e nove (39) em Conde, vinte e oito (28) em

Pramajó e dezessete (17) em São Joaquim”. (TOURINHO, 1991, p. 51-52; MOURA; MAIA, 1990 *apud* HAZEU; COSTA, 2019).

Os habitantes foram sendo deslocados de um canto para outro, perdendo suas bases de sobrevivência e contando com suas redes familiares e sociais para sobreviver, que naquela época ainda podiam lhes servir de retaguarda. Porém, aos poucos todos os territórios foram ameaçados, e envolvidos nos processos de desapropriação e deslocamentos forçados. (HAZEU; COSTA, 2019, p. 24)

Desde então, esses deslocamentos compulsórios promoveram novas condições e novas relações da população em face ao território. Com isso, o ato de (re)existir frente à nova condição espacial tornou-se iminente.

USOS TERRITORIAIS DA CIDADE E A FORMAÇÃO DE DOIS CENTROS URBANOS

Em meio à Política Nacional de Desenvolvimento e ao Programa Grande Carajás (PGC), Barcarena destaca-se a partir da terceira fase do programa. Assim, Coelho *et al.* (2004) explicam que a construção da Albrás ainda se deu pela primeira fase, bem como a Alunorte. No que consiste à segunda fase, foram implantados outros projetos que potencializaram a criação de portos privados. Segundo Coelho *et al.* (2004), ampliou-se a demanda acerca dos derivados de minério de alumínio como matéria-prima, havendo, assim, a ampliação na produção. Devido a isso, conseqüentemente, sucedeu-se a valorização da bauxita, que era produzida em Paragominas pela Companhia Vale do Rio Doce. E assim, para escoar o que era produzido, essa fase se seguiu com a ampliação do porto de Vila do Conde, que tinha como principal eixo rodoviário a Alça Viária (PA-483) e pela PA-481, nas quais tiveram o papel de corresponder a este volume de produção de alumina pela Alunorte (COELHO *et al.*, 2004).

A viabilidade e o sucesso da primeira etapa dependeram da construção, nos anos de 70 e 80, da Hidrelétrica de Tucuruí, de um lado, e do porto de Vila do Conde, de outro, que visavam, sobretudo, a implantação das empresas transformadoras do minério de alumínio, Albrás e Alunorte. O êxito da segunda fase deveu-se à estruturação de um corredor de exportação ligando, por minerodutos,

4 Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/l6665.htm. Acesso em: 20 set. 2021.

5 PARÁ. Procuradoria-Geral do Município. In: Prefeitura Municipal de Barcarena. Ofício nº 188, 2018. Disponível em: https://apublica.org/wp-content/uploads/2018/08/1.-Historico_Barcarena-PA.pdf. Acessado em 11 de nov. 2021.

as minas de caulim do rio Capim a Barcarena. A terceira base conjuga a ampliação da utilização da bauxita do rio Trombetas e a agregação de um novo mineroduto viabilizando o transporte de bauxita (vale do rio Capim), do município de Paragominas até Barcarena. (COELHO *et al.*, 2004, p. 148)

Ao final da década de 1970, as elites regionais e internacionais financeiras, bem como Albrás e Alunorte na época, desterritorializaram as populações da região de Vila do Conde para dar início às grandes construções. Daí eliminam-se os sítios e dá-se lugar aos casarios que atendiam às demandas das empresas, extinguindo-se a produção familiar e sua força de trabalho, dando espaço para a vinda de migrantes com mão de obra qualificada (NAHUM, 2008). Com o processo minero-metalúrgico intensivo, não teria como a mão de obra local compreender as formas de trabalho estipuladas pelas grandes corporações, visto que a base econômica de antemão era o extrativismo. Este momento então ficou muito característico, influenciando diretamente no comportamento da população e, a partir disso, produziu-se a Vila dos Cabanos como uma espécie de cidadela, “sua implantação objetivou assegurar uma base logística ao grande projeto, pois serviria de moradia aos funcionários das fábricas e de suporte técnico para algumas operações das empresas”. (SILVA *et al.*, 2016, p. 4)

Ademais, com a implantação da *company town*⁶ na década de 1990, segundo Silva *et al.* (2016), houve uma melhoria na economia da região, que atraiu migrantes na busca de emprego, devido às instalações das fábricas em Barcarena. Com isso, houve espontaneamente ocupações surgindo em locais que não constavam no plano urbanístico municipal e não apresentavam ocupações consolidadas. Por esse viés, pode-se analisar a Tabela 2 a seguir, com base nos dados do IBGE, e observar que, nos anos 1970 e 1980, o crescimento populacional ainda possuía pouca expressão, com aumento de 2.517 pessoas, cerca de 14% na fase inicial de instalação das fábricas. A partir dos anos de 1990, a população residente do município passou de 20.015 pessoas para cerca de 45.946 pessoas, um aumento de aproximadamente 29%. Nos anos seguintes, com a intensificação das migrações para a região de 1991 a 2010, em 19 anos houve um aumento de cerca de 53.913 pessoas, por volta de 85%.

Ademais, como complemento dos dados referente à totalidade, apresentamos a Tabela 2, que corresponde aos dados referentes à migração para o mu-

⁶ São cidades implantadas para atender às demandas e às necessidades dos grandes empreendimentos econômicos. Como no caso de Vila dos Cabanos (Projeto Albrás/Alunorte) (TRINDADE, 2005).

Tabela 1: População por situação de domicílio (população presente e residente), Barcarena - PA

Ano	Pop. Rural	Pop. Urbana	Total/Pessoas
1970	15.099	2.399	17.498
1980	13.304	6.711	20.015
1991	24.317	21.629	45.946
2000	35.501	27.767	63.268
2010	63.562	36.297	99.859
2021	-	-	129.333*

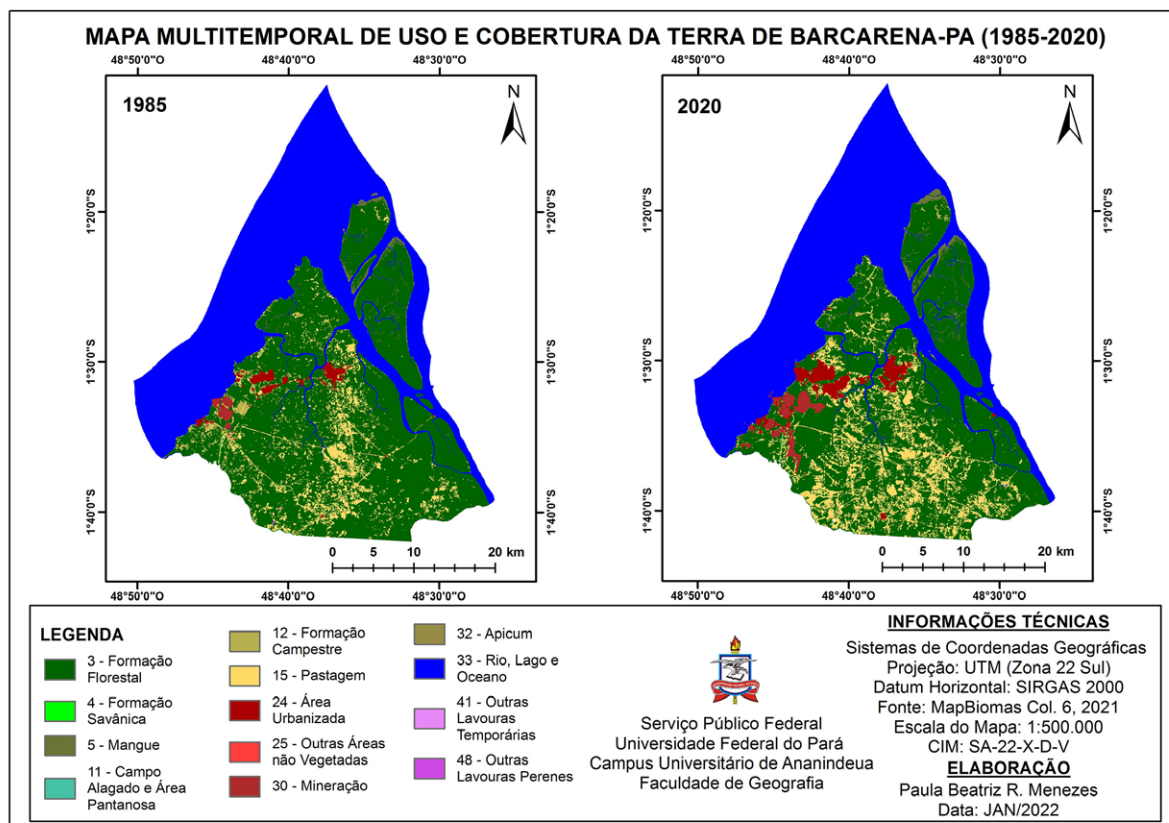
Fonte: IBGE, Censos Demográficos 1950-2010. *População Estimada.

Tabela 2: Amostra Migração, Barcarena - PA

Pop. Residente	99.859	peessoas
Lugar de Nascimento		
Região Norte	93.153	peessoas
Região Nordeste	4.995	peessoas
Região Sudeste	1.037	peessoas
Região Sul	197	peessoas
Centro-Oeste	281	peessoas
Sem Especificação	158	peessoas
País Estrangeiro	38	peessoas

Fonte: IBGE, 2010.

Figura 2: Mapa multitemporal de uso e cobertura da terra



Fonte: Autoria própria, jan. de 2022.

nício, permitindo fazer a reflexão acerca de onde advém maior parte dos migrantes que chegam à cidade de Barcarena. Então, pode-se notar que são oriundos, em grande parte, da região nordeste e sudeste.

Silva e Albuquerque (2004) enfatizam que as instalações da Albrás e da Vila dos Cabanos impulsionaram o ordenamento territorial (Figura 3) no município ao longo dos anos, ocasionando, principalmente, a realocação da população nativa que ocupava os locais que eram direcionados às obras dessas empresas. A partir desse processo, ocorreu o grande movimento que levou parte da população a viver na área urbana.

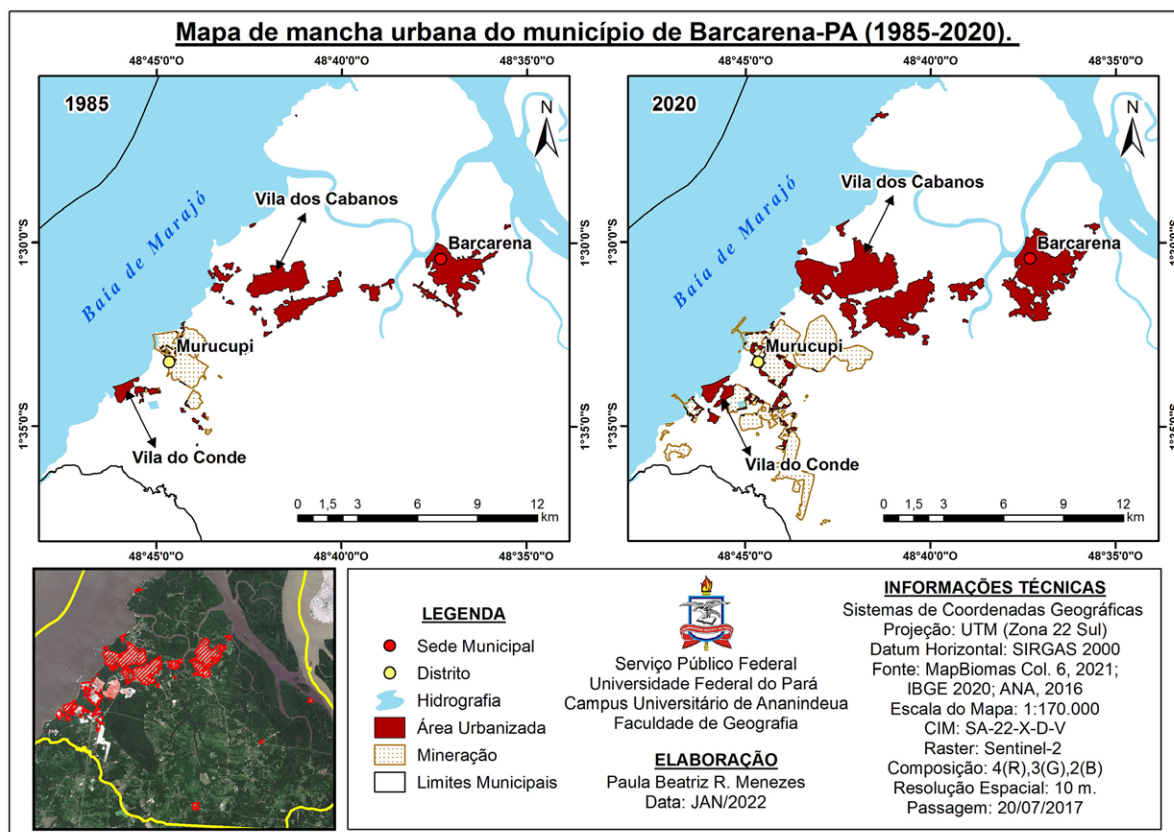
A Figura 2 permite identificar, entre os anos de 1985 e 2020, isto é, um intervalo de 35 anos, a expansão da mancha urbana e observar o constante crescimento dos núcleos urbanos de Barcarena, bem como em Vila dos Cabanos e em Barcarena Sede, diante da inserção de infraestruturas permitindo uma reorganização do espaço após a chegada das empresas em meados da década de 1970. Nesse sentido, o mapa que corresponde ao ano de 1985 demonstra pouca expressividade dos núcleos urbanos, diferentemente do que se nota no mapa correspondente ao ano de 2020, que expressa a expansão nas periferias de Vila dos Cabanos e Vila do Conde, como esteio das indústrias e dos portos, e de Barcarena Sede, devido às consequências de melhoria da *company town*.

Em meados da década de 1990, de acordo com Silva *et al.* (2016), a partir disso, a tendência se deu pela espacialização das indústrias pelo território que pode ser compreendido pelo mapa acima.

A Figura 3, evidenciada pelo mapa de mancha urbana, focaliza a expressividade da Área Urbanizada e o aumento da área disposta ao território referente à mineração, em que agentes relacionados a essa atividade econômica potencializaram a dinâmica urbana do município, com isso, destacou-se a Vila dos Cabanos e o distrito de Vila do Conde, para que pudessemos caracterizar a expansão urbana. Com isso, em 1985, em área compreendida como Área Urbanizada, tem-se cerca de 14 km² (correspondendo a 0,54% da área total do território). Em 2020, obteve um crescimento expressivo para 30 km² (por volta de 1,16%). Simultaneamente, a área associada à atividade da mineração, em 1985, consistia de 5 km² (equivalente a 0,20%), no ano de 2020 obteve um crescimento potencializado em 17 km² (proporcional a 0,68%). Essa expressividade revela o intenso processo de reestruturação do território, à medida que a atividade minero-metalúrgica cresce, seus efeitos têm provocado o aumento sincrônico da cidade.

Como observado na Figura 3, é percebido o espraiamento da mancha urbana e o consequente aumento da área dedicada à atividade de mineração,

Figura 3: Mapa de mancha urbana e das comunidades tradicionais no território do Conde



Fonte: Autoria própria, jan. de 2022.

levando em consideração esse crescimento que ocasionou a implantação de portos para atender a atividades que vão além da exportação de alumínio, como a exportação de elementos como a soja, o gado etc. Com isso, nota-se o tensionamento territorial que grande parte das comunidades tradicionais tem enfrentado no território do Conde⁷. As respectivas comunidades situadas no mapa: Maricá, Nova Canaã, Ilha de São João, Vila do Conde, Bairro Industrial, Dom Emanuel, Curuperé, Pramajó, Zé do Boi (Acuí), Acuí, São Joaquim, Santa Rosa, Arienga-Rio, São Sebastião, Tauá e São Lourenço.

Assim, ressalta Nahum (2006) que, atualmente, em Vila do Conde, encontram-se poucas famílias que ainda vivem da pequena produção agrícola ou do extrativismo e agora trabalham na área urbana de Vila dos Cabanos, na sede do município ou em outra

localidade.

Por esse viés, leva-se em consideração um estudo realizado por Hazeu e Costa (2019) que aponta uma intensa tentativa de reorganização da população no sentido de suas referências e de suas profissões tradicionais, no esforço de se inserir em lugares com novas dinâmicas. Ainda à luz disso, no contexto das rupturas discutidas ao longo do estudo, os autores mencionam os obstáculos encontrados à (re)existência desses povos, no que tange à perpetuação de suas tradições. A isso soma-se, ainda, as poucas oportunidades de trabalho nas empresas devido à mão de obra não qualificada, dando lugar ao subemprego. Hazeu e Costa (2019) apontam, também, Abaetetuba anteriormente como polo regional comercial. Nesse sentido, houve o investimento em cursos profissionalizantes, para que pudessem empregar a população na construção e na operacionalização do polo industrial em Barcarena.

Essas relações são expressas na Figura 4 (A e B). Na primeira, é possível observar os uniformes das empresas pendurados no varal, o que indica uma relação muito forte com a substituição das formas de trabalho. Já na segunda, pontua-se sobre como, além da resistência em permanecer nos locais de intensos conflitos entre comunidades tradicionais e empreendimentos, a venda de casas é presente, visto que al-

7 Boletim Estratégias de Desenvolvimento, mineração e desigualdade: cartografia social dos conflitos que atingem povos e comunidades tradicionais na Amazônia e no Cerrado/ A Guerra no Território do Conde: comunidades Tradicionais, migrantes, Estado e empresas na disputa territorial. – N. 5 (setembro, 2019). – São Luís: UEMA Edições/PPGCSPA/PNCSA, 2020. Disponível em: <http://novacartografiasocial.com.br/download/05-guerra-no-territorio-do-conde-comunidades-tradicionais-migrantes-estado-e-empresas-na-disputa-territorial/>. Acesso em: 15 set. 2022.

Figura 4: Relações territoriais atualmente estabelecidas



Fonte: Acervo do Laboratório de Estudos e Pesquisas Geográficas sobre Habitação e Moradia (LAHAM), Trabalho de campo realizado em junho de 2019 em Barcarena-PA.

gumas famílias são pressionadas a isso por não conseguirem indenização e sofrem com a intensificação das indústrias, assim, procuram outro local, geralmente Vila dos Cabanos.

Deste modo, cabe ressaltar as palavras do representante do Quilombo de São Lourenço em Barcarena:

[...] é muito colocado que algumas pessoas que são moradores dos quilombos apenas buscam indenizações, e não a melhoria na qualidade de vida dentro da comunidade, por mais que eles concordem que a venda da terra não é algo negociável, ainda procuram tirar vantagem de algumas formas. Outros apoiam e participam de movimentos de ocupação desordenada e invasão das terras, e se não houvesse resistência às famílias tradicionais dos quilombos, eles já teriam perdido suas terras [...] Agora, Barcarena é usada para abrir as portas de saída, por ser mais perto estrategicamente para a retirada de produtos e não há uma fiscalização por conta da água que é roubada da região [...]. (Entrevista cedida ao LAHAM em trabalho de campo realizado em jun. 2019 pelo representante do Quilombo de São Lourenço e membro do movimento Barcarena Livre)

Nesse sentido, levando em consideração os novos usos do território, bem como o desenvolvimento das indústrias e a intensificação dos empreendimentos avançando sobre o território, Silva *et al.* (2016) destacam que os dados socioeconômicos do município, sob o ponto de vista do PIB, apontam o crescimento nas receitas públicas e, conseqüentemente, o aumento da produção nessas áreas industriais, há um tipo de eclosão econômica. Com isso, ressaltamos o PIB do município de Barcarena em relação à capital pa-

raense, para demonstrar este crescimento econômico expressivo. Barcarena obtém cerca de 5.369.310,06 (x1000\$), e Belém, por volta de 106.380,47 do Produto Interno Bruto, certamente mil vezes maior que o da capital paraense. (IBGE *et al.*, 2019)

Entretanto, há contradições quanto a uma “eclosão econômica satisfatória” e, em contraponto, vemos a desapropriação de territórios e a geração de desigualdades socioespaciais, além dos impactos ambientais que a população vem vivenciando ao longo dos últimos anos com a contaminação de rios, igarapés e o solo, como o “caso Hydro”, ocorrido em 2018, no qual houve o vazamento de rejeitos da mineradora Hydro Alunorte contaminando o Rio Murucupi com metais pesados. Em matéria do G1 Pará (CARNEIRO, 2021), é noticiada ação protocolada na Holanda pedindo reparação a cerca de 11 mil famílias afetadas pelos empreendimentos instalados no estado, principalmente as populações de Barcarena e Abaetetuba, que são afetadas pela produção do alumínio.

Portanto, ao retomar Santos (1992), é possível analisar o contexto histórico da cidade de Barcarena pelo viés das periodizações das modernizações, sistematizadas em sua obra. Também é possível destacar as fundamentais relações estabelecidas nos usos do território no município, o período tecnológico ou técnico-científico informacional. Diante disso, partindo desse ponto de vista, pode-se explicar a evolução do espaço através das relações dos elementos e suas variáveis que constituem o sistema da cidade de Barcarena, as quais permitem analisar os usos do território.

A produção cartográfica permite ilustrar o uso e a ocupação do território caracterizado pelo processo acelerado de crescimento da mancha urbana, além de demonstrar o avanço expressivo do desmatamento na área de estudo ocasionado pela industrialização e pela expansão da cidade, que originaram a intensa expo-

sição do solo. Assim, nos permite a reflexão das intensas modificações do território e do modo de vida existente nas adjacências do espaço metamorfoseado pelas indústrias.

Deste modo, os elementos compuseram a estruturação e a reestruturação espacial do município, a partir da inserção das unidades fabris ligadas à atividade minero-metalúrgica em Barcarena, sendo, assim, expressas por aparatos de infraestruturas urbana, portuária e rodoviária de suporte aos projetos industriais ligados a esta atividade. Contudo, com visita *in loco*, sabe-se das problemáticas em relação a esses suportes, visto que pouco atendem a população do município

CONCLUSÕES

Anteriormente, como é colocado por Rodrigues e Hazeu (2019), a formação da cidade de Barcarena é composta por ribeirinhos, extrativistas, indígenas e quilombolas. Ao se discutir as significativas alterações enfrentadas ao longo de décadas, pouco se olha para os que já estavam ali, que dependiam da caça, da pesca e do plantio, e hoje sofrem com as metamorfoses ocasionadas no seu modo de vida ao transformar um meio de subsistência em apenas um trabalho laboral, tornando-os assalariados das indústrias como a Hydro Alunorte, por exemplo. Para além disso, torna-se fundamental compreender como as aceleradas mudanças resultantes do processo de reestruturação da cidade vêm contribuindo não apenas para a expansão acelerada do processo migratório em direção a Barcarena, mas para novos usos e abusos do território da cidade, para a intensificação das diferenciações socioespaciais e aprofundamento das desigualdades socioespaciais, expressas nas paisagens urbanas desta “cidade DA e NA floresta”, a qual, ao mesmo tempo que revela dinâmicas rurais e utiliza-se de recursos da floresta como meio de subsistência, também possui o “espaço floresta” enquanto recurso exploratório (TRINDADE, 2010), em que a cidade é compreendida aqui enquanto mosaico de espacialidades urbanas diferentes, diversas e desiguais.

Nesse contexto, torna-se necessária a reflexão diante dos processos relacionados aos agentes econômicos que vêm conduzindo no município um aparato de infraestrutura para atender à demanda industrial, como a implantação da *company town*. Por meio disso, as diversas problemáticas exploradas ao longo do trabalho são permeadas pela expropriação do território de povos caracterizados como tradicionais, ocupações irregulares que foram um fator preponderante para o crescimento urbano atual, além

de acidentes ambientais gerados pelo uso corporativo do território (SANTOS, 2006) para atender a demandas de indústrias.

Com efeito, os processos de aceleradas transformações territoriais na escala municipal de Barcarena são resultado de um desenvolvimento geográfico desigual, com manifestações expressivas nos usos e contrausos do território, fato que requer a construção de perspectivas de aprendizagem territorial, nos termos de Rocha (2016), a partir das quais os atores sociais e a gestão pública possam conceber e realizar processos reivindicatórios a partir de espaços de diálogos, de maneira a contribuir com a produção de cidades inclusivas, inteligentes, saudáveis e sustentáveis.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, G. P. de. A Amazônia e o Projeto Grande Carajás: entre as tentativas de desenvolvimento da região e os problemas causados às populações indígenas. **Mundo Amazônico**, [S. l.], v. 6, n. 2, 2015. DOI: 10.15446/ma.v6n2.52950. Disponível em: <https://revistas.unal.edu.co/index.php/imanimundo/article/view/52950>. Acesso em: 10 de jan. 2022
- BECKER, Bertha. K. **Amazônia**. São Paulo: Ed. Ática, Princípios. 1991.
- BECKER, B. K. **Amazônia**: geopolítica na virada do III milênio. Rio de Janeiro: Garamond, 2004
- CARNEIRO, Taymá. Contaminação de rios em Barcarena, no PA, que afeta 40 mil pessoas vira processo internacional na Holanda. **G1 Pará**, Belém, 09 fev. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2021/02/09/acao-coletiva-leva-caso-hydro-no-para-a-justica-holandesa.ghtml>. Acesso em: 15 jan. 2022
- COELHO, Maria Célia Nunes; MONTEIRO, Maurílio de Abreu; SANTOS, Ivaneide Coelho. Políticas públicas, corredores de exportação, modernização portuária, industrialização e impactos territoriais e ambientais no município de Barcarena, Pará. v. 11, n. 1, p. 141-178, jun. Belém: **Novos Cadernos NAEA**, 2004.
- CORRÊA, Roberto Lobato. A periodização da rede urbana da Amazônia. **R. bras. Geogr.** Rio de Janeiro, ano 49, n. 3, jul./set. 1987, p. 39-68
- CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. 3ª Ed. São Paulo: Editora Ática S.A, 1995
- HAZEU, Marcel Theodoor; COSTA, Solange Maria Gayoso da. **Relatório Técnico**: conflitos e formação social do território do Conde. Grupo de Estudos Sociedade, Território e Resistência na Amazônia: GESTERRA/PPGSS/ICSA/UFPA.

- Relatório de pesquisa nº 01. jul. 2019.
- IBGE, Censo Demográfico 1950/2010. **Até 1991, dados extraídos de Estatísticas do Século XX**. Rio de Janeiro: IBGE, 2007 no Anuário Estatístico do Brasil, 1994, v. 54, 1994.
- IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA, 2019. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/barcarena/pesquisa/38/46996?ano=2019>>. Acesso em: 16 jan 2022.
- LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Porto Alegre: Artmed: Belo Horizonte: Editora UFMQ 1999. 339 p.
- NAHUM, João Santos. **O uso do território em Barcarena: modernização e ações políticas conservadoras**. Rio Claro: [s.n.], 2006
- NAHUM, João Santos. Usos do território, modernização e ações políticas conservadoras em Barcarena-PA. **Geosul**: Florianópolis, v. 23, n. 45, p 65-84, jan. /jun. 2008
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Amazônia: encruzilhada civilizatória: tensões territoriais em curso**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017.
- RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder: Território e Poder**. São Paulo: Editora Ática S.A., 1993
- ROCHA, G. M. “Aprendizagem territorial”. In: ROCHA, G. M.; TEISSERENC, P.; VASCONCELLOS SOBRINHO, M. (Org.). **Aprendizagem territorial: dinâmicas territoriais, participação social e ação local na Amazônia**. Belém: NUMA/UFPA, 2016, pp. 9-24.
- RODRIGUES, Jondison Cardoso; HAZEU, Marcel Theodor. Projetos de infraestrutura, desastres e indicativos para novos desastres em Barcarena, Pará, Brasil. **DRd - Desenvolvimento Regional em debate**, v. 9, p. 818-838, 12 dez. 2019. DOI: <https://doi.org/10.24302/drd.v9i0.2457>
- SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI**. 20ª Ed. Rio de Janeiro: Record, 2020.
- SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. Milton Santos. - 4. ed. 2. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.
- SANTOS, Milton. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1992.
- SANTOS, Milton. O Território e o Saber Local: algumas categorias de análise. In: **Cadernos IPPUR/UF RJ/Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro**. ano XII. nº 2. p. 15-26. ago-dez. 1999. Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR, 1986
- SOUZA, *et al.* Reconstructing Three Decades of Land Use and Land Cover Changes in Brazilian Biomes with Landsat Archive and Earth Engine. **Remote Sensing**: v. 12, p. 17, 2020. 10.3390/rs12172735
- SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.
- SOUZA, Márcio. **História da Amazônia**. Editora Valer, 2009.
- SILVA, A. C. da. **O pensamento geográfico brasileiro na travessia do século XX para o XXI: o território nas tramas das significações imaginárias**. Tese (Doutorado) Programa de Pós-graduação em Geografia, FCT-UNESP-Presidente Prudente, 2010, 340 f. (Anexo).
- SILVA, Christian Nunes da; *et al.* Uso do território e implicações socioterritoriais da mineração no Município de Barcarena (Pará – Brasil): População, arrecadação e segurança pública. **RE – Espacios**, v. 38, p. 24, Ano 2017.
- SILVA, C. N.; ALBUQUERQUE, A. M. Organização Social: Demografia, família, associativismo e participação política. In: SIMONIAN, Ligia T. L. (org.). **Gestão em ilha de muitos recursos, história e habitantes: experiências na Trambioca (Barcarena, PA)**. Belém: NAEA/UFPA, 2004, p. 137-184.
- TRINDADE, S. C. C., Jr. A cidade na Floresta: os “grandes Objetos” como expressões do meio técnico-científico informacional no espaço Amazônico. **Revista IEB**, (n.50), 2010, 113-137.
- TRINDADE, S. C. C., Jr. Pensando a modernização do território e urbanização difusa na Amazônia. **Mercator**: Fortaleza, v. 14, n. 4, Número Especial, p. 93-106, dez. 2015. DOI: 10.4215/RM2015.1404.0007.

AGRADECIMENTOS

A presente pesquisa teve sua origem nos anos de iniciação científica e a partir dela, tive como fundamento para o Trabalho de Conclusão de Curso. Portanto, agradeço ao CNPq e à Universidade Federal do Pará (UFPA) pelo apoio nos anos de bolsista PIBIC e pelos incentivos à pesquisa. Além destas instituições, agradeço ao meu orientador Prof. Dr. Jovenil-

do Cardoso Rodrigues e ao meu co-orientador Me. Wellington Augusto Andrade Fernandes. Também agradeço aos parceiros do Laboratório de Estudos e Pesquisas Geográficas sobre Habitação e Moradia (LAHAM) pelas contribuições durante a realização do trabalho de campo no alicerce dos caminhos a serem traçados com o estudo realizado e ao Laborató-

rio de Análises Espaciais do NAEA Prof. Dr. Thomas Peter Hurtienne. Assim como às entidades do poder público, de agentes privados e ao representante do quilombo da Vila de São Lourenço e membro do movimento Barcarena Livre, que contribuíram para a construção das reflexões acerca do que foi debatido ao longo deste artigo. ■

Paula Beatriz Rêgo Menezes é mestranda em Geografia no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Pará. paulamgeo@gmail.com

Jovenildo Cardoso Rodrigues é doutor em Geografia pela Universidade Estadual Paulista e Professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Pará. jovengeo@yahoo.com.br

Wellington Augusto Andrade Fernandes é doutorando em Geografia no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Pará. wfernandes@ufpa.br

Clarissa dos Santos Veloso

Luciana Teixeira de Andrade

Gentrificação em Belo Horizonte

uma revisão das teses e dissertações sobre o fenômeno

Resumo

Este artigo traz uma análise da produção acadêmica sobre gentrificação em Belo Horizonte, enfatizando seus aspectos teóricos e metodológicos, seus resultados e suas especificidades. As sínteses sobre gentrificação em grandes cidades latino-americanas indicam que o fenômeno deriva sobretudo de ações do Estado, de políticas urbanas que integram, sobretudo nos centros, preservação patrimonial e incentivo às atividades turísticas, comerciais e de lazer. Pesquisas sobre gentrificação no Brasil mostram que raramente ela está associada a mudanças habitacionais. Os casos do fenômeno em Belo Horizonte diferem desses diagnósticos, apesar de algumas convergências, como a ocorrência de gentrificação de consumo. Gentrificação residencial marginal e de nova construção foram identificadas em bairros da cidade, assim como casos de não ocorrência de gentrificação e da resistência ao fenômeno.

Gentrificação

Belo Horizonte

Revisão sistemática

Abstract

This paper presents an analysis of the academic production on gentrification in Belo Horizonte, emphasizing its theoretical and methodological aspects, its results, and its specificities. Reviews on gentrification in large Latin American cities indicate that the phenomenon derives mainly from State actions, from urban policies that integrate, especially in the centers, heritage preservation and incentive to tourism, commercial and leisure activities. Research on gentrification in Brazil shows that it is rarely associated with housing. The cases of the phenomenon in Belo Horizonte differ from these diagnoses, despite some convergences, such as the occurrence of gentrification of consumption. Marginal gentrification and new-built gentrification were identified in neighborhoods of the city, as well as cases of non-occurrence of gentrification and resistance to the phenomenon.

Gentrification

Belo Horizonte

Systematic review

INTRODUÇÃO

Este artigo é produto do levantamento e da revisão da produção acadêmica sobre gentrificação em Belo Horizonte. Enfatizamos aspectos teóricos e metodológicos e especificidades dos achados das investigações sobre esse tema que tiveram como objeto de pesquisa alguns espaços da capital mineira.

As sínteses de investigações sobre gentrificação em grandes cidades brasileiras e latino-americanas indicam que ela deriva sobretudo de ações do Estado. Trata-se de um fenômeno induzido que tem a ver com políticas urbanas que integram, sobretudo nos centros históricos, preservação patrimonial e incentivo às atividades turísticas, comerciais e de lazer (BETANCUR, 2014; JANOSCHKA *et al.*, 2014; TEIXEIRA, 2020). Os diagnósticos sobre gentrificação no Brasil enfatizaram que raramente ela está associada a mudanças habitacionais que reflitam a sua forma mais corrente nos países do norte global (RUBINO, 2009).

Nesse sentido, este artigo realizou uma análise dos estudos sobre a gentrificação em Belo Horizonte a partir das seguintes questões: como a gentrificação foi abordada e investigada? Quais formas do fenômeno foram identificadas e que tipos de espaços, grupos sociais e atores foram analisados? Quais as especificidades dos achados em contraste com casos de outras cidades?

As investigações sobre gentrificação aqui utilizadas são oriundas de um levantamento de estudos urbanos sobre Belo Horizonte e sua região metropolitana realizado em repositórios *online* dos programas de pós-graduação das ciências sociais e humanas da PUC Minas e da UFMG. Este artigo traz uma revisão de oito teses e dissertações sobre gentrificação na capital mineira e está organizado em três partes, além desta introdução. Na primeira, trata das definições da gentrificação e dos diagnósticos sobre o fenômeno na América Latina e no Brasil. Em seguida, discorre sobre a metodologia utilizada e retoma os estudos selecionados para uma análise que tem como roteiro as questões acima enunciadas. Por fim, tece algumas considerações sobre os diálogos entre os casos de gentrificação em Belo Horizonte e em outras cidades brasileiras e latino-americanas.

A gentrificação em Belo Horizonte tem sido objeto de estudos mais sistemáticos desde meados da década de 2000. As pesquisas sobre o tema tiveram como recorte empírico privilegiado as áreas centrais, compreendidas como o centro histórico e alguns bairros do seu entorno. Foram objeto de estudos tanto o centro histórico e os resultados das iniciativas para sua requalificação ao longo do tempo (JAY-

ME; NEVES, 2010; JAYME; TREVISAN, 2012; MOREIRA, 2008; HOFFMAN, 2014; BERQUÓ, 2015; SALLES, 2019) quanto bairros pericentrais, como Santa Tereza, Floresta e Anchieta (ANDRADE; MENDONÇA, 2020; ASSIS, 2020, VELOSO, 2020).

GENTRIFICAÇÃO: ORIGENS, AMPLIAÇÕES DO CONCEITO E LEITURAS SOBRE O FENÔMENO NA AMÉRICA LATINA E NO BRASIL

Se inicialmente a gentrificação foi um processo estudado nas cidades anglo-saxãs, posteriormente os estudos se generalizaram, o que contribuiu para o conhecimento de formas distintas de manifestação, assim como da relevância dos contextos históricos, sociais, culturais e econômicos. O termo gentrificação foi criado na década de 1960 para caracterizar mudanças no perfil habitacional e de estoque imobiliário em determinados distritos londrinos (GLASS, 1964). Pessoas de *status* mais elevados começaram a se mudar para locais onde antes só moravam trabalhadores, processo que elevou o preço dos imóveis, aluguéis e serviços e que acabou expulsando os antigos moradores de classe operária.

A partir de 1980, a noção de gentrificação foi ampliada para abarcar outras transformações, estas ligadas aos setores de comércio, serviços, lazer e turismo, isto é, outras dimensões para além da residencial. Surgiram reflexões sobre os novos espaços de classes médias nos centros para o consumo, a circulação, o turismo e a diversão. A sua forma residencial pode (ou não) estar atrelada às políticas urbanas de recuperação de áreas centrais e históricas reconhecidas e protegidas como patrimônio por órgãos nacionais e internacionais, como a UNESCO, à diminuição de instalações manufatureiras no centro da cidade, à ascensão de complexos de hotéis e centros de convenções, à criação de escritórios centrais nas cidades, bem como à emergência de modernos distritos de lojas, bares, cafés e restaurantes (SMITH; WILLIAMS, 1986; LEES *et al.*, 2008).

Os primeiros estudos sobre gentrificação em cidades latino-americanas surgiram no final dos anos 1990. O trabalho de Jones e Varley (1999) sobre o processo de conservação do centro histórico de Puebla, no México, é um dos pioneiros. No Brasil, os precursores foram os estudos de Pinho (1996) sobre a zona do Pelourinho, em Salvador, cujos projetos de recuperação e valorização histórica tiveram início em 1970, com continuidades e rupturas nas décadas subsequentes, e de Pio (2001) sobre o centro his-

tórico do Rio de Janeiro, onde teve lugar o Projeto Corredor Cultural a partir de meados dos anos 1980.

Análises que sintetizam os contornos da gentrificação na América Latina foram feitas por Janoschka *et al.* (2014), John Betancur (2014) e Teixeira (2020), que enfatizaram os casos do fenômeno em cidades grandes e cosmopolitas, como Rio de Janeiro, São Paulo, Buenos Aires, Santiago do Chile e Cidade do México. Segundo os diagnósticos desses autores, a gentrificação na América Latina deriva sobretudo de ações do Estado, uma espécie de gentrificação induzida que tem a ver com intervenções que integram preservação patrimonial com incentivo às atividades turísticas, comerciais e de lazer. O Estado, como principal promotor das intervenções, assume a maior parte dos custos, riscos e responsabilidades relativos à infraestrutura urbana, à reforma de monumentos e edificações e à garantia de segurança pública. A expectativa é que essas ações, muitas vezes integradas a programas de incentivos fiscais, atraíam o setor privado visando a autossustentação do processo, o que nem sempre acontece. Poder público e iniciativa privada se associam por meio de parcerias para compartilhar o custeio e o gerenciamento dos projetos, que também costumam contar com assistência financeira de agências internacionais, tais como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Banco Mundial (BETANCUR, 2014; JANOSCHKA *et al.*, 2014; TEIXEIRA, 2020).

Ao sintetizar os traços das gentrificações latino-americanas, essas análises apontam tipos e características do fenômeno que podem ser resumidos pelos seguintes pontos: gentrificação simbólica, impulsionada por políticas que resgatam o patrimônio arquitetônico dos centros e bairros históricos das cidades; gentrificação voltada para o lazer e o turismo; gentrificação estatal, com estreita relação com projetos de revitalização e megaeventos; gentrificação de favelas e de cidades históricas, devido à atividade de novos mercados imobiliários. Além disso, muitos estudos se voltam para os movimentos que visam barrar a gentrificação (BETANCUR, 2014; JANOSCHKA *et al.*, 2014; TEIXEIRA, 2020).

Tais estudos na América Latina também relativizaram a incidência da gentrificação residencial, uma vez que as principais manifestações estão relacionadas aos setores de consumo, lazer e turismo. Associada ao espaço e ao tempo, a gentrificação de consumo nem sempre é acompanhada por mudanças nas dinâmicas residenciais, com a substituição de moradores de classes populares por grupos de classes médias e altas (BETANCUR, 2014; JANOSCHKA *et al.*, 2014; TEIXEIRA, 2020).

Em vários casos, o que acontece é a produção e a

promoção de lugares para consumo turístico, cultural e comercial, acarretando formas de apropriação por parte de estratos sociais mais altos, se comparados com usuários mais antigos. Esses novos usos convivem com ocupações dos espaços públicos por parte de classes populares, pré-existentes às intervenções e contrárias aos seus objetivos. Os antigos usos e usuários são frequentemente taxados como inapropriados, tornando-se objeto de recriminação e remoção por parte do poder público e dos investidores e seus associados (LEITE, 2007; FRÚGOLI JR.; SKLAIR, 2009). Comércio informal, vendedores ambulantes, prostituição, população em situação de rua, tráfico e consumo de drogas são exemplos de práticas e sujeitos que sofrem ações de repressão, fiscalização e controle em espaços urbanos revitalizados nas grandes cidades latino-americanas. Nota-se a relação entre as intervenções urbanas, a normalização dos usos dos espaços públicos e ações de cunho higienista (FRÚGOLI JR.; SKLAIR, 2009; MELÉ, 2006).

Essa gentrificação comercial, no entanto, por vezes se configura como fenômeno frágil e efêmero em localidades onde foi identificada e investigada. Sua volatilidade se dá, por um lado, por depender da promoção de eventos e de usos temporários por parcelas da população que possuem capitais para acessá-los. Por outro lado, é frágil porque nem sempre os lugares criados para o consumo atraem e/ou fidelizam, a longo prazo, os investidores e os consumidores necessários para a manutenção da animação cultural dos novos lugares de encontro, lazer e diversão (LEITE, 2007; 2010; VELOSO; ANDRADE, 2019; AL-CANTARA, 2019).

Ainda quanto à ocorrência de gentrificação residencial, Betancur (2014) destaca que há nas cidades latino-americanas um baixo contingente de potenciais gentrificadores, isto é, de sujeitos das classes médias com preferência pela vida no centro. Esse grupo normalmente opta por se fixar em condomínios fechados horizontais ou verticais localizados em áreas periféricas e centrais, mas não necessariamente nos bairros antigos e centrais. No caso de cidades brasileiras, a oferta e proliferação de moradia em condomínios, localizados em áreas suburbanas, convivem com a permanência de estratos médios e altos da sociedade em partes centrais que dispõem, historicamente, de infraestrutura e oferta de bens e serviços atraentes para os estratos sociais mais altos (RUBINO, 2009; CALDEIRA, 2011).

Silvana Rubino (2009) argumentou que o déficit habitacional no Brasil não incide de forma significativa sobre os estratos médios. Assim, na hora de escolher onde morar, esses estratos têm opções de locais para além de bairros de áreas centrais, que poderiam

ser gentrificados se houvesse demanda e interesse desses grupos por essas partes da cidade. Ainda assim, esses estudiosos (BETANCUR, 2014; JANOSCHKA *et al.*, 2014; TEIXEIRA, 2020; RUBINO, 2009) consideraram a possibilidade de formas residenciais do fenômeno e sugeriram pesquisas sobre outras de suas formas.

Em seus estudos na cidade de Bruxelas, Van Crieckingen identificou um tipo de gentrificação que ele chamou de marginal. Nas suas palavras, trata-se de um

processo pelo qual certos bairros centrais são tomados por uma população jovem, muito escolarizada, globalmente mais abastada que os antigos moradores, sem, no entanto, serem “os ricos” na escala da cidade. A gentrificação marginal não é um estágio transitório para a chegada de uma gentrificação total a mais ou menos curto prazo. (2006, p. 100)

Em diálogo com a gentrificação residencial marginal, alguns estudos no Brasil têm tratado da entrada de parcelas de residentes de classe média com maior capital cultural, como estudantes universitários e jovens profissionais, tanto em regiões centrais de grandes cidades (VELOSO, 2020; ALCANTARA, 2019; RIBEIRO, 2014) quanto em áreas patrimoniais de cidades de pequeno porte (ZOLINI, 2007). A gentrificação por nova construção, por sua vez, é outra forma do fenômeno abordada, mas não ocorre pela valorização de imóveis antigos e degradados, mas pela construção de novas edificações (DAVIDSON; LEES, 2009; PEREIRA, 2017). Esse é o caso do estudo de Assis (2020) sobre um bairro belo-horizontino, conforme veremos na próxima seção.

O QUE REVELAM OS ESTUDOS SOBRE A GENTRIFICAÇÃO EM BELO HORIZONTE?

As teses e dissertações sobre gentrificação em Belo Horizonte aqui analisadas integram um levantamento mais amplo, que abarcou a produção acadêmica sobre temas urbanos que tiveram a capital mineira e sua região metropolitana como objeto. Elas foram produzidas em programas de pós-graduação de ciências humanas e ciências sociais aplicadas¹ da UFMG

¹ Os seguintes programas de pós-graduação da UFMG e da PUC Minas foram incluídos no nosso levantamento: Ambiente Construído e Patrimônio, Arquitetura, Antropologia,

e da PUC Minas² entre 1991 e 2020. O levantamento foi realizado nos repositórios *online* das duas universidades e chegou a 670 produções, que foram classificadas a partir de 25 categorias de temas. A classificação temática foi feita pelos títulos, palavras-chave e resumos das produções.

Desse total, interessam para este artigo sete dissertações e uma tese cujas temáticas centrais são processos de gentrificação em Belo Horizonte. Com as dissertações e a tese na íntegra, em formato PDF, adotamos uma estratégia de revisão que consistiu em duas etapas. Primeiro, elaboramos um guia de fichamento, a ser preenchido ao longo da leitura de cada trabalho e baseado nas seguintes perguntas: como a gentrificação foi abordada e investigada? Quais formas do fenômeno foram identificadas e que tipos de espaços, grupos sociais e atores foram analisados? Quais as especificidades dos achados em contraste com casos de outras cidades?

Em seguida, revisamos e analisamos esse conjunto de investigações a partir de cinco dimensões: aspectos institucionais (ver Quadro 1); espaços da cidade que foram objeto de estudo; quadro teórico-metodológico das investigações; resultados das pesquisas; e diálogos entre os casos de Belo Horizonte e de outras cidades.

Cinco investigações sobre gentrificação em Belo Horizonte foram conduzidas no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da PUC Minas e três na UFMG, sendo uma no Programa de Pós-Graduação em História e duas no Programa de Pós-Graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável. Trata-se de uma produção recente sobre a cidade e suas transformações socioespaciais. Os oito trabalhos foram defendidos entre 2019 e 2020. Ao analisarmos os objetos empíricos dessas investigações, constatamos que os pesquisadores privilegiaram bairros e espaços públicos da cidade.

Dos quatro bairros estudados, três — Lagoinha, Bonfim e Floresta — estão entre as localidades mais antigas de Belo Horizonte, que foram ocupadas desde os primeiros anos da cidade. Seus primeiros habitantes foram operários, atraídos pela possibilidade de moradias de baixo custo, e grupos dos estratos médios (AGUIAR, 2006; ANDRADE; ARROYO, 2012). Além da proximidade com o centro da cidade

Ciência das Religiões, Ciência Política, Ciências Sociais, Comunicação Social, Demografia, Direito, Educação, Estudos do Lazer (Ed. Física), Geografia, História, Psicologia, Relações Internacionais e Sociologia.

² O levantamento foi feito também em outras instituições menores que possuem mestrado, mas a produção era bastante diminuta quando comparada à da UFMG e da PUC Minas, o que nos levou a trabalhar com essas duas universidades.

de, são hoje bairros reconhecidos oficialmente como patrimônio da cidade pelo Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte (CDPCM-BH). O quarto bairro onde a gentrificação foi tema de estudo, o Anchieta, localiza-se na porção centro-sul de Belo Horizonte, que foi ocupada mais tardiamente, a partir da segunda metade do século XX. Isso se deve, entre outros fatores, ao acesso mais difícil, se comparado à situação de outros bairros próximos ao centro (AGUIAR, 2006). Hoje, o Anchieta abriga sobretudo estratos médios e altos (ANDRADE *et al.*, 2015).

Além de bairros, praças e ruas centrais de Belo Horizonte foram objeto de estudo de quatro dissertações. As transformações socioespaciais analisadas nessas localidades guardam relações com intervenções e projetos urbanísticos do poder público realizados a partir do final dos anos 1990 e início dos anos 2000 — como o Eixo Cultural Rua da Bahia Viva, Rua da Bahia 24 horas e o Programa Centro Vivo —, bem como com ações que envolveram parcerias público-privadas. Esse é o caso do estudo sobre o Cine Teatro Brasil Vallourec, que analisou a possibilidade e capacidade desse equipamento cultural de alterar as dinâmicas cotidianas consolidadas na região da Praça Sete (SALLES, 2019).

Ao nos determos nos aspectos metodológicos das dissertações e da tese, observamos que uma hipótese geral que guiou parte dos estudos é a verificação da ocorrência de gentrificação. Todas as investigações adotaram técnicas qualitativas de coleta, tratamento e análise de dados, com destaque para a análise documental, entrevista e observação. A pesquisa documental englobou sobretudo leis, decretos, regulamentações, projetos, relatórios, dossiês de tombamento e registros históricos, bem como materiais jornalísticos, de redes sociais e iconográficos. Entrevistas e observação participante, quando empregadas, enfatizaram a apreensão das narrativas de atores sociais — usuários dos espaços-objeto de pesquisa (moradores, comerciantes, frequentadores, lideranças comunitárias etc.) — e institucionais, como técnicos e representantes do poder público e agentes do mercado e da iniciativa privada.

Uma tese e uma dissertação, sobre os bairros Floresta e Anchieta respectivamente, utilizaram dados secundários do Censo, do cadastro do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) e do cadastro do Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) a fim de caracterizar a composição social dos bairros e os seus estoques de imóveis ao longo do tempo (VELOSO, 2020; ASSIS, 2020).

Quadro 1: Teses e dissertações sobre gentrificação em Belo Horizonte

Título	Tipo de trabalho	Área de conhecimento	Universidade	Ano de defesa	Autor(a)
Patrimônio cultural e revitalização urbana: usos, apropriações e representações da Rua dos Caetés, Belo Horizonte	Dissertação	Ciências Sociais	PUC Minas	2008	Corina Maria Rodrigues Moreira
A cultura e o resgate simbólico de áreas centrais: o caso do Cine Brasil e seus efeitos em Belo Horizonte	Dissertação	Ciências Sociais	PUC Minas	2019	Renata de Leorne Salles
Mudanças residenciais e comerciais: um estudo sobre processos de renovação urbana no bairro Anchieta, Belo Horizonte	Dissertação	Ciências Sociais	PUC Minas	2020	Livia Matos Lara de Assis
Resistência cultural e juventudes na Praça da Estação: ativismos urbanos e transformações espaciais a partir da cultura e do lazer	Dissertação	Ciências Sociais	PUC Minas	2020	Paula de Senna Figueiredo
Um bairro patrimonial: dinâmicas residenciais e comerciais do Floresta, em Belo Horizonte	Tese	Ciências Sociais	PUC Minas	2020	Clarissa dos Santos Veloso
Subir Bahia: uma rua na encruzilhada da memória patrimonial e de novas escritas urbanas	Dissertação	História	UFMG	2015	João Marcos Veiga
Resistência à gentrificação? Estudo de caso do bairro Bonfim em Belo Horizonte	Dissertação	Arquitetura e Urbanismo	UFMG	2019	Lawrence Faria Starling Solla
Cartografia das Controvérsias na região Lagoinha	Dissertação	Arquitetura e Urbanismo	UFMG	2020	Gabriela Campelo Aragão Bitencourt

Fonte: Elaborado pelas autoras a partir de dados da pesquisa "A produção sobre o urbano em BH e na RMBH em três décadas (1991-2020)".

Informações sobre o padrão de acabamento dos imóveis residenciais permitiram que Assis (2020) apontasse o gradual e crescente processo de sofisticação de moradias no Anchieta, voltadas para estratos sociais mais altos. No caso do bairro Floresta, os efeitos do tombamento, somados à manutenção do padrão de acabamento de apartamentos residenciais, voltados para grupos médios, têm reforçado a atração desse estrato social para o bairro e a sua predominância entre os residentes (VELOSO, 2020). As diferenças entre novos e antigos moradores do bairro são de outra ordem, como veremos mais adiante.

Quanto aos resultados, os estudos se dividem em três grupos: primeiro, os que identificaram processos de gentrificação em curso; segundo, aqueles que versam sobre resistências à gentrificação ou sobre anti-gentrificação sem, no entanto, descartar seus indícios e possível concretização no futuro; e, por fim, estudos que negam a ocorrência de gentrificação.

São dois os estudos que identificaram processos de gentrificação em curso: a tese de Veloso (2020) sobre o bairro Floresta e a dissertação de Assis (2020) sobre o bairro Anchieta. No primeiro caso, a análise tratou de mudanças nas dimensões residencial e comercial do bairro, protegido como conjunto urbano patrimonial da cidade. Ao falar de gentrificação cultural e marginal (CRIEKINGEN, 2006) em curso no bairro, Veloso (2020) trata dos perfis e estilos de vida de residentes recém-chegados, destacando a presença de jovens adultos detentores de mais capital cultural do que econômico em relação aos que já ocupam o bairro. As diferenças encontradas entre novos e antigos moradores são de esferas culturais, relativas aos gostos, e não às suas posições em estratos sociais. Até o momento do estudo não foi identificado um processo de expulsão de outros grupos de classes sociais mais baixas, isto é, trata-se de uma mudança que não chegou a alterar o perfil do bairro, mas cujos desdobramentos precisariam ser acompanhados.

A tese também abordou as dinâmicas comerciais de uma rua próxima ao centro da cidade, a Rua Sapucaí e suas imediações, onde se observou um processo de gentrificação comercial e de consumo (VELOSO, 2020). Ele levou à substituição do pequeno comércio local por negócios para o lazer e a diversão voltados para consumidores com maior capital econômico e cultural, jovens de classe média moradores da zona sul, onde se concentram residentes de estratos sociais médios e altos (ANDRADE *et al.*, 2015). As descobertas a partir da Rua Sapucaí reforçam a interpretação da gentrificação comercial como um fenômeno volátil e frágil. Volatilidade porque a gentrificação comercial acontece em períodos específicos do dia

e da semana, consoante o funcionamento dos estabelecimentos comerciais e das atividades que ocorrem na rua (LEITE, 2010). Frágil por estar sujeita a transformações repentinas, como o aumento descontrolado do número de pessoas e o encerramento das atividades de alguns bares e restaurantes. São essas as circunstâncias que comprometem o *status* da rua de centro urbano de diversão (VELOSO, 2020).

A dissertação de Assis (2020) trata da gentrificação por nova construção em curso no bairro Anchieta. Diferentemente do Floresta, no Anchieta não há nenhum tipo de proteção urbanística especial. A maior liberalidade das políticas urbanas de uso do solo tem permitido renovação do estoque imobiliário, de modo que o bairro passe por um processo acelerado de substituição de suas antigas residências por edifícios de apartamentos que atraem os estratos mais altos da classe média, processo denominado como gentrificação por nova construção. Assis (2020) destaca que, apesar de o mercado imobiliário ser o protagonista desse processo, o Estado não está ausente, uma vez que a legislação do bairro não apresenta empecilhos para as construções e especulação imobiliária. Diferentemente de outros bairros, os moradores não se opuseram a essas mudanças.

O segundo grupo de trabalhos inclui três das dissertações analisadas. Elas tratam das resistências à gentrificação encabeçadas pelos movimentos sociais. De maneira antecipada e preventiva, eles reagiram aos primeiros indícios da gentrificação manifestos a partir da discussão ou da implementação de políticas urbanas e/ou da ação do mercado imobiliário. Esse é o caso dos estudos sobre políticas urbanas, especulação imobiliária e mobilização popular nos bairros Bonfim e Lagoinha (SOLLA, 2019; BITENCOURT, 2020), assim como da abordagem de Figueiredo (2020) sobre os coletivos de cultura na região da Praça da Estação, localizada no centro da cidade. No caso dos bairros Lagoinha e Bonfim, a hipótese de processos de gentrificação em curso foi refutada, mas ambos os estudos apontaram em seus resultados que a situação pode se reverter em função da aprovação de novas políticas urbanas de cunho gentrificador e da ação do mercado imobiliário em contextos de enfraquecimento da mobilização social das resistências.

O terceiro grupo de estudos não identificou a ocorrência de gentrificação. São eles: as investigações de Moreira (2008) sobre a Rua dos Caetés, de Veiga (2015) sobre a Rua da Bahia e de Salles (2020) sobre o Cine Teatro Brasil e suas imediações. O primeiro demonstrou que as ações de revitalização do Programa Centro Vivo, com reforma das edificações históricas, valorização dos espaços públicos com alar-

gamento das calçadas e reforma do mobiliário na referida via urbana, não afetaram os usos e ocupações tradicionais (MOREIRA, 2008). No caso da dissertação sobre a Rua da Bahia e das intervenções urbanísticas que remetem tanto à infraestrutura da via e de suas edificações quanto à sua memória e às atividades de estabelecimentos comerciais tradicionais, as conclusões também apontam para uma não gentrificação (VEIGA, 2015). A Rua da Bahia não logrou uma mudança nas suas formas de uso a partir das múltiplas intervenções, que incluíram tombamentos de imóveis, criação de equipamentos culturais e reforma de monumentos e calçadas, entre outras ações realizadas a partir dos anos 1990. Segundo Veiga (2015), a Rua da Bahia continua exercendo papel de ligação do tráfego, com poucos espaços de lazer ao nível da rua e com comércio popular e de serviços. A efervescência artística de seus museus, centros culturais e de alguns estabelecimentos de gastronomia e lazer é reclusa das portas para dentro e dialoga cada vez menos com as calçadas.

Em ambos os estudos, sobre as ruas dos Caetés e da Bahia (MOREIRA, 2008; VEIGA 2015), as revitalizações do centro de Belo Horizonte realizadas pelo poder público municipal foram interpretadas como ações que não promoveram a gentrificação. Esses resultados têm relação, em parte, com um cuidado do poder público nas suas intervenções, de forma a evitar a gentrificação, mas também devido ao escopo pontual dessas mudanças, sem muita capacidade de expansão, até mesmo para os espaços adjacentes.

A pesquisa de Salles (2020) tratou da reinauguração do Cine Brasil, um antigo cinema de rua transformado em casa de shows e exposições, através da articulação entre atores públicos e privados. A partir de representações contemporâneas do público e de usuários da região sobre o equipamento cultural e o local onde está, no centro de Belo Horizonte, ela analisou os efeitos da nova instituição no espaço público. Os resultados indicaram a frequência noturna, pontual e esporádica de um público mais elitizado em relação aos demais frequentadores dos bares e do comércio da região, atraído pela oferta cultural, que, por sua vez, não tem sido capaz de alterar as dinâmicas populares cotidianas já consolidadas naquela região e, portanto, não leva à gentrificação de tipo comercial ou de consumo (SALLES, 2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo tratou de aspectos teóricos e metodológicos e de resultados de investigações sobre gentrificação que tiveram como objeto de pesquisa alguns

espaços da capital mineira. A partir da produção analisada — sete dissertações e uma tese —, observamos que as pesquisas já feitas sobre o tema tomaram a gentrificação como uma hipótese, refutada na maior parte dos casos e testada a partir de abordagens qualitativas das mudanças socioespaciais em curso. Ainda assim, mesmo as conclusões sobre antigentrificação não descartam totalmente os seus indícios e possível concretização no futuro.

Nos casos em que foi identificado, o fenômeno assume principalmente as formas comercial e de consumo. A ocorrência de gentrificação está atrelada tanto às políticas urbanísticas de revitalização e patrimonialização de espaços históricos e simbólicos que são promovidas pelo poder público, quanto aos interesses e ações da iniciativa privada, posteriormente envolvida no processo. Esses resultados reforçam o que foi encontrado por outros estudos no Brasil e na América Latina, mas trazem algumas novidades.

A literatura sobre gentrificação em Belo Horizonte abordou a sua dimensão residencial. Em uma dissertação e uma tese, a utilização de dados secundários para análise da dinâmica residencial de bairros e abordagens qualitativas sobre mudanças na sua composição social ao longo do tempo relacionaram entrada e saída de moradores e transformações no estoque imobiliário à gentrificação marginal e de nova construção. Essa última é uma novidade em relação a outros referenciais, ligados principalmente ao patrimônio cultural. Ao sugerir o acompanhamento dos desdobramentos dessas formas de gentrificação, esses estudos reforçam o caráter gradual do fenômeno. Por fim, vale ressaltar a diversidade de atores envolvidos, que vão desde o mercado imobiliário e as políticas urbanas, até moradores, consumidores e movimentos sociais.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Tito Flávio Rodrigues. **Vastos subúrbios da nova capital:** formação do espaço urbano na primeira periferia de Belo Horizonte. Belo Horizonte: UFMG, 2006. 312f. Tese (doutorado em História). Universidade Federal de Minas Gerais.
- ALCÂNTARA, Maurício Fernandes. Gentrificação e hipsterização: um estudo sobre a Vila Buarque (São Paulo, Brasil). **Sociabilidades Urbanas – Revista de Antropologia e Sociologia**, v2, n6, p. 31-48, novembro de 2019. ISSN 2526-4702.
- ANDRADE, L. T.; MENDONÇA, J. G. Urban policies, mobility and gentrification in two neighbourhoods of Belo Horizonte. **Revista Sociologia E Antropologia**, v. 10, p. 561-586, 2020.

- ANDRADE, Luciana Teixeira de; ARROYO, Michele Abreu. **Bairros pericentrais de Belo Horizonte. Patrimônio, territórios e modos de vida.** Belo Horizonte: PUC Minas, 2012.
- ANDRADE, Luciana Teixeira de; MENDONÇA, Jupira Gomes de; DINIZ, Alexandre Magno Alves (Org.) **Belo Horizonte: transformações na ordem urbana.** Belo Horizonte: PUC Minas, 2015.
- ASSIS, Livia Matos Lara de. **Mudanças Residenciais e Comerciais: um estudo sobre processos de renovação urbana no bairro Anchieta.** Dissertação (mestrado). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais PUC Minas. Belo Horizonte, 2020.
- BERQUÓ, Paula Bruzzi. **A ocupação e a produção de espaços biopotentes em Belo Horizonte: entre rastros e emergências.** Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura, 2015.
- BETANCUR, Jon J. Gentrification in Latin America: Overview and critical analysis. **Urban Studies Research**, 2014.
- BIDOU-ZACHARIASEN, Catherine. **De volta à cidade: dos processos de gentrificação às políticas de ‘revitalização’ dos centros urbanos.** São Paulo: Annablume, 2006.
- BITENCOURT, Gabriela Campelo Aragão. **Cartografia das Controvérsias na região Lagoinha.** Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo. Belo Horizonte: UFMG, Escola de Arquitetura, 2020.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo.** São Paulo: Editora 34/Edusp, 2011.
- CRIKINGEN, Mathieu Van. A cidade revive: formas, políticas e impactos da revitalização residencial em Bruxelas. In: BIDOU-ZACHARIASEN, Catherine (Org). **De volta à cidade.** São Paulo: ANNABLUME, 2006. p. 89-120.
- DAVIDSON, Mark; LEES, Loretta. New-build gentrification: its histories, trajectories, and critical geographies. **Population, Space and Place**, v. 16, n. 5, p. 395-411, 2009
- FIGUEIREDO, Paula de Senna. **Na Praça da Estação: ativismos urbanos e transformações espaciais a partir da cultura e do lazer.** Dissertação (Mestrado). Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Belo Horizonte, PUC Minas, 2020.
- FRÚGOLI JR., Heitor; SKLAIR, Jessica. O bairro da Luz em São Paulo: questões antropológicas sobre o fenômeno da gentrification. **Cuadernos de Antropología Social**, 30, 2009.
- GLASS, Ruth. **Aspects of Change.** Londres: MacGibbon and Kee, 1964.
- HOFFMAN, Felipe Eleutério. Museus e revitalização urbana: o Museu de Artes e Ofícios e a Praça da Estação em Belo Horizonte. **Cad. Metrópole**, 16 (32), nov. 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2236-9996.2014-3211>. Acesso em: 14 dez. 2022.
- JANOSCHKA, Michael; SEQUERA, Jorge; SALINAS, Luis. Gentrification in Spain and Latin America – A critical dialogue. **International Journal of Urban and Regional Research**, vol. 38, n. 4, p. 1234-1265, 2013.
- JAYME, Juliana Gonzaga; NEVES, Magda de Almeida. Cidade e espaço público: política de revitalização urbana em Belo Horizonte. **Caderno CRH [online]**. 2010, v. 23, n. 60
- JAYME, Juliana Gonzaga; TREVISAN, Eveline. Intervenções urbanas, usos e ocupações de espaços na região central de Belo Horizonte. **Civitas**, Porto Alegre, v. 12, n. 2, p. 359-377, mai./ago. 2012.
- JONES, G.; VARLEY, A. The reconquest of the historic centre: urban conservation and gentrification in Puebla, México. **Environment and Planning**, v. 31, n. 9, p. 1547-1566, 1999.
- LEES, Loretta; SLATER, Tom; WYLY, Elvin K. **Gentrification.** New York: Routledge/Taylor & Francis Group, 2008.
- LEITE, R. P. **Contra-usos da cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea.** Campinas: Ed. da Unicamp; Aracaju: Ed. da UFS, 2007.
- LEITE, Rogerio Proença. A exaustão das cidades: antienobrecimento e intervenções urbanas em cidades brasileiras e portuguesas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais [online]**. 2010, v. 25, n. 72 Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-69092010000100006>. Acesso em: 12 dez. 2022.
- MELÉ, Patrice. (Re)investir nos espaços centrais das cidades mexicanas. In: BIDOU-ZACHARIASEN, Catherine (Org). **De volta à cidade.** São Paulo: ANNABLUME, 2006. p. 197-228.
- MOREIRA, Coria Maria Rodrigues. **Patrimônio cultural e revitalização urbana: usos, apropriações e representações da Rua dos Caetés, Belo Horizonte.** Dissertação (Mestrado). Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Belo Horizonte, PUC Minas, 2008.
- PEREIRA, Patrícia. A transformação da zona ribeirinha oriental de Lisboa: um caso de gentrificação por nova construção. **Revista EURE**, 30 (130),

- 2017, p 47-71.
- PINHO, O. S. de A. **Descentrando o Pelô**: narrativas, territórios e desigualdades raciais no Centro Histórico de Salvador. Dissertação de mestrado, Campinas, Departamento de Antropologia, IFCH/Unicamp, 1996.
- PIO, L. G. **Cidade como patrimônio**: revitalização e preservação no centro histórico do Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. Rio de Janeiro: UERJ, PPCIS, 2001.
- RIBEIRO, Daniel de Albuquerque. Reflexões sobre o conceito e a ocorrência do processo de gentrificação no Parque Histórico do Pelourinho, Salvador – BA. **Cadernos Metrôpole** [online], v. 16, n. 32, 2014.
- ROBINSON, J. **Ordinary Cities**: Between Modernity and Development. London, Routledge, 2006
- ROY, A. The 21st-Century Metropolis: new geographies of theory. **Regional Studies**, [S.L.], v. 43, n. 6, p. 819-830, jul. 2009.
- RUBINO, Silvana. Enobrecimento Urbano. In: FORTUNA, Carlos; LEITE, Rogério (Org.). **Plural de cidade**: novos léxicos urbanos. Coimbra: Almedina, p. 25-40, 2009.
- SALLES, Renata Leone. **Cidade e espaço público**: política de revitalização urbana em Belo Horizonte. Dissertação (Mestrado). Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Belo Horizonte, 2019.
- SLATER, Tom. **Gentrification of the city**. In: BRIDGE, Gary; WATSON, Sophie (Ed.). *The New Blackwell Companion to the City*. Blackwell Publishing, 2011.
- SMITH, Neil; WILLIAMS, Peter. Alternatives to orthodoxy: invitation to a debate. In: SMITH, Neil; WILLIAMS, Peter. **Gentrification of the city**. London: Unwin Hyman, 1986, p. 1-12.
- SOLLA, Lawrence Faria Starling. **Resistência à gentrificação? Estudo de caso do bairro Bonfim em Belo Horizonte**. Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo. Belo Horizonte: UFMG, Escola de Arquitetura, 2019.
- TEIXEIRA, Eduardo Tomazine. Gentrificação na América Latina: Rumos do Debate e Traços Distintivos do Fenômeno no Continente. **Espaço Aberto**, v. 10, n. 1, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.36403/espacoaberto.2020.28880>. Acesso em: 14 dez. 2022.
- VEIGA, João Marcos. **Subir Bahia**: uma rua na encruzilhada da memória patrimonial e de novas escritas urbanas. Dissertação de Mestrado em História. Belo Horizonte: UFMG, 2015.
- VELOSO, Clarissa dos Santos. **Um bairro patrimonial**: dinâmicas residenciais e comerciais do Floresta, em Belo Horizonte. Tese (Doutorado). Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Belo Horizonte, PUC Minas, 2020.
- VELOSO, Clarissa dos Santos; ANDRADE, Luciana Teixeira de. Sapucaí Street: Entertainment Hub and Commercial Gentrification in Belo Horizonte. **Int Journal Sociology of Leisure**, 2, 43-61, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s41978-018-00032-w>. Acesso em: 14 dez. 2022.
- ZOLINI, Gustavo Pimenta de Pádua. **A inflexão do conceito de gentrificação em conjuntos urbanos patrimoniais em cidades de pequeno porte**. Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo. Belo Horizonte: UFMG, Escola de Arquitetura, 2007. ■

Clarissa dos Santos Veloso é socióloga, professora substituta no Centro de Artes, Humanidades e Letras da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) e professora colaboradora do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da UFRB. Pesquisadora da Universidade de Bolonha e do Observatório das Metrôpoles. clarissaveloso25@gmail.com

Luciana Teixeira de Andrade é socióloga, professora do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da PUC Minas. Pesquisadora do CNPq, Observatório das Metrôpoles, Fapemig e FIP da PUC Minas. lucianatandrade1@gmail.com

Everton Ronniery
Tavares Souza

"Quando o olhar abraça"

O presente ensaio apresenta um estudo de percepção sensível sobre o trabalho, a sociabilidade e o parentesco atinentes ao trabalhador informal da Rua Conselheiro João Alfredo e Rua Santo Antônio, no centro comercial da cidade de Belém do Pará, espaço onde a atividade acontece com grande intensidade, assim como ocorre na maioria das cidades brasileiras. Essa área está localizada em pleno Centro Histórico de Belém (CHB), aqui sendo delimitado por essas duas vias contíguas sequenciais, as quais, desde os primórdios, logo após a fundação da cidade, vieram a marcar sua configuração urbana ligando os dois primeiros bairros e abrindo a cidade para sua futura expansão. Ressalta-se que a atividade de comércio informal se reflete em todo o seu entorno.

Quem vai ao centro da cidade de Belém do Pará, o que é uma constante em outros tantos centros urbanos no Brasil, encontra um significativo número de comerciantes informais e suas barracas multicoloridas, num apelo à sedução dos transeuntes, dos quais muitos sucumbem e encontram uma necessidade de adquirir os produtos

expostos para a comercialização.

As fotografias apresentadas a seguir foram captadas no período de agosto de 2020 a outubro de 2021 pelo mestrando em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Pará Everton Ronniery Tavares Souza. Elas compõem parte da sua pesquisa de mestrado já defendida, intitulada 'Quando o olhar abraça: um flâneur' experienciando as ambiências do comércio informal de Belém do Pará', sob a orientação do Professor Dr. Luiz de Jesus Dias da Silva.

Neste ensaio, há um recorte dessa pesquisa, a traduzir, iconograficamente, a percepção sensível sobre o trabalho, a sociabilidade e o parentesco atinentes aos trabalhadores informais que ocupam essas vias do centro comercial, espaço onde a atividade acontece com grande intensidade, mas que, no caso de Belém, essa espacialidade que os abriga está localizada em pleno centro histórico da cidade, tendo prédios

1 Conceito adotado pelo autor Edmund White em sua obra *Le Flâneur*. Diz respeito a quem deambula pela cidade sem compromisso aparente, mas está atento à história e aos lugares por onde passa.

As barracas informais em meio aos casarões antigos da Rua Conselheiro João Alfredo.

Everton Ronniery Tavares Souza

é mestre em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Pará (UFPA/PPGAU 2022), com ênfase em percepção e análise sensível do ambiente construído na Amazônia, mais precisamente na região do comércio popular no Centro Histórico de Belém. É o primeiro aluno pesquisador associado ao Laboratório de Ambiências, Subjetividade e Sustentabilidade na Amazônia (LASSAM) da UFPA. Tem formação extensiva em Arquitetura, Subjetividade e Cultura pela PROARQ/ UFRJ em parceria com a Cergy Paris University e Louvain Coopération (Ottignies-Louvain-la-Neuve, Bélgica), além de ser membro da Rede Internacional de Ambiências.

e.ronniery@gmail.com

históricos de grande valor patrimonial, entre casarios de estilos eclético e igrejas neoclássicas e/ou rococó a circundarem as barracas.

Fica muito explícito que o trabalhador informal das ruas pesquisadas é o resultado das suas necessidades e da falta de oportunidade, mas também da sua vontade. Não só estabelecem no comércio informal a sua própria identidade, mas também um retrato específico da economia e da situação social no país. Podendo-se afirmar que certamente o cotidiano no centro de Belém, em particular nas Ruas Santo Antônio e Conselheiro João Alfredo, não seria o mesmo sem a atividade dos trabalhadores de rua.

Além do que já foi citado, consideramos um objetivo crucial deste ensaio a sensibilização. Sensibilizar porque “insere uma análise do ser humano e sua relação básica com o mundo interno, que se apresenta, frente ao mundo externo que o circunda” (DUARTE; PINHEIRO, 2019, p. 125). Claro que essa análise perpassa pelo crivo da observação de muitos atores sociais envolvidos nesse processo. Já por meio da compreensão dos estudos de Agier (2011, p. 2), perceberemos a cidade do “ponto de vista dos cidadãos, por sobre os ombros deles, deslocando assim o olhar da cidade para as pessoas que vivem, sentem e fazem a cidade”.

Em Belém do Pará, os personagens da informalidade se mantêm bem representados ao longo da história local no centro histórico até os dias atuais. Eles são protagonistas de uma das maiores adversidades que as sucessivas gestões anteriores da prefeitura tentaram, sem sucesso, solucionar, uma vez que a informalidade gera desconforto não somente aos donos de estabelecimentos comerciais do centro histórico, mas também ao poder público e à sociedade, sendo carregada de uma necessidade de reestruturação e revitalização desse espaço urbano.

Os trabalhadores invisibilizados pelo poder público formam uma rede social para poder sobreviver, escoar suas mercadorias e sempre renovar suas operações comerciais informais, as quais têm as embarcações fluviais e seus tripulantes, seus passageiros que vêm das ilhas e de vários recantos através dos rios caudalosos, como aliados e grandes consumidores, pois essa mesma tipologia, aí encontrada, repete-se nas cidades ribeirinhas da Amazônia, onde sempre se

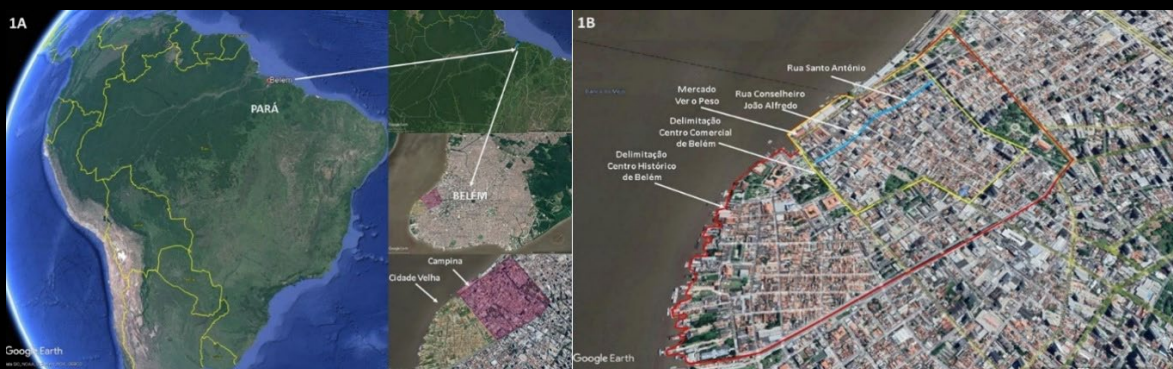
encontram um porto, uma feira e muitos trabalhadores de rua na informalidade comercial.

Ao falarmos de sociabilidade e parentesco no caso deste artigo, estamos intimamente ligados ao modo de falar do paraense, que vez ou outra chama alguém próximo de “mano”, “maninho” ou “maninha”. Além de demonstrar intimidade, esses termos fazem com que a pessoa chamada se sinta próxima e chegada. Isso também é encontrado com certa frequência no comércio informal como uma forma de “conquistar” o freguês. Ou seja: quanto mais ele se sentir à vontade e próximo da mercadoria e do mercador, maior a possibilidade da venda, e isso é visto nos vendedores de comidas típicas e nos de roupas.

É primordial que a cidade de Belém mantenha acesa a vitalidade no seu centro histórico, e isso se confunde com a vivacidade de seu comércio; não só o seu comércio tradicional formal, mas também o comércio informal, com seus comerciantes informais aqui denominados “trabalhadores de rua”, que criaram seu modo próprio de realizar seu trabalho oferecendo produtos diversificados e expostos estrategicamente. Desse modo, as pessoas, na qualidade de transeuntes, observam tais mercadorias ao passarem por uma banca ou um boxe e muitas das vezes não resistem e param para dar uma olhada e, nesse momento, permitem a atuação de um *expert* em venda, que faz uma abordagem usando a linguagem regional ou nativa, como “maninho”, “maninha”, entre outras. Assim, a conquista do freguês está consolidada, culminado com mais uma venda e, conseqüentemente, com a longevidade desse comércio nas vias públicas.

REFERÊNCIAS

- AGIER, Michel. Distúrbios identitários em tempos de globalização. *Mana*, v. 7, nº 2, Rio de Janeiro, p. 7-33. 2001.
- DUARTE, Cristiane Rose de Siqueira; PINHEIRO, Ethel. **ARQUITIVIDADES e subjTETURAS**. Metodologia para a análise sensível do lugar / 1ª ed. – Rio de Janeiro: Rio Books. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – PROARQ – FAU-UFRJ, 2019. ■



◀ *Localização da cidade de Belém do Pará, seu centro histórico, os dois primeiros bairros da cidade, as vias em estudo e as demais onde se situa o comércio informal no centro comercial.*



▲ *A imponente Casa Paris 'América envolvida pelas lonas brancas da informalidade.*

◀ *O colorido das capinhas de celular com o icônico edifício Livraria Universal ao fundo.*

▼ *A Igreja da Mercês emoldurada pelo comércio informal.*



O vendedor de máscaras arrumando sua banca.



“Olha a água!”



O carregador de mercadorias pela esguia Rua de Santo Antônio.



O patrimônio arquitetônico deteriorado.

Tempo de Cirio de Nazaré.

Dez reais!



Entre casarões, barracas, histórias e memórias.



Caminhando entre os trilhos da Rua João Alfredo.



Barraca de comidas típicas.

REALIZAÇÃO



APOIOS

